PPONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Caroline de Souza

O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: autonomia e disciplina?

Belo Horizonte
2024

Caroline de Souza

O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: autonomia e disciplina?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Área de concentração: Intervenções clínicas e sociais

Belo Horizonte
2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Souza, Caroline de
S729a O acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social: autonomia e disciplina? / Caroline de Souza. Belo Horizonte, 2024.
161 f. : il.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil) - Poços de Caldas (MG). 2. Política pública - Assistência social. 3. Família - Assistência social. 4. Psicologia política. 5. Psicanálise. 6. Psicologia clínica. 7. Prática profissional. 8. Profissionais - Conduta. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 301.151

Ficha catalográfica elaborada por Daniela Luzia da Silva Gomes - CRB 6/2505

Caroline de Souza

O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: autonomia e disciplina?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Área de concentração: Intervenções clínicas e sociais

Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profa. Dr. Francisco Rogério de Oliveira Bonatto – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Simone Mainieri Paulon – UFGRS (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Mariana Prioli Cordeiro – USP (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Márcia Stengel – PUC Minas (Suplente)

Profa. Dra. Tereza Cristina Peixoto – UFMG (Suplente)

Belo Horizonte, 10 de julho de 2024.

Dedico esta tese de doutorado às famílias que me convocaram à escuta e valorização de suas trajetórias de vida, favorecendo encontros alegres e despertares para a invenção.

AGRADECIMENTOS

Se cheguei até aqui, é porque tive a compreensão, o auxílio, o aconchego e o afeto de muitos.

Agradeço aos profissionais que fizeram parte desta pesquisa e da minha trajetória enquanto pesquisadora e também profissional do Sistema Único de Assistência Social de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

Agradeço às famílias que participaram deste estudo e com as quais pude me encontrar e realizar um trabalho conjunto, sempre na tentativa de lhes proporcionar autonomia e protagonismo. Em especial, faço memória a uma criança que, com respeito, mencionei neste trabalho e não se encontra mais entre nós, mas que vive em mim com sua história, risos e olhar.

Agradeço à Ana Elisa de Paula Camargo, que contribuiu enquanto aluna bolsista e teve zelo e cuidado ao escutar tantas pessoas para esta pesquisa.

Agradeço à FAPEMIG por fomentar a pesquisa no estado de Minas Gerais, no Brasil, no mundo e por me proporcionar, por meio da aprovação em um edital, uma bolsa de estudo, oferecendo a mim a possibilidade de concluir o doutorado.

Agradeço aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas e às professoras Adriana Marcondes Machado, da USP, e Claudia Maria Filgueiras Penido, da UFMG, que me despertaram novas reflexões e me fizeram tecer novas críticas diante do meu objeto de estudo.

Agradeço à minha banca, Maria Ignez Costa Moreira, Mariana Prioli Cordeiro, Simone Mainieri Paulon e Francisco Rogério de Oliveira Bonatto pela disponibilidade, pela atenção com minha pesquisa e pelas contribuições.

Agradeço à minha orientadora, Roberta Carvalho Romagmoli, que tanto me ajudou a prosseguir, que me fez seguir mesmo diante de tantos desafios, trazendo-me seu exemplo de ser no mundo, para que eu pudesse acompanhá-la em sua tamanha generosidade. Mais do que estas linhas destinadas a ela, minha gratidão será evidenciada e lembrada por todos os dias onde eu puder estar junto aos que encontro em minha profissão de escuta, para que a vida que ressoa em mim seja contemplada diante do mais sensível.

Aos amigos e amigas, agradeço pelos papos, cafés e reflexões sobre a vida, afinal, a amizade me nutriu a alma.

Agradeço à minha mãe por tanto aconchego em meus dias de cansaço, sempre zelando por mim.

Aos meus irmãos, irmã, cunhadas, cunhado, sobrinhos, agradeço pela possibilidade de contar com vocês em tantas adversidades, mas, ao mesmo tempo, em tamanhas alegrias.

Ao meu marido, agradeço por todo amor, respeito e incentivo, porque sem você não conseguiria.

A você, minha filha, Aurora Fonseca de Souza, agradeço por todo desajuste, incompreensão, lamentos, cansaço e conflitos que me tornaram mais forte em nosso amor. Obrigada por também me fazer nascer.

É ele [o corpo], portanto, que se esforça para extrair encontros do acaso e, no encadeamento das paixões tristes, organizar os bons encontros, compor sua relação com relações que combinam diretamente com a sua, unir-se com aquilo que convém com ele por natureza, formar associação sensata entre os homens; tudo isso, de maneira a ser afetado pela alegria... [O] homem livre e sensato, identifica o esforço da razão com essa arte de organizar encontros, ou de formar uma totalidade nas relações que se compõem.

(Deleuze, 2017, p. 180).

RESUMO

Esta tese tem como tema o acompanhamento familiar realizado pelos técnicos operadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse contexto, busca-se investigar as práticas e as metodologias de trabalho dos técnicos nos equipamentos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Especial atenção foi dada às formas de intervenção que possibilitam o acompanhamento familiar proposto no Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, destacando as práticas que produzem autonomia às famílias vulneráveis e a produção de novos processos de subjetivação fomentando a discussão para esse encontro e refletindo sobre a Psicologia e as políticas públicas. Para tal, são utilizadas as ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari e também as de Michel Foucault como marco teórico. Este estudo, ainda, como metodologia a pesquisa-intervenção, que produz conhecimento ao mesmo tempo que busca transformar, em um movimento coletivo, o campo de pesquisa. Nesse contexto, esta pesquisa utiliza como instrumentos de produção de dados não apenas a análise da implicação, que incluiu a escuta de profissionais responsáveis por lidar com demandas e desafios locais, promovendo discussões sobre a dimensão institucional (organização do trabalho, relações entre setores e equipes, interação com as famílias, relações de poder e os impactos da pandemia), mas também a dimensão socioassistencial. Além disso, o campo de pesquisa incluiu as famílias cujos casos são acompanhados por esses serviços e a restituição, ferramenta metodológica da pesquisa-intervenção. Como resultados desta pesquisa, salientamos a presença de linhas duras, que reproduzem e endurecem o trabalho com o acompanhamento familiar, a saber, a falta de diálogo entre os níveis da assistência, a dificuldade com a intersetorialidade, a presença de um modelo ideal e a interseccionalidade. Observamos também práticas inventivas no acompanhamento familiar, e não somente reprodutivas, presentes em uma micropolítica ativa. Ademais, faz parte dessa relação com o campo a elaboração de uma cartilha entregue aos profissionais do SUAS de Poços de Caldas. Concluímos esta pesquisa abordando a importância do acompanhamento familiar e da necessidade de problematização do trabalho com esses grupos, ainda um desafio para a sustentação da política de assistência social.

Palavras-chave: SUAS; Acompanhamento Familiar; Pesquisa Intervenção; Esquizoanálise

ABSTRACT

This doctoral dissertation has as its theme the family monitoring carried out by professionals who work at a Unified Social Assistance System (SUAS in Portuguese). In this sense, it seeks to investigate the work practices and methodologies of professionals at the facilities of a Reference Center for Social Assistance (CRAS) and Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in Poços de Caldas city, Minas Gerais. Special attention was given to the forms of intervention that enable family monitoring proposed in the Protection and Care Service for Families and Individuals and Protection and Specialized Care Service for Families and Individuals, highlighting the practices that grant autonomy to vulnerable families and the production of new processes of subjectivation encouraging discussion for this meeting and reflecting on Psychology and public policies. In order to do that, ideas developed by Gilles Deleuze, Félix Guattari, and Michel Foucault are used as a theoretical framework. This study also has intervention research as a methodology, which produces knowledge while it seeks to transform the field of study into a collective movement. In this context, this study uses as data production instruments not only the implication analysis, which included listening to professionals responsible for dealing with local challenges and demands, as well as promoting discussions on the institutional dimension (organization of work, relationships between sectors and teams, interaction with families, power relations, and the impacts of the pandemic), but also the social assistance dimension. Furthermore, the research field included families whose cases are monitored by these services and restitution, a methodological tool for intervention research. As results of this research, we highlight the presence of hard lines, which reproduce and toughen the work with family monitoring, namely, the lack of dialogue between levels of assistance, difficulty with intersectorality, presence of an ideal model, and intersectionality. We also observed inventive practices in family monitoring, not just reproductive ones, present in active micropolitics. Moreover, part of this relationship with the field is also the preparation of a booklet delivered to SUAS professionals in Poços de Caldas. We conclude this research by discussing the importance of family monitoring and the need to problematize work with these groups, which is still a challenge for sustaining the social assistance policy.

Keywords: SUAS; Family Monitoring; Intervention Research; Schizoanalysis

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECAD	Consulta, Seleção e Extração e Informações do Cadastro Único
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEU	Centro de Artes e Esporte Unificados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRP	Conselho Regional de Psicologia
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituição de Longa Permanência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SESI	Serviço Social da Indústria
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO: o caminho a ser percorrido... 17
2.1 Por que uma pesquisadora no SUAS? 26
2.2 Sobre o território da pesquisa e as linhas que foram traçadas 31
2.3 Restituição e análise..... 42

3 ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL: entre endurecimentos e aberturas..... 45
3.1 Sobre o acompanhamento familiar e suas linhas..... 45
3.2 O acompanhamento familiar em rede: exercício rizomático..... 50

4 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: a família e o SUAS 70
4. 1 O cotidiano do acompanhamento familiar e suas tensões..... 70
4.2 Acompanhamento familiar e gestão de condutas..... 92

5. VISITA DOMICILIAR 107
5.1 A visita domiciliar e os profissionais 107
5.2 Na sala com as famílias: o encontro com a micropolítica do cotidiano 118

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 129

REFERÊNCIAS..... 133

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Famílias..... 145
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Técnicos 147
APÊNDICE C – Roteiro inicial das entrevistas com os profissionais..... 149
que atuam no CRAS e CREAS..... 149
APÊNDICE D – Roteiro inicial das entrevistas com as famílias..... 150
atendidas pelos CRAS e CREAS..... 150
APÊNDICE E – Cartilha para os profissionais do SUAS..... 151

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, nesse contexto, ela pretende investigar as práticas e metodologias de acompanhamento familiar no SUAS nos serviços da rede pública socioassistencial do município de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

A história de Poços de Caldas começou a ser escrita na descoberta de suas primeiras fontes termais e nascentes, no século XVIII. As águas com poder de cura foram responsáveis por sua prosperidade quando as terras começaram a ser ocupadas por ex-garimpeiros, que passaram a se dedicar à criação de gado. Em outubro de 1886, Poços recebeu o imperador Dom Pedro II. Na época em que foram descobertos os poços, a cidade de Caldas da Rainha, em Portugal, já era uma importante terma utilizada para tratamentos e muito frequentada pela família real. Como as fontes eram poços utilizados por animais, veio o nome Poços de Caldas. Na década de 1940, Poços recebia a visita da aristocracia brasileira, que frequentava os salões do Palace Casino e do Palace Hotel (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

A proibição do jogo, em 1946, e a descoberta do antibiótico tiveram forte impacto para o turismo na cidade. O termalismo deixou de ser a maneira mais eficaz de tratar as doenças para as quais era indicado, e os cassinos foram fechados. A economia de Poços de Caldas sofreu um grande abalo, mas a fase ruim foi superada com a mudança de foco para o turismo. A classe média e grandes grupos passaram a frequentar as termas e a visitar as fontes e outros pontos de atração da cidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). Atualmente, parte considerável das atividades econômicas do município poços-caldense gira em torno do turismo e também de algumas indústrias. No município, estima-se uma população de 168.641 habitantes, sendo o 15º município mais populoso do estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Alguns outros dados desse município são relevantes nesta pesquisa. Em 2018, o salário médio mensal era de 2 a 4 salários-mínimos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, havia 29% da população nessas condições, o que o colocava na posição 799 de 853 entre as cidades do estado e na posição 4878 de 5570 entre as cidades do Brasil. Os dados de fevereiro de 2021 do Ministério do Desenvolvimento Social e da Fome (2021) revelam que 17.501 famílias são referenciadas no Cadastro Único para Programas Sociais, em que 3.666 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo 9.231 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Entre essas famílias, 81,2% dos responsáveis familiares são mulheres. Nesse

contexto, o trabalho com essas famílias vem sendo foco nos diversos campos de atuação nas políticas sociais, o que certamente demanda estudos e pesquisas acerca dessas intervenções.

Em minha experiência, notamos que a relação das equipes do SUAS com os grupos familiares não se dá de forma harmônica, afinal é necessário sustentar esta complexidade para garantir um acompanhamento possível. Trazendo minha vivência de gestora e trabalhadora do SUAS, vi muitos profissionais que desqualificam as famílias e se esquecem das trajetórias que elas percorrem para superar suas mazelas e situações de pobreza. Além disso, ao escutar as famílias em situação de vulnerabilidade social acerca do atendimento recebido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Andrade e Morais (2017) salientam como esses grupos ainda apresentam uma mentalidade assistencialista, tendo dificuldade em reconhecer seus direitos sociais e identificando a importância do equipamento no território. Essa mesma postura foi percebida por Romagnoli (2018) nas entrevistas realizadas com famílias usuárias da política de assistência social, não aparecendo nenhum questionamento crítico por parte delas, o que aumenta o risco de práticas tutelares com esses grupos. Paulon e Romagnoli (2018) descrevem que, nas pesquisas e intervenções com a população vulnerável, é possível perceber posturas assistencialistas, punitivas e moralistas, reverberando nas equipes práticas que culpabilizam as famílias. Desse modo, assumem posturas cujos efeitos se distanciam do favorecimento à autonomia delas, como apregoa o SUAS.

Nesse contexto, este estudo busca, ainda, enfatizar a articulação do Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, destacando as práticas que proporcionam autonomia às famílias vulneráveis e a produção de novos processos de subjetivação. Para alcançar esse objetivo, discutimos as legislações, normativas e orientações nacionais, estaduais e municipais referentes às metodologias de trabalho com famílias no SUAS; mapeamos a rede de atendimento à família, por meio dos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no SUAS pertencentes ao município escolhido; conhecemos as relações estabelecidas entre os técnicos e as famílias em contexto de vulnerabilidade, produzindo conhecimentos históricos, políticos e conjunturais; e investigamos, com os técnicos, as práticas implementadas junto às famílias, as suas dificuldades e os seus efeitos na prevenção de situações de risco social e promoção social, bem como na violação dos direitos, enfatizando a articulação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade, na tentativa de analisar as intervenções técnicas em relação às famílias nos serviços estudados, considerando a necessidade de realização de ações

efetivas para uma parceria potencializadora entre a política de assistência social, as famílias e a comunidade, com base no referencial teórico da esquizoanálise.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância da temática no cenário da política de assistência social, tendo em vista o acompanhamento familiar, o que gera novos desafios às políticas públicas voltadas para a centralidade da família. Assim, entendemos que este estudo é necessário para produzir conhecimento e sustentar tanto a complexidade que atravessa o acompanhamento familiar quanto a construção de alternativas de trabalho com a família, matriz das intervenções nas políticas setoriais. Vale lembrar que, diante da pandemia, a referida política se mostrou tão importante quanto a política de saúde, pois nesse período todos os níveis de proteção tiveram acionamentos emergenciais, com grande sobrecarga nos equipamentos e no trabalho técnico, evidenciando ainda mais as tensões e as articulações entre os níveis de proteção social oferecidos no SUAS.

Este estudo ampara-se também na necessidade de contribuir para a inserção dos psicólogos nessa política, contribuindo para a formação desses profissionais que desejam se inserir nessas realidades, apontando para a necessidade de se estabelecer diálogos e parcerias com as outras profissões. Acreditamos que a Psicologia é um campo de conhecimento que discute as questões sociais e coletivas e deve ampliar seu olhar para leituras institucionais, e não apenas ao modo indivíduo. É de fundamental importância realizar pesquisas que visem esse amplo campo de atuação dos psicólogos e fomentem discussões sobre as políticas públicas que asseguram direitos.

Como ocorre com a maioria dos profissionais recém-formados em Psicologia, as primeiras oportunidades de trabalho não correspondem às expectativas e aos anseios estudantis. Além disso, na graduação, os estudos potencializam uma leitura individualizante, e as ideias de um trabalho clínico predominam, lógica que não foi diferente comigo.

Enquanto muitos estudos universitários da Psicologia enfatizam abordagens clínicas e uma visão individualizante, minha prática na política de assistência social revelou a importância de se considerar as dinâmicas familiares dentro do contexto do SUAS. Essa experiência influenciou diretamente minha pesquisa, estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, trago uma discussão sobre a família e o SUAS. A proposta de discussão se dá pela minha prática na política de assistência social e pela leitura sobre a família contemporânea, destacando o olhar sobre esta. Como possibilidade de reflexão, trago a visão sobre a postura técnica que, muitas vezes, na incompreensão da singularidade das famílias, acaba por exercer um modo opressivo e culpabilizador sobre elas. Nesse capítulo há também a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, apresento os caminhos percorridos tanto em minha prática profissional no SUAS quanto na pesquisa. Aponto que o contexto dos técnicos no SUAS é marcado por uma série de dificuldades operacionais e estruturais, que exigem não apenas habilidades técnicas, mas também sensibilidade para lidar com a complexidade das situações enfrentadas pelas famílias em vulnerabilidade social. Isso corrobora com minha prática no início do meu percurso profissional, que foi a ausência de uma análise crítica a respeito do meu próprio papel e prática.

Esse desconhecimento inicial sobre como realmente funcionam as dinâmicas familiares e as particularidades das comunidades atendidas revela um padrão comum entre muitos profissionais que ingressam nesse campo. A tendência de adotar um modelo idealizado de intervenção, sem considerar as singularidades e as diferenças das famílias, é um desafio enfrentado por muitos no início de suas carreiras na política de assistência social. O capítulo também explora a pesquisa-intervenção, uma abordagem que contempla intervenções práticas no campo, visando não só entender a realidade, mas também transformar as realidades enfrentadas pelas famílias e pelos profissionais.

No terceiro capítulo, discuti a política de assistência social, que visa garantir direitos sociais às famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de serviços como o CRAS e o CREAS, e relatei os desafios enfrentados nesses níveis de proteção. Para abordar os desafios presentes no acompanhamento familiar, o texto propõe uma reflexão baseada na teoria do rizoma de Deleuze e Guattari. O rizoma é um conceito que contrasta com estruturas hierárquicas e fixas, sugerindo uma rede de conexões múltiplas e imprevisíveis. Aplicado ao acompanhamento familiar no SUAS, o rizoma representa a necessidade de abordagens flexíveis e adaptáveis, que considerem as diversas configurações familiares e promovam a autonomia e os direitos das famílias de forma não normativa.

Essa abordagem rizomática propõe que os profissionais do SUAS se desapeguem de modelos pré-concebidos de família e adotem uma postura mais ampla, explorando novas possibilidades de intervenção que respeitem a singularidade de cada contexto familiar. Essa flexibilidade é essencial para transformar as práticas assistenciais e promover um trabalho mais efetivo e empático com as famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, tal abordagem enfatiza a importância de uma atuação crítica e inventiva por parte dos profissionais do SUAS, capazes de construir novas formas de trabalho que desafiem as estruturas normativas e promovam a inclusão e a autonomia das famílias atendidas.

No quarto capítulo, trouxe uma discussão a respeito do conceito de “burocratas do nível de rua”, derivado de estudos dos EUA na década de 1970, e abordei a capacidade dos

profissionais de interpretar e aplicar normas com certa autonomia, ajustando as políticas de acordo com as realidades dos usuários. Essa flexibilidade é essencial, visto que permite uma resposta mais eficaz e adequada às demandas locais, mesmo que também possa ser limitada pelas regulamentações burocráticas. Nesse sentido, apresentei o fato de que os profissionais enfrentam desafios significativos devido às normativas burocráticas que, embora necessárias para garantir a equidade e a transparência, muitas vezes limitam a flexibilidade e a criatividade no campo. A constante atualização das regulamentações e a discrepância entre as práticas ideais e a realidade do trabalho dificultam ainda mais esse cenário.

O capítulo também aponta os desafios operacionais, já que há questões estruturais profundas que afetam os profissionais do SUAS, incluindo precarização do trabalho, baixos salários, falta de segurança no emprego e políticas de qualificação insuficientes. Esses fatores contribuem para o estresse e para a insatisfação profissional, impactando negativamente a qualidade dos serviços prestados.

Uma reflexão crítica sobre as relações de poder, hierarquias sociais e preconceitos implícitos revela desafios adicionais enfrentados pelos profissionais na promoção da autonomia e do respeito às famílias atendidas. Muitas vezes, essas famílias são submetidas a julgamentos e culpabilizações, o que pode prejudicar ainda mais a eficácia das intervenções sociais. Do ponto de vista teórico, a utilização de conteúdos como a Análise Institucional de René Lourau, a governamentalidade de Michel Foucault e os conceitos de linhas de Gilles Deleuze e Félix Guattari oferece ferramentas para compreender as dinâmicas institucionais e explorar potenciais para desafiar as estruturas estabelecidas. Essas abordagens teóricas permitem uma análise mais profunda das práticas institucionais e das relações de poder subjacentes, incentivando mudanças mais eficazes e inclusivas na assistência social.

O quinto capítulo trata da importância das visitas domiciliares como instrumento no trabalho dos profissionais de Serviço Social e Psicologia no âmbito do SUAS. As visitas domiciliares são essenciais para compreender a realidade social das famílias em situação de vulnerabilidade, proporcionando leituras significativas para as intervenções profissionais. Essas visitas permitem que os técnicos conheçam os territórios vivenciados pelas famílias, suas dinâmicas familiares e comunitárias, bem como identifiquem as necessidades específicas que podem não ser percebidas em abordagens coletivas. Isso inclui mobilização de redes de apoio e ações personalizadas que visam fortalecer os laços familiares e comunitários. No entanto, são discutidos também os desafios encontrados pelos profissionais, especialmente no que se refere às questões estruturais e de políticas públicas que afetam a eficácia do trabalho no SUAS. Entre esses desafios estão a falta de recursos adequados, a precarização das condições de trabalho e a

dificuldade em lidar com questões interseccionais, como raça, gênero e classe social, que permeiam as experiências das famílias atendidas. Portanto, o capítulo ressalta a necessidade de uma abordagem interseccional e sensível às diferenças para garantir que o acompanhamento familiar no SUAS seja efetivo e promova a inclusão social, reconhecendo e combatendo as desigualdades estruturais presentes em nossa realidade.

Convido vocês para esta leitura e espero contribuir com algumas reflexões, problematizando alguns desafios enfrentados pelos profissionais do SUAS, pelas famílias vulneráveis e por mim, que vivi o corpo-pesquisadora com um confronto entre teoria, técnica, prática, maternidade e sensibilidade. Ainda assim, pude expressar diante de tantas linhas duras a alegria dos encontros, desterritorializando formas e estratégias de ver o mundo e possibilitando mudanças diante de tantas e tantas formas de microfascismos em nosso cotidiano. Vivamos as micropolíticas de agenciar. Resistindo. Sigamos...

2 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO: o caminho a ser percorrido

O que a escrita acadêmica nos convoca? Debruçar entre as palavras e as linhas nos exige um grande esforço, já que muitas vezes é um processo sofrido e cheio de rigidez e normas. E por que algo que nos desperta tanto interesse, como o tema de nossa pesquisa, torna-se um movimento que nos exige tanta dureza e rigor? As exigências acadêmicas, seus estratos e suas formas nos empurram para um modelo hegemônico que, na maioria das vezes, acaba por nos separar do que podemos. Nós nos tornamos reprodutores de saberes e ficamos ligados ao modo predominante de existir na academia, reproduzindo teorias. E não que não possamos nos conectar também com essas formas de fazer pesquisa e escrita, mas será só disso que nosso corpo é capaz? Só isso que um estudo espera de nós?

Uma pesquisa que convoca a nossa existência não pode perder força para um mundo que nos exige padronização e modelos prontos. Busco, nestas linhas que seguirão, colocar os leitores próximos a realidades distintas e possibilitar uma leitura sensível a ponto de provocar sensações semelhantes às de uma poesia, um arrepio que chega ao corpo, um toque na alma ou como um furo que dilacera, convocando os interessados nestas linhas a se interessarem por tantas outras vidas.

Acredito que o campo de trabalho e de estudo também pode ser um espaço que nos convoca a existir e a experimentar a vida em sua potência, favorecendo modos inventivos e mobilizadores e disciplinadores e intolerantes e apaixonantes e inovadores e difíceis e alegres e tristes e com desejo de questionar *e e e e e* tantas outras possibilidades. Tudo isso ao mesmo tempo. Presente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na universidade, no nosso cotidiano...

Questionar nosso modo de ser e estar no mundo nos direciona a um campo de enfrentamentos, desconstruções, mobilizações e afetamentos. Assim, encaro a pesquisa com essa possibilidade de encontro com um território desconhecido, mas, concomitantemente, familiar, distante e, ao mesmo tempo, com o qual também nos identificamos. Dessa forma, decidi estudar o acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social, campo de trabalho e estudo em que vivi, vivo e viverei.

Sustentando a complexidade e a processualidade do território, Romagnoli (2014a) insiste que este não se limita ao município, ou região de um equipamento, mas é composto também principalmente das relações entre as pessoas, dos espaços de vida e dos vínculos cotidianos. O conceito de território remete, assim, à ideia de processos e de movimento,

constituído não apenas de formas e forças, reproduções de modo de vida, crenças e vulnerabilidades, mas também de invenções.

O campo das políticas públicas é um território de trabalho intenso. Muitos trabalhadores e trabalhadoras encontram inúmeras dificuldades de executarem seu trabalho, seja por situações de precariedade, seja pela falta de investimentos financeiros, seja pela alta demanda de atendimento, seja pelo adoecimento mental, seja por tantos outros motivos. Vi na Política de Assistência Social a possibilidade de iniciar meu ofício enquanto psicóloga, inserir-me nas normativas técnicas, pôr em prática as construções teóricas e sentir a potência de atender as famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, iniciei minha experiência profissional com muitas vivências potentes e também com desafios.

O trabalho no SUAS se faz de forma intersetorial, que pressupõe uma articulação de saberes e experiências de setores diferentes das políticas públicas, como a saúde, a assistência social, a educação, entre outras, para o enfrentamento dos problemas sociais, em um país tão desigual. Romagnoli (2017) entende a intersetorialidade como um rizoma, e

> Pensar a intersetorialidade através dessa rede é pensá-la em suas relações transversais, na singularidade das conexões feitas entre os setores em cada caso, sustentar a heterogeneidade de encaminhamentos, de interpretações, os inúmeros problemas, riscos e precariedades das famílias, dos técnicos e das próprias políticas públicas (p. 428).

Atuar em rede é sempre desafiador e exige de cada um de nós uma mobilização frente a intersetorialidade, visto que trocamos ideias, saberes e nos deparamos com a chance de favorecer um melhor atendimento e acompanhamento aos sujeitos que nos chegam. Essa tarefa, a meu ver, sempre foi única a cada caso, já que me deparar com uma vida, uma singularidade, ouvir suas trajetórias e pensar em estratégias me deslocava para um modo de executar uma política voltada à leitura dos direitos humanos, na tentativa e na proposição de garantir os direitos essenciais.

No decorrer de cada caso, cada profissional também encontra os desafios da própria manobra política, das normas institucionais. Uma tipificação, uma norma, uma regra nem sempre se encaixa nos seus espaços de trabalho, ou notamos que muitas gestões não conseguem de fato compor as equipes devidas nos equipamentos, sem contar a politicagem presente no dia a dia de trabalho. No cotidiano de trabalho, gestores e técnicos utilizam o termo "equipe mínima" para se referir às equipes de referência. A utilização do termo está associada à presença de profissionais de serviço social e Psicologia que atuam nos equipamentos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sem ponderar o que está regulamentado na Norma

Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB – RH /SUAS). A norma traz o conceito de equipes de referência como sendo:

> ... aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (Resolução n. 1, 2007, s.p.).

Minha decisão em sobreviver a tantos impeditivos ocorreu pelo fato de me questionar sobre meu fazer diante de tantos entraves, uma trabalhadora que também se torna pesquisadora. Vi por muitas vezes meu corpo pedir socorro, o cansaço, a ansiedade, a tristeza, a solidão, a falta de aparato, e todas essas asperezas me davam sinais para desistir. No entanto, uma força me direcionava a permanecer e resistir ao cotidiano do trabalho no SUAS. Poder pesquisar e me colocar nesse campo em que também atuo me parece ser a melhor saída.

Estudar o acompanhamento familiar no SUAS envolve uma dinâmica contínua e complexa. Nessa perspectiva, este estudo se insere na linha de pesquisa-intervenção cartográfica, que se contrapõe às pesquisas cientificistas tradicionais, objetivando romper com as dicotomias teoria-prática, sujeito-objeto, e articulando pesquisador e campo de pesquisa.

Segundo Amador et al. (2015), mais do que uma modalidade de fazer pesquisa, a pesquisa-intervenção se afirma como certa política de abordagem da realidade, acolhendo suas tensões e acompanhando processos da realidade, concebendo-os e problematizando-os. Tais processos são construídos e produzidos a partir de diferentes práticas humanas e que, ao longo do tempo, não cessam de se transformar.

> Assim, a pesquisa-intervenção enquanto modo de produção de conhecimento emerge na contramão da busca por respostas às necessidades, que com a consolidação do capitalismo como modelo de produção dominante se impuseram, no sentido de garantir as transformações sociais requeridas. Em lugar disso, a pesquisa-intervenção é gestada enquanto estratégia de produção de conhecimento combativa ao modelo do projeto moderno de ciência, esse almejando a dicotomização sujeito-objeto, razão-realidade. (Amador et al., 2015, p. 231).

Ao examinarem a pesquisa-intervenção, Cardoso e Romagnoli (2019) enfatizam a importância da transversalidade, a função territorial do dispositivo, o traçado do plano comum para a produção coletiva do conhecimento e a relevância da construção da confiança entre os envolvidos como pontos essenciais para a articulação e do campo de investigação como espaço concreto de investigação. Dessa maneira, esse tipo de pesquisa utiliza uma metodologia

participativa, cuja transformação é processual e se dá por intervenções de ordem micropolítica nas situações cotidianas, que são, em si, complexas e determinadas por uma heterogeneidade de fatores e de relações.

Cardoso e Romagnoli (2019) trazem uma reflexão sobre a ciência moderna, questionada por aqueles que apostam na sustentação da complexidade da produção de conhecimento. As autoras descrevem que esses questionamentos ocorrem, pois essa ciência dominante, da objetividade, da sistematização, da causalidade e da produtividade, limita-se nos campos de pesquisa. Sendo assim, apostam em uma ciência nômade:

> Distante da homogeneização e estratificação do pensamento que se direciona para a sustentação de verdades, as ciências nômades assumem a importância da produção de conhecimentos capazes de agregar fluxos, devires, multiplicidades, organizações (dos átomos às pessoas) turbilhonares, curvilíneas e espiraladas, espaços abertos, elementos vagos e inexatos, análise aproximativas e, contudo, rigorosas. (Cardoso & Romagnoli, 2019, p. 08).

Vale ressaltar que as autoras esclarecem que essa ciência nômade atua por imanência, o que se opõe ao reducionismo dos modelos que dominam nosso modo de pensar. Ela é convocada pela complexidade diante dos fenômenos que vivem os pesquisadores, o que dificulta uma formatação de um modelo único de conhecimento ou metodologia.

> Nos campos que estudam a subjetividade, os processos de subjetivação, diante das demandas que atualmente chegam à academia, da aceleração e da mutabilidade que se expressam em problemáticas múltiplas, aliadas à constatação da provisoriedade e circunstancialidade de possíveis respostas, somos conduzidos à importância de um modo de pensamento nômade. (Cardoso & Romagnoli, 2019, p. 9).

A pesquisa-intervenção opera como um dispositivo que acompanha processos, indaga, coloca questões, convocando o coletivo de forças em cada situação, alterando o modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Nessa perspectiva, Romagnoli e Silva (2019a) descrevem que o conhecimento emerge do plano de forças que compõe a realidade ora operando em prol do que já estabelecido, ora operando a favor de agenciamentos produtivos, de acontecimentos que trazem o novo, de maneira processual e singular.

> Abre-se aí a possibilidade de pensar a intervenção como um caminhar mútuo por processos mutantes que, justo por não poder ser resumida ao encontro de unidades distintas (sujeitos da investigação X objetos a serem investigados), não pode ser pensada como uma mudança antecipável. Ao operar no plano dos acontecimentos, a intervenção deve guardar sempre a possibilidade do ineditismo da experiência humana, e o

> pesquisador a disposição para acompanhá-la e surpreender-se com ela. (Paulon, 2005, p. 21).

Fazer uma pesquisa intervenção é estar em busca de desarticular as práticas e os discursos instituídos, bem como elucidar os processos complexos, as relações despotencializadoras que impedem a invenção, sendo que é nesse jogo que ocorre a construção do conhecimento. Desse modo, ao mesmo tempo que se pesquisa também se realizam intervenções, e o pesquisador contribui efetivamente com os problemas do coletivo pesquisado. Por meio dos encontros, das observações, dos afetamentos, da análise da implicação, entre outros, busca-se micropoliticamente colocar em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios cristalizados e facilitando a criação de novas práticas, como aponta Romagnoli (2014b). "Neste sentido, intervir é criar dispositivos de análise coletiva com a problematização permanente dos lugares ocupados por pesquisadores e demais participantes destes coletivos em análise." (Amador et al., 2015, p. 236).

O campo de análise deste estudo se constituiu do levantamento e discussões permanentes da literatura sobre as ideias de Deleuze e Guattari, que sustentam a proposta de pesquisa-intervenção desta pesquisa, e autores brasileiros que trabalham nessa vertente. Fez-se ainda um estudo sistemático de pesquisas e publicações que objetivou analisar as questões que foram sendo levantadas no que tange ao trabalho com famílias no SUAS, focando a inclusão social, a violação de direitos e a vulnerabilidade social.

O campo de intervenção foi formado por meio de um projeto de trabalho coletivo com as equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), com os profissionais que acolhem as demandas e dificuldades locais. Além disso, esse estudo envolveu discussões acerca da dimensão político-institucional (organização do trabalho, relações entre os setores e equipes, relação com as famílias, poder frente aos procedimentos, pandemia) e da dimensão socioassistencial. Compõem também esse campo de pesquisa as famílias cujos casos são atendidos nesses equipamentos.

Fazer uma pesquisa-intervenção é também trabalhar com o corpo-pesquisadora. O encontro da pesquisadora com seu campo de pesquisa não diz apenas dos dados que coletamos como algo exterior à pesquisadora, mas diz de um habitar o campo em agenciamentos que interferem na realidade estudada, o que aqui será descrito por um olhar cartográfico. Liberman e Lima (2015) relatam que a cartografia tem estado presente na academia como método de pesquisa, além de se apresentar como pesquisa qualitativa. As autoras apontam que os

pesquisadores que trabalham com a cartografia insistem que ela deve ser pensada como método se compreendermos método como algo que nos faz entender a nossa potência de conhecer.

> A cartografia implicaria, então, disposição para afirmar uma potência da própria vida. Quem se lança a essa aventura é convidado a conectar-se com o pulsar da vida em seu corpo e com caminhos para os quais esse pulsar aponta. Para Rolnik, a matéria-prima da cartografia são as marcas feitas num corpo. A violência vivida no encontro entre um corpo e outros desestabiliza-o, colocando a exigência de invenção de algo que venha a dar sentido e corporificar essa marca: um novo corpo, outro modo de sentir, pensar, um objeto estético ou conceitual. (Liberman & Lima, 2015, p. 183).

A cartografia traz a proposta de criação de uma ciência, que, segundo Cardoso e Romagnoli (2019), é a produção de uma ciência menor, o que nos permite inventar novos dispositivos de pesquisa e acompanhar a processualidade da vida. Para as autoras, sustenta-se um plano de indagação que provoca o pensar, "uma dobra sobre si mesmo que agencie a vida de maneira processual e singular em conexão com o ato de pesquisar" (Cardoso & Romagnoli, 2019, p. 10). Afirmam ainda que esse plano de indagação põe em xeque as relações que se estabelecem entre teoria e prática, pesquisador e pesquisado, sujeito e objeto, interrogando os conhecimentos que se impõem como verdade e que, ao fazê-lo, simplificam e modelizam a vida.

A experiência como pesquisadora me remete ao trabalho enquanto técnica no SUAS, como apresentei na introdução. Afinal, indaguei-me inúmeras vezes sobre o fazer dos profissionais na Política de Assistência Social. Muitos ainda desconhecem seu fazer ou apostam em um fazer técnico distante de um potente trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, trago meu corpo em campo para dar passagem a esses vários profissionais que atuam diariamente nesses espaços públicos, assim como aos tensionamentos vividos com a instituição, entre eles e com os usuários.

Muitos dos desafios iniciais enfrentados vieram em decorrência da ausência de uma análise crítica sobre o meu fazer, bem como da falta do próprio conhecimento sobre este fazer. Não tinha inicialmente uma prática de trabalho com famílias e desconhecia o funcionamento das mesmas. Além disso, ainda tinha um olhar demarcado para o modelo ideal, descartando a singularidade e a diferença das famílias em situação de vulnerabilidade. Esse despreparo é muito recorrente, e são muitas as dificuldades de atuação de inúmeros profissionais. Ao estudar com o campo da Política de Assistência Social, Senra e Guzzo (2012) efetuam uma análise crítica da inserção do psicólogo na área da Assistência Social, demonstrando que a atuação em contextos adversos (bairros na periferia das cidades ou em ocupações ou favelas) implica a

elaboração de metodologias alternativas. Essa realidade impõe vários desafios para os profissionais, como apontam Senra e Guzzo (2012), apesar de relevante e de se constituir de suma importância no campo profissional para um envolvimento mais direto com as questões sociais. As autoras ainda descrevem que, em um cenário com tamanhas mazelas e desigualdades sociais reveladas no cotidiano do sistema público, a Psicologia, como ciência e profissão, ainda mantém um distanciamento histórico das questões sociais.

Recordo de uma situação vivenciada em meu primeiro trabalho como psicóloga, logo que me formei.

***

Atuava em um projeto em contraturno escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação em Poços de Caldas/MG, e recebi uma demanda dos professores de Educação Física afirmando que eu deveria convocar a família de um dos adolescentes do projeto, o qual estava sendo excluído das atividades por seus colegas devido à sua higiene precária. Convoquei, assim, a mãe na tentativa de orientá-la e esclarecer os fatos. Na hora em que ela chegou para falar comigo, acabei me desorganizando, fiquei nervosa e acabei mudando o rumo de nossa conversa, afinal a mãe tinha mais questões com sua higiene do que seus filhos, e, em vez de trazer a situação demandada, eu me apresentei e pedi que ela me falasse um pouco dela. Era evidente a gravidade da situação de sua saúde mental, porque ela estava sem acompanhamento nem medicação, além de me contar que não gostava de ir ao "postinho". Ali, percebi que eu estava escutando a história de sua vida e alinhando minha técnica à demanda que de fato aquela família me trazia. Consegui entrar em contato com a equipe de saúde, levar o caso e me tornar referência técnica para aquela mãe e mulher. Mais que trazer em evidência a questão da higiene pessoal, por trás daquela cena havia a falta de um acompanhamento sistemático da saúde e demais políticas. Um acolhimento da alteridade e a tentativa de um encontro que não precarizasse mais aquela vida tão maltratada (Memória de um registro de campo).

***

Para Romagnoli et al. (2019), a aproximação das políticas públicas se faz necessária, visto que as famílias necessitam de acompanhamento sistemático e se encontram nas políticas de saúde, assistência e educação. Essa aproximação se concretiza mediante a intersetorialidade que se mostra como uma ferramenta essencial para diminuir os impactos e violações. Para as autoras, a prática intersetorial não ocorre somente agregando setores, mas também de forma transversal e associativa. Devem-se manter experiências e práticas intersetoriais, remetendo à diferença, a um grau de abertura, à própria alteridade, pontos muitas vezes difíceis de serem alcançados.

Como a política de assistência social tem uma série de impasses, produzir conhecimento nesse contexto é também se posicionar a favor de uma metodologia de pesquisa crítica, que pretende produzir transformações. Dessa forma, entendo que a pesquisa-intervenção deve nos colocar em análise.

> A partir dessa influência fenomenológica, Lapassade e Lourau propuseram a pesquisa-intervenção, onde as noções de sujeito e objeto, de pesquisador e campo de pesquisa são colocadas em análise. Segundo tal formulação, essas noções se criam ao mesmo tempo, num plano de imanência, onde as práticas produzem os sujeitos, os objetos, os pesquisadores e os campos de pesquisa, não havendo determinações causais de uns sobre os outros. Assim sendo, teorias e práticas são sempre práticas. (Coimbra & Nascimento, 2008, p. 144).

De acordo com as autoras, a Análise Institucional fala do intelectual implicado, como aquele que analisa as implicações de suas pertenças e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. "Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história". (Coimbra & Nascimento, 2008, p. 144).

Analisar nossas implicações, segundo as autoras, é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas intervenções.

> Dentro de uma visão positivista que afirma a objetividade e a neutralidade do pesquisador/profissional, as propostas da Análise Institucional tornam-se, efetivamente, um escândalo, uma subversão. Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. (Coimbra & Nascimento, 2008, p. 145).

As autoras também apontam que a análise de implicações traz para o campo da análise percepções, sentimentos, acontecimentos até então considerados estranhos e negativos, como irregularidades e erros que impediriam uma pesquisa-intervenção de ser bem acertada.

O princípio norteador deste procedimento é o de que a aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do "perito-pesquisador". (Paulon, 2005, p. 23).

Paulon (2005) traz em evidência que a "instituição pesquisa" em análise constitui incluir desde o questionamento à recomendação da pesquisa e posição crítica frente aos que solicitaram até a análise dos aspectos convocados no analista-pesquisador pelo campo, que contemplam o lugar de poder e as hierarquias que sua posição de examinador na intervenção de maneira inevitável lhe concede.

Uma pesquisa que utiliza a investigação partindo de uma perspectiva da esquizoanálise, segundo Hur (2021), não se fixa na materialidade discursiva, não se restringe na busca do representado. O método cartográfico, segundo o autor, opera também com outras materialidades que vão além da representação, alterando a perspectiva do olhar do investigador, deslocando-nos de uma dimensão visual e auditiva para:

> ... a perspectiva háptica, esta modalidade de visão tátil, não capta apenas as sínteses, as figuras, mas também os movimentos, os esquemas, a relação entre figura e fundo, o contorno, os processos intermediários, as vibrações e ondulações moleculares (DELEUZE, 2007). Utiliza assim uma modalidade de olhar vibrátil (ROLNIK, 1997). Nesse sentido, não pretendemos codificar os processos com a perspectiva instituída de nosso olhar e escuta, com nossas imagens de pensamento instituídas, mas pelo contrário, deixar-nos ser afetados pelo que nos circunda, pelas forças e ondulações do território. (Hur, 2021, p. 281).

Para Hur (2021, p. 281), "o corpo também é instrumento de coleta de dados, abre-se às afetações, como sons, ruídos, cheiros, movimentos, deslocamentos e cansaços tornam-se índices investigativos do processo". Ele descreve que não atualizamos somente narrativas, mas também forças e afetos, deslocamentos, velocidades e lentidões.

> O conhecimento não deriva da atitude de um sujeito que apreende e pensa o dado para constituído, senão o contrário. São as afecções do território, do dado, sobre o ser, que constituem as possibilidades de produção de conhecimento. Então não é o sujeito que constitui o objeto e a existência ao cogitá-los, ao pensá-los, senão é o inverso. É o dado que constitui o sujeito. (Hur, 2021, p. 281).

Com essa reflexão do autor, esta pesquisa, ao investigar os fenômenos e analisar os dados, amplia o olhar para uma lógica das intensidades, e não para a lógica positivista. Em nossa pesquisa, escolhemos os trechos com base no critério de intensidade, e não da frequência com que apareceram. Isso porque "as intensidades podem ser vistas como índices propulsores dos movimentos, dos devires, das passagens" (Hur, 2021, p. 287). Por este critério, agrupamos os trechos por temáticas aproximadas. São elas: *Precarização do SUAS, Formação centradas*

no indivíduo, Naturalização da Família Nuclear e Burocratização das práticas. Essa análise compõe os capítulos da tese.

2.1 Por que uma pesquisadora no SUAS?

Como a maioria dos profissionais recém-formados em Psicologia, as primeiras oportunidades de trabalho não correspondem às expectativas e aos anseios estudantis. Na graduação, os estudos potencializam uma leitura individualizante e as ideias de um trabalho clínico predominam, e essa lógica não foi diferente comigo.

Ampliando seus modos de atuação, a Psicologia no Brasil se insere no campo das políticas públicas e inicia seu fazer na saúde pública, integrando-se na educação médica, no início do século XX, e sua inserção está associada a um grande acontecimento, a reforma psiquiátrica. Nasce, assim, um campo possível de trabalho para o profissional da Psicologia. Segundo Pires e Braga (2009), o objetivo principal ao inserir esse profissional nessa seara era propor atendimentos mais humanizados. Esta inserção ocorreu no final da década de 1970, com a finalidade de construir outros modos de atendimentos nos hospitais psiquiátricos, formalizando o trabalho de grupos de profissionais. Romagnoli et al. (2018) citam ainda dois fatos que contribuíram para a presença de psicólogos no setor de saúde: primeiro, a redução do mercado de atendimento psicológico privado, em decorrência da crise econômica pela qual o país estava sendo afetado; segundo a crítica à Psicologia clínica tradicional, por não apresentar significado social, a qual motivava o surgimento de práticas alternativas socialmente mais relevantes. Este último aspecto ainda é um desafio para a atuação nas políticas públicas, pois é centrado no indivíduo e muitas vezes efetua a sua dissociação dos atravessamentos históricos e sociais que também subjetivam os usuários das políticas públicas.

A institucionalização da Psicologia no campo da Assistência Social se dá em 2011, compondo com o profissional do serviço social a equipe profissional de nível superior que deve obrigatoriamente integrar as equipes de referência de todos os níveis de proteção do SUAS, como apontam Romagnoli et al. (2018). As autoras afirmam que somente com a agenda política do primeiro governo Lula uma nova era se abriu para a área social na ação por uma Política de Assistência que servisse de anteparo às mazelas de uma economia pautada em preceitos neoliberais.

> A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. As políticas públicas são um conjunto de ações coletivas geridas e

> implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteando-se pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendendo a dialogar com o sujeito cidadão. (Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 22).

Cordeiro e Sato (2017) sinalizam que a maioria dos profissionais da Psicologia chega aos CRAS, CREAS e outros serviços a eles vinculados sem ter recebido uma formação adequada que os preparasse eficazmente para lidar com as questões específicas desse campo. Eles chegam sem conhecimento da política pública, sem uma postura ético-política clara e sem compreender o trabalho interdisciplinar.

Ao me formar, encontrei uma primeira oportunidade de trabalho nas políticas públicas. Era um projeto em contraturno escolar que atendia crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social em nove bairros do município de Poços de Caldas (Minas Gerais). Eu não sabia o que a Psicologia poderia contribuir com as atividades educacionais propostas pelo Programa. Seguíamos um modelo de trabalho desenhado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) de Belo Horizonte (Minas Gerais), e as orientações dadas descreviam que o trabalho da Psicologia seria a referência para o setor da saúde, com um trabalho também voltado para a promoção de saúde, projeto de vida e atividades sobre higiene pessoal, algo bem questionável nos dias de hoje. Entretanto, o que trago de lembrança desse período inicial da minha profissão foi o meu despreparo frente às famílias e, consequentemente, meu despreparo técnico.

Recordo que, naquela época, fazíamos trocas com os profissionais das escolas e, em um determinado território com um equipamento que acompanhava algumas famílias na comunidade, havia uma assistente social que eu dialogava sobre uma família do projeto. Acabei descobrindo que aquele equipamento era um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O ano era 2008, e o município implantava o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ali foi meu primeiro encontro com a Política de Assistência Social.

E, após dois anos, fui trabalhar em um equipamento do SUAS, um serviço de fortalecimento de vínculos, no qual uma Organização Não Governamental (ONG) era responsável por sessenta famílias. Nesse trabalho, entrei como psicóloga, mas em um curto período me tornei coordenadora. Essa experiência foi incrível já que, por meio dela, comecei a compreender o papel da família em seu lugar de proteção, um lugar que assegura direitos e onde as políticas públicas devem promover as famílias em suas potencialidades. No entanto, nós nos deparamos com muitos profissionais que fortalecem uma política de tutela, espaço delicado para as ONGs, afinal muitas delas nascem com uma proposta caritativa, e romper com essa barreira mediante parcerias com o Poder Público requer um diálogo frequente.

Todavia, ao mesmo tempo, na família também podem ocorrer situações de violações de direitos. Isso ocorre porque as famílias exercem seu papel de proteção, mas também podem ocorrer situações de violência. É necessário romper com a imagem da família somente como espaço de proteção e cuidado mútuos, contemplando-a também como lugar onde há possibilidade de conflitos e violências, que podem ser reflexo das desigualdades sociais vigentes na sociedade. É preciso compreender as famílias como um conjunto de seres históricos, que tiveram experiências diferenciadas, em contextos diversos, e que respondem, por isso, de forma distinta às atuais vivências, o que interfere e modifica as dinâmicas e as relações familiares (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

A fim de refletir sobre esses desafios na prática, tive a oportunidade de participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, lugar do controle social, também lugar de contradições, que me fortaleceu enquanto profissional da Psicologia no campo das políticas públicas. Algo a se indagar? Como um espaço burocrático pode explicar o fazer profissional de Psicologia? Para mim, foi um lugar de muito aprendizado, afinal tínhamos que discutir, planejar e monitorar a política da infância e da adolescência. Com isso, o fluxo de estudos sobre as normativas e as orientações eram parte do nosso cotidiano, bem como o diálogo intersetorial.

Foi no conselho que pude fortalecer o meu fazer profissional. Uma psicóloga na Política de Assistência Social dialoga com diversos setores públicos, apropria-se das leis, amplia seu olhar sobre os direitos humanos e faz isso por meio do coletivo. Esse coletivo se dá com os encontros de rede, reuniões de conselhos, discussão de casos, e nós exploramos e nos deslocamos para a construção de políticas públicas que dialogam entre si e não se fragmentam. Dessa maneira, a Psicologia vai tecendo suas ações nesse campo de multiplicidades.

Iniciei anos depois como psicóloga em um Serviço de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes alocado na Alta Complexidade, um trabalho com o objetivo de garantir proteção integral, focado na reintegração e acompanhamento familiar e comunitário, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares. São serviços que acolhem crianças e adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos, a exemplo de abandono, negligência, violência, ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009a), o trabalho da equipe técnica viabiliza o retorno ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem, e excepcionalmente, em família substituta. Essa prática profissional me apontou e reforçou ainda mais o olhar singular para os indivíduos e as famílias que necessitavam desse

equipamento de proteção total do estado. O atendimento oferecido a um pequeno grupo garantia espaços privados e deveria garantir a guarda de objetos pessoais e registros relacionados à história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente. Fortalecer esse campo singular me apontou a dinâmica de cada família acompanhada, bem como um olhar preconceituoso da rede de proteção, visto que muitos técnicos avaliavam o destino das crianças e adolescentes acolhidos sem apostar em sua família de origem. A escuta das crianças e adolescentes e os espaços de assembleia traziam clareza sobre suas histórias e trajetórias de violações de direitos, estas muitas vezes deflagradas pelas violências institucionais. Atuar na prática das medidas protetivas de acolhimento institucional implica compreender que se trata de um processo dinâmico e contínuo, como Moreira afirma:

> Estudar a prática das medidas protetivas de acolhimento institucional implica compreender, em primeiro lugar, que se trata de um processo, de uma história em movimento, e não de um produto acabado. Em segundo lugar, que os sujeitos envolvidos na rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, tanto aqueles responsáveis pela gestão das práticas jurídicas, assistenciais e psicológicas, quanto os destinatários dessas práticas, ou seja, as crianças, os adolescentes e suas famílias, são sujeitos ativos que produzem sentidos pessoais para as suas vivências. (Moreira, 2014, p. 24).

Com essa experiência na Alta Complexidade, fui chamada para a coordenação da Divisão da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do município de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Muitas foram as desestabilizações no cargo de gestora. Muito mais que acompanhar a técnica, precisei enfrentar alguns impasses no setor público, desde o desconhecimento por parte de alguns segmentos, gestores e técnicos até os entraves burocráticos, os politiqueiros e as forças demarcadas pelo poder. No campo institucional, sabemos que:

> Embora no Institucionalismo o termo "poder" não seja empregado com significações unívocas, em geral ele se aplica a uma gama de recursos diversos com grau de violência crescente, destinados a impor a vontade de um segmento social sobre os outros ou sobre a sociedade em seu conjunto. Michel Foucault insistiu na ideia de que o poder não se possui ou se detém, mas que se exercita, e não apenas em um sentido restritivo (de coação ou proibição), mas também em um sentido positivo de orientação: o poder incita, provoca, convoca, ativa etc. (Baremblitt, 2002, p. 163).

Nessa direção, sofri grandes represálias. Havia uma briga técnica com uma briga pessoalista e, diante disso, as famílias e os usuários da Política de Assistência Social ficavam à

margem perante inúmeras situações. Em um lugar de gestão é necessário muito mais que o domínio das técnicas. Afinal, não podemos operar apenas por essa via que limita nosso olhar para uma hierarquia do saber, distanciando aquele que nos chega em sua singularidade e demanda peculiar, como se tivéssemos enquadrando-o e reproduzindo nosso modo operante. Para enfrentar minhas inquietações, busquei uma supervisão, porque estava adoecendo assim como a instituição à qual eu respondia. Por muitas vezes, eu me senti reproduzindo um gesto, palavras e posturas autoritárias e retrógadas, como se estivesse amordaçada e impedida de criar um jeito de gerir pessoas e fomentar uma política pública baseada na garantia de direitos e não na modalidade assistencialista.

E por que foi tão fácil me deixar levar por essa lógica? Acredito que foi devido à própria política em seu desmantelamento, nas propostas de um governo federal que não apostava nesses espaços de proteção. Tudo isso ressoou aos municípios e fez com que eles reproduzissem uma lógica muitas vezes higienista, assistencialista e voltada às práticas que viabilizassem votos, construindo uma política deliberada de exclusão e de morte, esquecendo-se de uma grande parcela prioritária para os atendimentos no SUAS, a exemplo de pessoas em situação de rua.

Não acredito que apenas o município em que trabalhei passe por esses entraves. Durante as experiências em aulas de pós-graduação e em palestras que proferi, ouvi de inúmeros municípios, principalmente os de pequeno porte, quanto a Política de Assistência Social é vista como um campo assistencialista. Trago para conhecimento que Poços de Caldas é um município que, apesar de enfrentar alguns desafios, é uma referência no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Possui praticamente todos os equipamentos e serviços previstos, recebe significativos investimentos financeiros do próprio município para expandir seus atendimentos e recebe frequentes visitas de outros municípios interessados em conhecer o trabalho realizado na Política de Assistência Social.

Pensei muitas vezes em desistir do meu cargo, deixar o trabalho com os técnicos e virar novamente uma técnica, mas insisti na gestão também como uma forma de resistir. Muitos são os atravessamentos institucionais no campo das políticas públicas. Estar na gestão e trabalhar com situações de vulnerabilidade como pobreza, situações de riscos e violações de direitos também nos convoca a refletir sobre nossas posturas instituídas, e muitos são os analisadores que perpassam esse campo, a exemplo do poder, do dinheiro, entre outros. Souza e Romagnoli (2021) afirmam que, para a Análise Institucional, todo processo de institucionalização se faz no embate entre a força do instituído, que quer se manter, reproduzir o que já existe, e o instituinte, que busca o novo, promovendo deslocamentos.

Em um raciocínio dialético, essas forças são contrárias e encontram-se em oposição no cotidiano institucional. Essas contradições são denunciadas pelos analisadores. Segundo as autoras, a atenção ao analisador é essencial no processo de conhecimento da instituição, pois, como nos lembra Lourau (1980, p. 156): "O analisador desinstitucionaliza, revela o instituinte achatado embaixo do instituído, e ao fazê-lo, desordena o instituído". Na verdade, a força do instituído sempre quer ocultar as contradições e os conflitos, permitindo que estas façam parte do "não dito" institucional operando para a manutenção institucional. Desse modo, o "não dito" corresponde a uma repressão, a uma censura à vontade de mudar da força instituinte. Contudo, essas tensões sempre aparecem, pois o processo de institucionalização é dialético, processual, e o conflito, em sua emergência, pode promover transformações.

Sendo assim, estar atentos a nossa postura ética-política é uma saída possível também para uma forma inventiva desses espaços dotados de linhas duras, passíveis de ações politiqueiras e arbitrárias. Para Boschetti e Behring (2021, p. 81), o que se vislumbra atualmente é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social.

Acredito que em minha prática como gestora pude encontrar nos territórios institucionais muitos profissionais que resistiam às mudanças, que não buscavam novas formas de trabalho e que ainda atuavam dentro de uma lógica assistencialista, o que, obviamente, era transmitido às famílias atendidas. No entanto, também encontrei potentes formas de trabalho, nas quais vários profissionais buscaram e ainda buscam estratégias de colocar a família no protagonismo de suas histórias e que, de fato, valorizam suas decisões e possibilidades de enfrentamento diante de suas vulnerabilidades. Muitas linhas de fuga foram produzidas e, muitas delas, juntos às famílias que são acompanhadas pelo SUAS.

2.2 Sobre o território da pesquisa e as linhas que foram traçadas

Sabe-se que o trabalho social com famílias, segundo Carvalho (2018), tem sido muito discutido, tanto pelo destaque do tema atualmente quanto pelas demandas por esse trabalho em diferentes políticas sociais. Para a autora, essas discussões envolvem inúmeros aspectos, como o próprio conceito de família, as diferentes configurações familiares contemporâneas, o modo como as políticas sociais incorporam a família em serviços, programas e benefícios, demandas e requisições desse tipo de trabalho, entre outros.

Nesse contexto das discussões encontra-se a Política Nacional da Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004), como dispositivo legal que assegura a proteção social às

> famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, tendo como centralidade na organização dos serviços e no trabalho social, a matricialidade sociofamiliar. (Carvalho, 2018, p. s/n).

A família ganha a centralidade na Política de Assistência Social e é inserida nas políticas sociais. O trabalho social com família, segundo Carvalho (2018), é assumido como uma metodologia de intervenção na realidade das famílias, que também passaram por transformações que vão do conceito de família às diversas configurações da vida familiar.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução n. 145, 2004, p. 28) designa a palavra "família" como um "conjunto de pessoas unidas, seja por laços consanguíneos, seja por laços afetivos e/ou de solidariedade". Nesse sentido, essa política traz um conceito inovador e ampliado sem o estigma da existência de um modelo idealizado, considerando família os diferentes modelos vivenciados pelos componentes do grupo da família. O conceito do trabalho com famílias é descrito por:

> Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter "preventivo, protetivo e proativo", reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012, p.11).

Costa e Cunha (2019), ao estudarem o conceito de família nas normativas da Política de Assistência Social, afirmam que há algumas variações nos documentos oficiais quanto à família em relação aos serviços socioassistenciais, sobretudo no que se refere à intervenção com esse grupo. Percebemos, desse modo, uma preocupação em legitimar as novas configurações familiares e tentar escapar da comparação com o modelo ideal de família nuclear, como se este modelo fosse "estruturado", e os demais "desestruturados". Assim,

> Se na PNAS (MDS, 2005) é possível encontrar a expressão "reestruturação familiar", no documento de orientações técnicas do CREAS (MDS, 2011) evidencia-se um esforço

> para que se evite a categorização de famílias em estruturadas e desestruturadas, mas menciona, contudo, que o empoderamento das famílias e de seus membros poderá levar à "reconstrução" das relações familiares ou à "construção" de novas referências no âmbito familiar e comunitário (MDS, 2011). Percebemos, assim, a substituição *ipsis litteris* do termo reestruturação familiar por reconstrução familiar. (Costa & Cunha, 2019, p. 384).

Nesse contexto, esta tese tem como objetivo investigar as práticas e as metodologias de acompanhamento familiar no SUAS nos serviços da rede pública socioassistencial do município de Poços de Caldas enfatizando a articulação do Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, destacando as práticas que produzem autonomia às famílias vulneráveis e a produção de novos processos de subjetivação.

No município de Poços de Caldas, o Sistema Único de Assistência Social está regulamentado pela Lei Municipal n. 9080, de 20 de outubro de 2015, e organiza os serviços socioassistenciais nas seguintes funções:

> I. Vigilância Socioassistencial: Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
>
> II. Proteção Social: Ações, cuidados, serviços, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto de vulnerabilidades sociais e econômicas.
>
> III. Defesa Social e Institucional: de forma a garantir o acesso e a defesa dos seus usuários aos direitos socioassistenciais. As proteções sociais são ofertadas por níveis de complexidade, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi regulada em âmbito nacional, com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), de forma descentralizada, participativa e articulada com as demais políticas setoriais (Lei Municipal n. 9.80, 2015).

O documento descreve que a Secretaria de Promoção Social executa a Política Municipal de Assistência Social e também duas Políticas transversais: a Política Municipal de Segurança Alimentar e a Política de Habitação. A Secretaria Municipal de Promoção Social tem por finalidade:

> I. Planejar e coordenar, no âmbito da Prefeitura Municipal, a política de assistência social em integração com as demais políticas públicas municipais, respeitando-se a área específica de atuação de cada uma delas.

II. Atuar como órgão de levantamento e acompanhamento de demandas sociais para informar o planejamento das políticas públicas municipais e dar suporte às secretarias executoras.

III. Manter canal permanente de comunicação entre a população e o poder público municipal através de articulação com movimentos populares da comunidade, recebendo demandas sociais emergentes para posição de novas ações.

IV. Articular e interligar as ações dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Cidadania, que já são ou vierem a ser formados no Município.

V. Sistematizar parcerias com a sociedade civil para maximização de recursos financeiros, materiais e humanos na execução de programas sociais.

VI. Coordenar, propor e opinar sobre a concessão de subvenções do Poder Executivo Municipal às entidades e instituições do Município, prestando inclusive assistência técnica para melhor aplicação dos recursos mencionados, ouvidos os Conselhos Municipais pertinentes.

VII. Elaborar, coordenar e acompanhar a execução e implantação de programas específicos da Secretaria, estabelecendo através de portarias as normas pertinentes à metodologia de trabalho e à sistemática operacional dos referidos programas.

VIII. Coordenar a política municipal do trabalho, articulando-se com a empresa privada, a sociedade civil, as instituições públicas e privadas, os organismos estaduais, federais e internacionais, objetivando a convergência de esforços e a integração de recursos, em função da criação de oportunidades de trabalho, da reciclagem de recursos humanos e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho local, da valorização do trabalho humano e da respectiva preservação dos seus direitos fundamentais.

IX. Implantar um sistema de formação de recursos humanos e de educação continuada (reciclagem) para atender as demandas de qualificação de recursos humanos da própria Secretaria e das parcerias com a sociedade civil.

X. Prestar assistência jurídica, em parceria com o Governo do Estado ou instituição de ensino, a pessoas comprovadamente carentes.

XI. Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar das atividades da política de habitação do Município.

XII. Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade.

XIII. Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

XIV. Aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade visando facilitar o acesso à terra urbanizada para viabilizar Programas Habitacionais de Interesse Social.

XV. Organizar e manter programas de aquisição de imóveis e terras para Habitação de Interesse Social.

XVI. Aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física de loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes.

XVII. Garantir, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas.

XVIII. Incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais.

XIX. Fornecer gratuitamente os serviços de engenharia e arquitetura a indivíduos e entidades vinculados aos programas habitacionais de interesse social.

XX. Reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos portadores de necessidades especiais.

XXI. Articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis.

XXII. Manter, estimular e ampliar programas de financiamento para a autoconstrução de moradia.

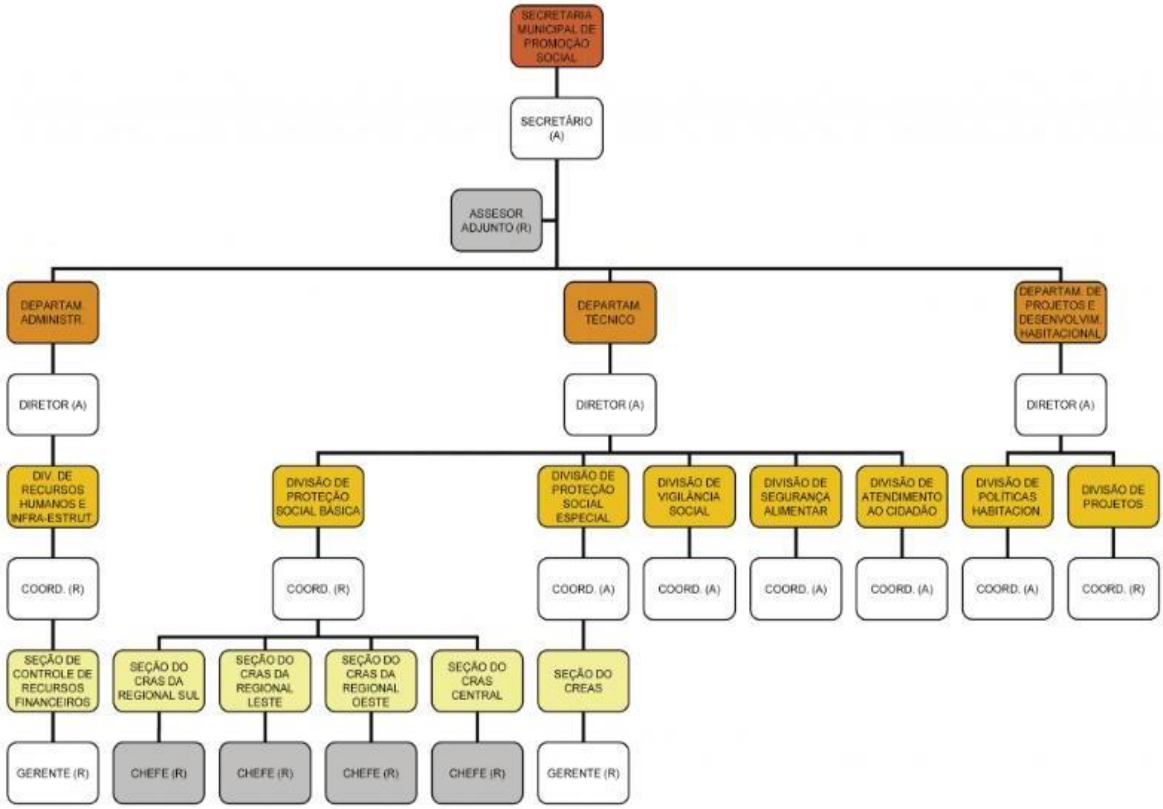
XXIII. Articular as ações dos conselhos municipais a ela vinculados e gerir os recursos dos respectivos fundos, quando for o caso.

XXIV. Exercer outras atribuições correlatas.

A Secretaria Municipal de Promoção Social de Poços de Caldas segue o seguinte organograma:

Figura 1

Organograma da Secretaria Municipal de Promoção Social de Poços de Caldas



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Poços de Caldas.

O acompanhamento familiar no SUAS, incluindo a articulação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade, em Poços de Caldas, ocorre em oito Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo três de apoio na Zona Sul e dois na Zona Leste, e contamos também com uma Equipe Volante que atende as Zonas Rurais. A equipe técnica é composta de profissionais de Ensino Médio, estagiários e técnicos de Psicologia e Serviço Social. A maioria dos profissionais técnicos passou em concurso público, sendo que há dez contratados com regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São 11 profissionais da Psicologia, sete estagiários de Psicologia e dezessetes profissionais do Serviço Social. Além disso, cada equipamento conta com um auxiliar administrativo, um profissional de serviços gerais e um motorista, e todos os CRAS possuem um carro.

Atualmente, apenas um CRAS está em um imóvel alugado e os demais têm sede própria. Vale ressaltar que o CRAS Oeste e o CRAS Sul seguem o modelo de estrutura federal, enquanto o CRAS Leste II está dentro do Centro de Artes e Esporte Unificados (CEU). A Proteção Social Básica também conta com 14 Serviços de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários. Esses serviços apresentam termos de parcerias entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) do município, que são amparadas pelo Marco

Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)[1]. Além desses modelos de parceria, a Proteção Social Básica conta com quatro Centros Dias, incluindo um para pessoas com deficiência e um para pessoas idosas.

Para auxiliar no acesso dos dados da Proteção Social Básica, dialoguei com a coordenadora dessa Proteção. Ela trouxe registros muito significativos, detalhou as dificuldades enfrentadas diante da pandemia, relatou a atual realidade e apontou dados para um olhar reflexivo. Além disso, ela afirmou que o número de atendimentos às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade foram 45.717 em 2017 e 118.615 em 2022. Também relatou um aumento dos benefícios eventuais após a pandemia, já que em 2017 foram distribuídas 2.145 cestas básicas e em 2022 foram 7.279.

Foi notório o aumento dos atendimentos e dos benefícios eventuais após a pandemia. Outro ponto de destaque evidenciado pela coordenadora foi a forma arbitrária pela qual o Programa Auxílio Brasil[2] permitia a inserção das famílias nos anos de 2020 a 2022 sem critérios adequados, o que fez o número de averiguações aumentar, sendo mais de 5.000 até o momento. Observou-se um grande aumento de indivíduos e famílias interessadas nos benefícios oferecidos pelo SUAS. Afinal, em um ano eleitoral as promessas cresceram, assim como a desinformação sobre os critérios estabelecidos para o cadastro e para o recebimento dos benefícios, além da veiculação das *fake N*ews.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, temos um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), e o local no município é próprio e segue o modelo federal. Conta com sete assistentes sociais e nove profissionais da Psicologia. A maioria da equipe é concursada, além de haver apenas três técnicos contratados, três estagiários de Psicologia e um do curso de Direito. Há ainda um gerente, dois assistentes de programas comunitários que atualmente fazem a função de auxiliar administrativo, um auxiliar de serviços gerais, um advogado e um motorista. O equipamento também possui um carro.

O Centro Pop e a Abordagem Social são equipamentos que também estão na Proteção Social Especial de Média Complexidade e, atualmente, contam comum profissional da

[1] Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Lei n. 13.204, 2015).

[2] O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, editou o Decreto que regulamentou o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n.º 1.061, de 9 de agosto de 2021. O Programa substituiu o Programa Bolsa Família e foi duramente criticado, pois abria mão da concepção de proteção e segurança social presente no texto constitucional. O Auxílio Brasil não se sustentava nas condicionalidades sob o viés de direitos e na focalização do público beneficiário como prioritário para serviços e benefícios.

Psicologia, um profissional do Serviço Social, um coordenador, um motorista, um auxiliar de serviços gerais e 17 agentes de atendimento emergencial que também estão aptos a dirigir, além de haver duas vans para transporte.

Outro serviço que a Proteção Social Especial de Média Complexidade engloba é o Programa em Guarda Subsidiada, que tem como objetivo evitar o acolhimento institucional ou a inclusão das crianças e adolescentes em famílias acolhedoras, permanecendo em seu convívio familiar e comunitário. O Programa Família Guardiã foi instituído na cidade Poços de Caldas por meio da Lei Municipal n. 9.215 (2017) como parte integrante da Política de Atendimento de Assistência Social do município. Trata-se de um serviço referenciado junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atua de forma a preservar a convivência familiar e comunitária por intermédio de subsídio técnico e financeiro às famílias extensas ou ampliadas, para que elas proporcionem às crianças e/ou adolescentes condições para o bom desenvolvimento biopsicossocial, como assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contemplando a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do município existem quatro serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, totalizando 60 vagas, que consistem em um serviço de Família Acolhedora oferecendo suporte técnico e financeiro para dez famílias cadastradas. Para as pessoas idosas são disponibilizadas 115 vagas em quatro Instituições de Longa Permanência (ILPIs) e 190 vagas para as pessoas em situação de rua, sendo dois abrigos e três casas de passagem. Todos os serviços oferecidos pela Alta Complexidade de Poços de Caldas são de execução indireta e recebem os repasses financeiros por meio de termos de parcerias previstos pelo Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC).

Os dados do site de Consulta, Seleção e Extração e Informações do Cadastro Único – CECAD (2023) e outros disponibilizados pela responsável da Vigilância Socioassistencial do município refletem uma significativa mudança no número de cadastros realizados. Em janeiro de 2019, foram 15.847, e, até março de 2023, 22.717 famílias foram cadastradas no Cadastro Único no município de Poços de Caldas, sendo 5.003 famílias em extrema pobreza, 6.841 famílias de baixa renda, 1.845 famílias em situação de pobreza e 9.028 famílias que recebem acima de ½ salário-mínimo. São 51.931 pessoas cadastradas, sendo que 56,20% são do sexo feminino, o que significa que a referência familiar no Cadastro Único é de que há 17.080 mulheres e 5.536 homens.

Considero que minha pesquisa começou quando ainda estava na coordenação da Média Complexidade. Muitas foram as cenas registradas no diário de campo, assim como as

observações e o detalhamento de situações institucionais, e acredito que, com a leitura do território, é possível apontar singularidades e produzir conhecimento. Para a escuta com os técnicos do SUAS e as famílias acompanhadas, criou-se roteiros de entrevista (Apêndices C e D) e uma possibilidade para dialogar por meio de uma roda de conversa.

A fim de produzir os dados desse estudo, coletar as informações dessas estratégias, ir ao campo, fazer as entrevistas e observar os equipamentos, contei com o auxílio de uma estudante[3] de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Poços de Caldas, Minas Gerais. A aluna também é bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e colabora com suas impressões sobre o campo. Acredito que essa seja uma oportunidade muito potente, tanto para a produção do conhecimento que será gerado por esta tese quanto para o olhar da estudante que já está em um campo de pesquisa podendo atualizar seu modo de pensar sobre a realidade do SUAS, contribuindo, assim, com a construção desta pesquisa e com a sua formação.

As entrevistas se iniciaram em abril de 2022 com o auxílio da estudante. A aluna se deslocou até os territórios para o diálogo com as técnicas. Inicialmente foram indicadas três profissionais que trabalham nos CRAS de Poços de Caldas para responderem às questões descritas nas entrevistas (Apêndice C), e começamos com a Proteção Social Básica. No processo de formação da aluna, mantive um contato semanal com ela sobre os equipamentos do município, explanei sobre o SUAS e descrevi alguns fluxos do acompanhamento familiar, bem como o trabalho intersetorial vivenciado nesses equipamentos. Também instiguei a aluna a observar o campo, ler nas entrelinhas e explorar seu campo visual, trazendo, além das entrevistas realizadas, as suas impressões pessoais.

As entrevistas trouxeram inúmeras reflexões, como a importância dos vínculos dos técnicos com as famílias, a frustração dos técnicos quando o tempo da família se apresenta diferente do tempo do planejamento do técnico diante do Plano de Acompanhamento Familiar e a dificuldade de a família se habituar aos acompanhamentos.

As idas aos CRAS para as entrevistas foram também retratadas pela dinâmica intensa de atendimentos. Algumas entrevistas tiveram que ser remarcadas, enquanto outras sofreram um atraso significativo. No olhar da aluna bolsista, foi perceptível a demanda de atendimentos nos CRAS. Os equipamentos são serviços de acesso livre, o que faz com que as famílias busquem por informações e atendimentos, bem como a procura de benefícios. Podemos

[3] A aluna se chama Ana Elisa de Paula Camargo, que iniciou a pesquisa quando estava no 5° período de Psicologia na PUC Minas *campus* Poços de Caldas/MG.

enfatizar que o período das entrevistas se deu em um período pandêmico não tão agravado, mas dotado de consequências frente às vulnerabilidades das famílias acompanhadas em decorrência da falta de empregos, por exemplo. Abaixo segue o quadro que aponta o perfil dos profissionais entrevistados.

Tabela 1

Técnicos (CRAS e CREAS)

Nome	**Idade**	**Sexo**	**Equip. em que atua**	**Cargo**	**Tempo de Serviço**	**Formação**
Bárbara	42 anos	Feminino	CRAS OESTE	Técnica	10 anos	Assist. Social
Ana Lúcia	64 anos	Feminino	CREAS	Técnica	29 anos	Assist. Social
Tatiana	48 anos	Feminino	CREAS	Técnica	10 anos	Psicóloga
Vânia	43 anos	Feminino	CRAS LESTE I	Técnica	16 anos	Assist. Social
Lívia	34 anos	Feminino	CRAS Volante	Técnica	12 anos	Psicóloga
Allan	36 anos	Masculino	CREAS	Técnico	10 anos	Psicólogo

As famílias dos CRAS que participaram das entrevistas foram convidadas pelas coordenadoras dos equipamentos e agendadas para a aluna bolsista realizar as perguntas do questionário. O objetivo da pesquisa foi explanado para as famílias interessadas e que se propuseram a participar. As famílias do CREAS que participaram foram convidadas no dia da Pré-Conferência da Assistência Social realizada no próprio equipamento. A aluna esteve no local, e as famílias eram abordadas à medida que elas chegavam para participar do evento. As famílias participantes foram as que se interessaram e quiseram contribuir com a pesquisa.

Notamos que, nas famílias entrevistadas, todas as entrevistas se deram com mulheres. Uma realidade vivenciada nos acompanhamentos e intervenções dos CRAS e CREAS, em que a realidade na maioria das mulheres em situação de vulnerabilidade social é ser responsável pelas tarefas da casa e da família.

Sousa et al. (2020) afirmam que na família se reproduz o papel protetivo, em que a responsabilidade recai ainda mais sobre a mulher, colocando-a no lugar do cuidado, da proteção e da esfera do doméstico.

> Historicamente há uma expressiva vinculação das mulheres com a responsabilidade da manutenção dos problemas sociais, resultante do sistema capitalista patriarcal. A fusão patriarcado-capitalismo foi se construindo como uma ferramenta central para estruturar e reproduzir as relações desiguais de sexo e continuar extraindo mais trabalho não remunerado feminino, garantindo as condições necessárias para acumulação de capital. O capitalismo se apropriou do patriarcado para exercer seu poder hegemônico em todas as esferas na sociedade e criar divisões dentro da classe trabalhadora, ocasionando, também, o não reconhecimento entre homens e, principalmente mulheres, como sujeitos explorados pelo mesmo sistema. (Sousa et al., 2020, p. 92).

Assim, as mulheres, nas famílias, presas em papéis de gênero, assumem o lugar do cuidado: na manutenção da casa, no fazer da comida, no faxinar o espaço doméstico, no educar os filhos. Construção de gênero também presente nas equipes do SUAS, predominantemente formadas por mulheres, como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 2

Famílias (CRAS)

Nome	Valquíria	Nathália	Franciene	Mara	Lilian
Idade	48 anos	30 anos	27 anos	27 anos	54 anos
Sexo	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
Equipamento (acompanh.)	CRAS LESTE I	CRAS OESTE	CRAS OESTE	CRAS OESTE	CRAS LESTE I
Tempo (acompanh.)	2 anos em CRAS e CREAS, e 1 ano na APAE.	2 anos	4 anos	5 meses	2 anos
Serviços Utilizados/ Programa/ Benefícios	C.V., BPC, B.F., Assist. Social e Apoio Psi.	V.T., C.B., Grupos de Convivência, Assist. Social.	Cesta Básica, Assist. Social.	Grupo de Apoio à família, Assist. Social e Psi.	Cesta Básica, Assist. Social.
Grau (parent.)	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE	AVÓ

Legenda: C.V.: Cesta Verde | C.B.: Cesta Básica | BPC: Benefício de Prestação Continuada | B.F.: Bolsa Família | V.T.: Vale Transporte

Tabela 3

Famílias (CREAS)

Nome	Idade	Sexo	Equipamento (acompanh.)	Tempo (acompa.)	Serviços Utilizado/ Programa/ Benefícios	Grau (parent.)
Andressa	21 anos	Fem.	CREAS, Núcleo da Mulher.	1 ano, mas houve pausa.	Assist. Social, Psicóloga e Psiquiatra.	MÃE (3 filhos, guarda compartilhada).
Adriana	47 anos	Fem.	CREAS e CRAS Leste I.	8 meses no CRAS e 1 ano no CREAS.	Participa de Rodas de Conversa.	MÃE

Foram realizadas três entrevistas com os técnicos dos CRAS, três entrevistas com os técnicos do CREAS, uma roda de conversa com os profissionais do CRAS, uma roda de conversa com os técnicos do CREAS e sete entrevistas com as famílias, sendo cinco do CRAS e duas do CREAS.

A aluna esteve em cada equipamento e, em decorrência disso, pôde observar e descrever suas impressões sobre o campo. Conduzi as rodas de conversa e também registrei minhas impressões sobre o campo. É necessário ressaltar que se desenvolveu um trabalho sistemático a fim de contribuir para a produção de conhecimento sobre o campo de ação que se deu na interface entre esses serviços de proteção enfatizando, sobretudo, a atuação das equipes de referência.

> ... a construção do como fazer uma pesquisa cartográfica depende, a cada caso, objetivos da pesquisa, das condições de seu desenvolvimento, das experiências e apostas do pesquisador e das relações que são construídas entre pesquisador, demais participantes e o contexto da pesquisa com suas dimensões singulares e móveis. (Cardoso & Romagnoli, 2019, p. 11).

A pesquisa foi avaliada pelo comitê de ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Esse comitê é registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde.

2.3 Restituição e análise

Por meio dos dispositivos de produção de dados, levantamos as seguintes linhas presentes na rede que sustenta o acompanhamento familiar nos equipamentos estudados: *Precarização do SUAS, Formação centradas no indivíduo, Naturalização da Família Nuclear e Burocratização das práticas*. Essa análise compõe os capítulos da tese. Essas linhas se interpenetram e formam o novelo do cotidiano da Política de Assistência Social na sua relação com a família.

A restituição ocorreu com um grupo de técnicos, e foi possível nesse encontro apontar para os profissionais as linhas que se apresentaram na produção de dados. Sabe-se que a restituição:

> ... está associada à experiência de uma virada epistemológica produzida com o acontecimento político do processo de descolonização que colocou em análise "as sempre presentes e negligenciadas relações de poder entre ciência e colonialismo". Segundo o autor, uma discussão que se evidenciou através da produção do saber antropológico (Firth, 1997; Clifford 2002), mas cujo efeito analisador repercutiu no modo de produzir conhecimento, nos mais diferentes campos de saber, situando mais uma pista de como nosso modo de pesquisar é agenciado e produzido na política de abordagem do próprio social. (Amador et al., 2015, p. 235).

Não tinha vivido, em minha experiência como pesquisadora, um momento que me possibilitasse um deslocamento frente ao campo. Se ora me vi muito endurecida entre a teoria e a prática, entre as entrevistas e os escritos do diário de campo, pude, com a vivência da restituição, revisitar um viés político da minha prática, este por ora adormecido. "O processo de restituir às pessoas com quem se trabalhou o saber que se permitiu construir é uma ideia recente que, por muito tempo, escapou completamente aos pesquisadores" (Amador et al., 2015, p. 235).

Esse espaço de escuta aconteceu na Superintendência de Ensino de Poços de Caldas. Ao todo foram quatro técnicos do CREAS, sendo uma psicóloga, um psicólogo e duas assistentes sociais, e do CRAS foram duas psicólogas e quatro assistentes sociais. A coordenadora da

Proteção Social Básica também compareceu, e a aluna bolsista bem como a orientadora da pesquisa estiveram comigo nesse processo.

Compilei os primeiros dados da pesquisa e, em modo de apresentação, fui lançando aos profissionais o que colhemos juntos na produção do estudo. Minha orientadora estava comigo e juntas fazíamos anotações sobre os comentários e as reflexões que surgiam. No início da minha fala, introduzi uma explicação a respeito da pesquisa-intervenção e também sobre a restituição.

Uma breve apresentação foi realizada para que os profissionais compreendessem como a pesquisa estava estruturada e como a leitura por meio do rizoma se dava nesse emaranhado de linhas de segmentaridade duras, linhas de segmentaridade flexíveis e linhas de fuga. Essas linhas trataram das dificuldades que apareceram em temas como intersetorialidade, sobrecarga dos técnicos, carência de formação, reprodução institucional e marcadores sociais. Além disso, versaram sobre as aberturas nos espaços e atividades coletivas conduzindo a invenções, na pandemia, no cotidiano, na formação continuadas, entre outros. Conversamos ainda sobre a percepção das famílias sobre os serviços, as relações estabelecidas e o desconhecimento dos serviços, uma vez que a maioria vem encaminhada por algum outro equipamento da rede socioassistencial. "A restituição e a participação, nessa perspectiva, não constituem uma concessão, mas sim uma estratégia analítica desse modo de pesquisar-intervir que torna necessário o movimento de composição de um coletivo pesquisador" (Amador et al., 2015, p. 235).

Não senti que minha posição anteriormente de gestora os impediu de dialogar e fluir com o debate, o que era meu medo. Tinha o receio de que essa posição que até então ocupei pudesse distanciar as contribuições e as críticas dos profissionais. No entanto, ocorreram inúmeras contribuições, e conseguíamos retornar com o que havíamos discutido nas rodas de conversa, além de ampliar para o cotidiano e as vivências dos equipamentos.

Mais do que um lugar que veio para dar um retorno e construir com a pesquisadora, a restituição me mostrou a necessidade que esses profissionais têm de dialogar sobre seu cotidiano no SUAS. Ouvi muito mais que os pontos das entrevistas e da roda de conversa; ouvi uma necessidade de serem amparados em sua subjetividade, em seus fazeres e serem ouvidos em suas demandas. Acredito que esse foi um ponto importantíssimo nesta pesquisa, visto que ela de fato foi realizada com eles, em uma construção mútua.

Com o foco exclusivamente no doutorado, não me encontro mais atuando na Política de Assistência Social no município, e esse distanciamento prático por muitas vezes pode ter se manifestado em minha escrita da tese. Aposto que essa possível rigidez ocorreu porque o corpo-

pesquisadora está mais alinhado com as leituras teóricas, sendo pouco inventiva, e, assim, no processo de escrita, também me vi reproduzindo. Entretanto, foi por meio do encontro com os profissionais que experienciei e revisitei minha prática. A lembrança do campo se fez, e na escuta, esta repleta de trocas e reflexões, observei o efeito de uma pesquisadora que pode articular ideias com o que ouvia, tecendo, nesse emaranhado de ideias, a possibilidade de construir um dispositivo analítico para uma produção inédita de dados.

No arcabouço do SUAS, encontramos as contradições do acompanhamento familiar, que ora amplia nosso olhar diante da autonomia da família e ora coloca o técnico como alguém que direciona a família para um campo disciplinar. Na restituição, ouvimos por meio das linhas que havíamos produzido com as rodas de conversas e entrevistas com os técnicos reflexões importantíssimas para o desdobramento desta pesquisa. Amador et al. (2015) discorrem que esse modo de produzir conhecimento, nos mais diferentes campos de saber, apresenta mais uma indicação de como nosso modo de pesquisar é agenciado e produzido na política de abordagem do próprio social.

A rede de efeitos do acompanhamento familiar será apresentada nos capítulos seguintes.

3 ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL: entre endurecimentos e aberturas

3.1 Sobre o acompanhamento familiar e suas linhas

No campo das políticas públicas, a política de assistência social busca garantir os direitos sociais para a população, em um país com grandes desigualdades estruturais. Essa política sustenta a assistência social em todo o Brasil, como direito do cidadão e dever do Estado tendo como função a proteção social. Entretanto, a conquista da Constituição de 1988 e as condições de cidadania se engendram em meio a contradições, forças políticas, econômicas e sociais, campo de tensões e desafios. Cabe destacar que esses vetores de forças se tornaram intensificados mais recentemente com a pandemia do coronavírus (Romagnoli et al., 2021). Naquele momento e na sua sequência, essa política, enquanto política essencial, por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), acabou sendo ainda mais acionada por grande parte das famílias brasileiras que sofreram grandes impactos econômicos e sociais.

Dividido em níveis de proteção, o SUAS contempla a Proteção Social Básica, que viabiliza um trabalho preventivo às famílias e indivíduos em seu território, como o trabalho dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. O SUAS tem também a Proteção Social Especial, dividida em dois níveis de proteção: Média Complexidade e Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, com competências e atribuições definidas, tendo como foco o atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. Dessa maneira, a oferta na Proteção Social Especial de Média Complexidade solicita acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede assistencial, devido à natureza e ao agravamento dos riscos, pessoais e sociais, vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2017). No âmbito de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, constituem unidades de referência para a oferta de serviços o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, tem como o objetivo ofertar serviços especializados, em diferentes equipamentos e modalidades, com vistas a

afiançar a segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução Federal n. 109, 2009) define o trabalho social essencial dos serviços de atendimento às famílias, a saber, a acolhida, que consiste na escuta das demandas e necessidades; a escuta; o estudo social, durante o qual se define se a família será inserida no Acompanhamento Familiar ou apenas no Atendimento; o diagnóstico socioeconômico; o monitoramento e a avaliação do serviço; a orientação e o encaminhamentos para a rede de serviços locais; a articulação intersetorial com outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD); o desenvolvimento do convívio familiar e comunitário e a construção de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento com orientação sociofamiliar, entre outras ações complementares.

Os objetivos do Acompanhamento Familiar, segundo Fernandes e Leonidas (2021), têm relação com a necessidade de antecipação, por parte dos técnicos, da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a propiciarem uma forma de atendimento que proteja a família. Dessa maneira, atuam no desenvolvimento de potencialidades para possibilitar o enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais, o desenvolvimento da autonomia, acessando os direitos sociais previstos na constituição, e a elaboração de projetos de vida (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

Nesse contexto, uma das preocupações evidenciadas nas cidades, em diferentes proporcionalidades populacionais, entre elas Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, é o trabalho com as famílias vulneráveis. No cenário da política de assistência social, tendo em vista o acompanhamento familiar, é necessário produzir conhecimento e sustentar tanto a complexidade que atravessa o acompanhamento familiar quanto a construção de alternativas de trabalho com a família, matriz das intervenções nas políticas setoriais. Vale lembrar que, diante da pandemia, como apontamos acima, a referida política se mostrou tão importante quanto a política de saúde. Durante esse período, todos os níveis de proteção foram acionados emergencialmente, resultando em uma sobrecarga significativa nos equipamentos e no trabalho técnico. Isso evidencia ainda mais as tensões e as interações entre os diferentes níveis de proteção social oferecidos pelo SUAS.

Como vimos, temos inúmeros desafios: a territorialização das vulnerabilidades, as ações e os sentidos dos profissionais do SUAS, como a persistência no modelo de família nuclear, a desqualificação das famílias como desestruturadas, potencializando o aumento da exclusão, preconceito, dentre outros. Nesse sentido, esses impasses afetam a organização e controle do cotidiano do trabalho no SUAS. Todavia, podemos encontrar também formas potentes e

inventivas para um trabalho eficaz com famílias, em que ações são agenciadas, linhas de fuga nas quais as reproduções são burladas e em relações entre profissionais e famílias, abordadas em suas funções protetivas, mesmo em situação de vulnerabilidades.

É importante ressaltar que cabe aos profissionais que atuam com famílias estarem prontamente alinhados com as diversas configurações de famílias existentes, não partindo de sua própria referência de família, mas buscando compreender cada dinâmica e singularidade (Souza, 2019).

Como a política de assistência social apresenta uma série de impasses nas intervenções com o grupo familiar, entendemos que é necessário ter posturas críticas e inventivas nesse contexto. Nesse sentido, as ideias de Deleuze e Guattari (2011) nos permitem pensar o rizoma não só como um meio de explicar o pensamento, descrito no capítulo anterior, mas também o acompanhamento familiar com uma rede, não tendo início nem fim, tratando-se de um campo de experimentação. Afinal, cada família apresentará seu funcionamento e necessitará ou não de diferentes demandas em seu processo de acompanhamento.

De acordo com Deleuze e Guattari (2011), pela botânica o rizoma distingue-se absolutamente de raízes e radículas, tendo formas muito diversas, em todos os sentidos e sem linhas hierárquicas, assim um rizoma não se fixa a um ponto ou posições. O rizoma corresponde a uma rede móvel de caules, fluxos, redemoinhos e turbulências, de limites internos e externos difusos, em que se pode entrar e do qual é possível sair de qualquer ponto, que pode ser percorrida em diversas direções. Nele cada ponto conecta-se com outro. Além disso, ele é feito de direções flutuantes, sem início nem fim, mas, segundo os autores, ele apenas cresce e transborda, sem remeter a um centro.

A ideia de rizoma traz outra imagem de pensamento contrapondo-se aos pensamentos arborescentes, que implicam hierarquias em modelo. Nesse sentido, o rizoma opera por imanência de diferentes linhas, que se entrecruzam como uma rede. Assim, compreendemos que o conceito, para os autores, explica como se processa o pensamento, corroborando a teoria da multiplicidade, já que o rizoma não pode ser associado a uma unidade, mas sim a uma trama, a uma teia em que estão presentes endurecimentos e aberturas. Isso porque "Toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação" (Deleuze & Guattari, 2011, p. 25). Nesse funcionamento, vemos, no acompanhamento, famílias sendo julgadas por não serem famílias nucleares, por exemplo, e por fugirem ao modelo dominante. Por outro lado, "uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem

crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)" (Deleuze & Guattari, 2011, p. 25).

Nesse outro funcionamento, também presente no rizoma, quando alinhávamos nosso pensamento aos processos e às histórias de vida de cada família, tínhamos a abertura para outras possibilidades, outras conexões. Essas aberturas do acompanhamento familiar e do trabalho em rede nos levam ao conceito de agenciamento, pois só se produz algo, driblando a reprodução do endurecimento, se houver conexão para se produzir algo novo, associação com a alteridade, o coletivo. O agenciamento corresponde à conexão entre o que está endurecido e o que pode inovar, de forma singular e processual, unindo forças e fazendo a passagem entre as linhas duras e as linhas de fuga. Nesse sentido, o agenciamento tece a trama rizomática e maquina novas realidades. Assim, é preciso desestabilizar os modelos para se inventar, para se associar às famílias.

O rizoma vai se contrapor à ideia de representação, mesmo que se encontre segmentarizado ou estratificado, e esse modo de pensar abre uma possibilidade ou inúmeras possibilidades de se trabalhar com a heterogeneidade. Afinal, "Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma (Deleuze & Guattari, 2011, p. 25). Como, então, capturar e compreender a potência da vida que se faz presente na perspectiva rizomática? A compreensão do conceito de rizoma passa, necessariamente, pelo entendimento das diferentes linhas que o compõem. Na tentativa de se afastarem dos modelos transcendentes e defenderem a imanência, os autores propõem a apreensão da realidade por linhas com funcionamentos diferentes.

> Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. (Deleuze & Guattari, 2011, p. 43).

Assim, são três os tipos de linha: as linhas da segmentaridade dura, as linhas flexíveis e as linhas de fuga. As linhas de segmentaridade dura, como o próprio nome denota, são marcadas pela rigidez e são da natureza do instituído. Pode-se dizer que são as linhas de mais fácil identificação, uma vez que estão normalmente relacionadas à própria formação dos sujeitos, como o percurso família-escola, escola-trabalho, trabalho-aposentadoria. São as linhas que delineiam as classificações: sexo, classe, nível, dentre outros, funcionando de modo dicotômico e classificatório (Deleuze & Guattari, 2012). Pode-se dizer ainda que as linhas duras remetem

ao nível de realidade que se apresenta como dado, naturalizado. Seu caráter permanente tende a afastar o questionamento e a crítica. Já as linhas flexíveis são de natureza mais maleável e se modificam, não buscando estratificar constantemente, contendo fluxos e partículas que escapam ao controle dos sistemas molares (Cassiano & Furlan, 2013). As linhas de fuga, por sua vez, possibilitam o escape dos estratos, do instituído, e são linhas de ruptura, que trazem o novo, o inventivo.

Desse modo, esse rizoma é composto de linhas imanentes e justapostas, tecidas não só a partir dos documentos das normativas instituídas e das tensões macropolíticas, mas também no cotidiano de atuação dos profissionais. Linhas que são muitas vezes duras, cristalizadas, e interferem no acompanhamento familiar. Para a Esquizonálise, essas linhas duras são as linhas de controle, normatização e enquadramento, e através de seus atravessamentos se busca manter a ordem e evitar o que é considerado inadequado a determinado contexto social instituído (Cassiano & Furlan, 2013).

> Nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto, os sentimentos como relacionamentos entre pessoas são segmentarizados, de um modo que não é feito para perturbar nem para dispersar, mas, ao contrário, para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal. (Deleuze & Guattari, 2012, p. 67).

Essas linhas, para Romagnoli (2014a), segmentam e territorializam ações e sentidos dos profissionais do SUAS como um todo e aqui, especificamente, a relação com o grupo familiar, a exemplo da persistência no modelo de família nuclear e da desqualificação das famílias como desestruturadas, como vimos acima, potencializando o aumento da exclusão, o preconceito. Por outro lado, com outro funcionamento, desterritorializante e conectivo, essas linhas também podem desterritorializar ações, traçando linhas de fuga, nos encontros com as famílias, que alteram a maneira como profissionais enxergam nas famílias suas funções protetivas, mesmo em situação de vulnerabilidades. Desse modo, as linhas de fuga possibilitam que profissionais entendam que as próprias famílias, na maioria das vezes, indicam saídas e enfrentamento potentes para o seu cotidiano. Essas linhas de fuga escapam da naturalização da família como nuclear, harmônica e incapaz. Linhas também necessárias, pois

> ... a naturalização desvaloriza a complexidade e a singularidade do grupo familiar. Entendemos que essa desconsideração é uma estratégia de assujeitamento que inviabiliza uma valorização da experiência vivida com cada família no cotidiano do

> serviço de saúde, buscando a homogeneização de grupos distintos. (Romagnoli, 2013, p. 149).

Nesse sentido, cabe aos profissionais que atuam com famílias estarem prontamente alinhados com as diversas configurações de famílias existentes, não partindo de sua própria referência de família, mas buscando compreender cada dinâmica e singularidade (Souza, 2019). As famílias apresentam múltiplas formas de existir, e toda multiplicidade é rizomática, substantivo que remete ao descentramento do uno para as multiplicidades, compostas de conexões entre linhas em um plano de consistência, que liberta os profissionais do julgamento, atravessa e desfaz desqualificações e hierarquias (Deleuze & Guattari, 2011); plano este dos encontros que vão gerar outros sentidos que escapam do modelo dominante de família.

3.2 O acompanhamento familiar em rede: exercício rizomático

Dentro do contexto do SUAS, encontramos as contradições no acompanhamento familiar, que às vezes ampliam nossa visão sobre a autonomia da família e outras vezes posicionam o técnico como alguém que direciona a família para um campo disciplinar.

Como observamos, esse processo é caracterizado por uma complexidade e uma dinâmica contínua, podendo ser comparado a um rizoma, que também envolve a intersetorialidade. Isso porque os limites estruturais da nossa sociedade, sobretudo no que se refere ao atendimento da população, evidencia a necessidade da articulação entre os setores, por meio da formação de uma rede de proteção social para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

A intersetorialidade aponta caminhos e desafios para as políticas públicas, a fim de associar as políticas sociais, de saúde e de educação de forma a atuarem nos mesmos territórios. Os outros setores que compõem a sustentação dos direitos sociais e os próprios níveis de assistência social funcionam como uma rede, como um rizoma formado por linhas duras, pelo instituído e, algumas vezes, por linhas de fuga. Cabe salientar que o acompanhamento familiar no âmbito do SUAS exige ainda uma articulação entre os níveis de proteção básica e especial, demandando um diálogo constante dos técnicos que referenciam as famílias que transitam nesses serviços, sendo que o CRAS atua no trabalho sistemático no território, prevenindo situações de risco, enquanto o CREAS trabalha no rompimento das violações de direitos.

No entanto, essa necessidade de conexão ocorre com tensões, e, na maioria das vezes, o trabalho é sobreposto, falho, apresentando lacunas e deflagrando os desajustes de fluxos e do

acompanhamento sistemático das famílias. Observamos nas práticas do trabalho social com famílias que esses equipamentos sofrem cotidianamente entraves no fluxo entre os níveis de proteção e alguns impasses na comunicação entre os técnicos que referenciam essas famílias. Presos na identidade de cada nível, insistindo em uma homogeneização e com dificuldade de lidar com a diferença, o rizoma se fecha em um segmento que tende a se repetir, a rejeitar associações, a desqualificar outra leitura da mesma questão.

Nas entrevistas, essas situações foram elucidadas na linha do *Diálogo entre os níveis de proteção*, ficando explícito quando um profissional indica que é preciso haver muito mais articulação entre o CRAS e o CREAS, acha ainda distante esse diálogo, declara que se perde o terreno desses equipamentos, pois os fluxos são definidos no caso a caso, não sendo uma definição geral de fluxos. Nota-se que, conforme apontado por um psicólogo do CREAS:

> ... são poucos os casos que a gente consegue atuar juntos de verdade. A gente tem aquela coisa "ah, todo caso que está no CREAS devia estar no CRAS", mas isso nem sempre funciona. Nem sempre o CRAS está acompanhando ao mesmo tempo. Se a gente articula, quando acontece é muito melhor, a gente faz um serviço aqui, faz um serviço lá e a pessoa vai escutar a mesma coisa.

Por muitas vezes, os casos que chegam na Proteção Social Especial de Média Complexidade por uma situação de violação de direito se referenciam aos equipamentos para os quais foram encaminhados. Isso ocorre pelo fato de que a própria demanda do CRAS não consegue firmar um acompanhamento familiar sistemático junto ao CREAS ou porque o entendimento do profissional que referencia a família é de que a família agora pertence a outro equipamento, por exemplo, o CREAS. Sabemos que as demandas são especializadas, porém as famílias não podem ser fragmentadas em suas necessidades e precisam ter entendimento sobre os espaços dos quais participam para superarem suas situações de desproteção.

Ainda reforçam que essa articulação entre os níveis de proteção é fundamental, já que, como pontua uma psicóloga do CREAS:

> ... é como a espinha dorsal do SUAS, não tem como ter proteções separadas ou diferentes na proteção dos direitos ou nesse acompanhamento familiar, porque essa família que está no território que há uma violação, ela é encaminhada à proteção especial e logo havendo o cessar, rompimento do ciclo da violência ou da violação, ela retorna para o território e aí a porta de entrada, sendo a proteção social básica, dá continuidade a todo o trabalho que é desenvolvido pelas proteções. Assim como o próprio nome diz, é uma proteção, eu vejo um trabalho em que essa rotulação é extremamente importante

e enriquecedora para a compreensão dessa família ao território, visto que ela retorna ao mesmo.

Blanco (2020) apresenta casos em um estudo sobre o SUAS e suas conexões no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e aponta alguns impasses nas intervenções entre os serviços da Política de Assistência Social, como os limites da Proteção Social Básica para garantir o acesso às seguranças afiançadas. Dentre esses impasses, a autora ressalta as dificuldade de diálogo dentro da própria Política Municipal de Assistência Social entre os níveis de Proteção Social; as demandas da família que extrapolam as ofertas da Assistência Social; os serviços de atendimento de proteção à mulher fora do território, dificultando o acesso; a responsabilização que as políticas públicas atribuem exclusivamente à mulher, no que se refere ao cuidado com os filhos; o desafio do CRAS de ser "porta de entrada" do SUAS dada a complexidade dos casos e a dificuldade de se estabelecer os limites de atuação da Proteção Social Básica; os limites dos espaços de discussão intersetorial no território que ainda não estão instituídos. Esses são pontos críticos entre as famílias e o Estado.

Nesse contexto, destacamos ainda como a falta de diálogo entre o CRAS e o CREAS dificulta a integralidade da proteção social que deve ser assegurada com participação ativa e implicada da gestão na sua construção e manutenção. Isso porque "Sem a integralidade nas ações para superação de questões sociais complexas, torna-se inviável e limitado o trabalho na Proteção Social Básica" (Blanco, 2020, p. 54). Na verdade, não só na proteção básica, mas também em todo o SUAS. Contudo, linhas duras impedem conexões. Na minha experiência como trabalhadora do SUAS, constatei que, por muitas vezes, o que dificultava o diálogo entre o CRAS e o CREAS era a incompreensão dos profissionais frente às normativas, bem como o próprio desentendimento dos técnicos acerca das funções de cada um dos níveis da política. Há ainda uma grande dificuldade por parte dos técnicos em compreender os termos utilizados na Política de Assistência Social e vivenciá-los na prática em suas intervenções cotidianas com as famílias. Por exemplo, os termos como "situação de risco", "vulnerabilidade" e "violação de direitos" geram certas complexidades aos atendimentos. Será pelo fato de que a atuação requer uma proximidade com o Sistema de Garantia de Direitos? Requer um caráter preventivo? Cabe uma orientação? Um encaminhamento?

Muitas famílias circulam por vários equipamentos da rede socioassistencial, vivenciando situações que não cessam de repetir seus ciclos de violações de direitos. Muitas delas contam com acompanhamentos sistemáticos dentro da Proteção Social Básica e, por vezes, referenciam-se a esses serviços, como o CRAS. Contudo, ao chegarem ao CREAS por uma situação de violação de direitos, elas não se vinculam aos novos profissionais. Em minha

experiência, a falta de um acompanhamento sistemático e o fato de esses profissionais não estarem alinhados com as famílias na tentativa de romper com a vulnerabilidades, tanto no CRAS quanto no CREAS, fazem com que essas situações se agravem e propaguem as violações de direitos.

Outro ponto de destaque nessa dificuldade de diálogo entre os níveis de proteção ocorre quando o CRAS se torna um lugar que absorve muitas demandas burocráticas, o que não favorece um olhar singular às famílias, rompendo com a lógica de prevenção e fortalecimento de vínculos familiares. Há ainda situações em que muitos equipamentos operam nas emergências tamponando outros serviços da rede socioassistencial, fazendo com que os profissionais se sintam como as únicas referências das famílias. Além disso, é comum que muitos casos cheguem ao CREAS em uma suposta violação de direito, o que não colabora para um trabalho efetivo, pois muitos casos poderiam ser orientados e sanados em um viés preventivo na Proteção Social Básica.

***

Recebemos no CREAS um caso de uma idosa na época em que era gestora. Ao lermos o relatório encaminhado pelo CRAS do território, notamos que não havia definida uma situação de violação de direito. Um caso complexo, em que a idosa se mostrava em risco, pois não se referenciava ao CRAS para um acompanhamento sistemático, não estava sendo acompanhada na saúde, não se alimentava corretamente e perambulava pela rua. Nossa compreensão técnica era de que, se o caso não fosse trabalhado intensamente na Proteção Social Básica e na Política de Saúde, a situação poderia se agravar e aí, sim, chegar ao CREAS como uma violação de direito.

No nosso entendimento, as apostas seriam no território e em uma articulação intersetorial. Isso foi o que ocorreu, mas o exemplo aqui descrito reflete um encaminhamento ao CREAS, onde a técnica do Núcleo da Pessoa Idosa identificou que o caso inicialmente não seria da Proteção Social de Média Complexidade.

No caso em questão, a técnica do CREAS foi até a casa da idosa com a técnica do CRAS de referência, ambas discutiram o caso e juntas procederam para uma referência ao território, ainda em uma aposta protetiva. Entretanto, quantos são os casos em que não há essa disponibilidade técnica e que os desajustes vão se desdobrar em uma má interpretação do caso, em uma sobrecarga de atendimentos aos indivíduos e famílias? Faz-se necessária, assim, uma articulação. (Memórias de um registro de campo).

***

Ainda sobre articulação, cuja dificuldade também observamos em nossa atuação, como vimos acima, Cruz (2020) afirma que é preciso ressaltar o papel dos dispositivos de referência

e contrarreferência, meios pelos quais a Política operacionaliza esse diálogo. Essa articulação é apresentada no Caderno Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

> A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS. A contrarreferência é sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2009, p. 10).

Desse modo,

> ... a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica requer também a conexão do CRAS a um CREAS (ou, na sua ausência, quando alguns municípios não contarem com um CREAS, a quem for designado para coordenar a proteção social especial no município ou no Distrito Federal), efetivando o papel de referência e contrarreferência do CRAS no território e fortalecendo o SUAS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2009, p. 25).

Segundo as Orientações Técnicas para o CRAS, para o funcionamento da referência e contrarreferência se faz necessário que o gestor municipal determine os fluxos e procedimentos de encaminhamentos entre a proteção básica e especial.

Esse processo, além das dificuldades examinadas acima, apresenta aberturas e conexões. Muitos acompanhamentos familiares foram possíveis também por boas articulações e propostas conjuntas em uma leitura em rede, favorecendo um encontro com famílias que protagonizavam suas histórias.

***

Estava na coordenação do CREAS e lembro que o Núcleo da Mulher recebeu um caso encaminhado do CRAS. Uma mulher casada com um homem agressivo sofria violência doméstica, vivendo sob ameaça constantemente. Todas as vezes que ia ao CRAS, ele a acompanhava, e a mulher não conseguia descrever a violência que a acometia. Foi, então, encaminhada ao CREAS para atendimento, mas desde o início do encaminhamento a técnica do

CRAS notava que seria inviável sua aproximação ao novo serviço. Em diálogo com a técnica do Núcleo da Mulher do CREAS, propõe-se o atendimento no próprio CRAS de referência. Dessa maneira, a mulher poderia ser atendida pela técnica da média complexidade sem que seu marido pudesse barrá-la. Muitos foram os atendimentos oferecidos no CRAS para que ela compreendesse seu ciclo de violações e pudesse romper com essa violência. Para chegar ao CRAS para o atendimento, a mulher dizia ao marido que iria até lá para obter informações a respeito do Bolsa Família e do recebimento de cesta básica, porque, assim, ela conseguia ir sozinha. As estratégias para que a mulher permanecesse em acompanhamento com a técnica do CREAS foram inúmeras, e o diálogo entre os níveis de proteção foi essencial para o rompimento dessa violação. Com orientação e acompanhamento conjunto, a mulher pôde ter um aporte de sua família e conseguiu seu protagonismo. Em foco, descrevo aqui que o processo foi bem-sucedido só por causa do desempenho das técnicas e do diálogo entre elas, excluindo a ideia de "Não aderiu" para uma lógica de "O que faremos com esta situação?", possibilitando uma nova rota no campo inventivo. (Memórias de um registro de campo).

***

Assim, os profissionais que trabalham com as famílias em situação de vulnerabilidade social, situação de risco ou violações de direitos devem estar comprometidos em auxiliar adequadamente essas famílias, possibilitando uma construção humanizada e focada em cada história e na singularidade do acompanhamento familiar. Sendo assim, podemos dimensionar o papel do trabalho e a sua relação com cada profissional do SUAS que exerce suas funções técnicas com as famílias, superando as previsões prescritas.

Em uma ampla discussão sobre o trabalho, o autor Santos Filho (2020), atuante nas políticas públicas, enfatiza que:

> Trabalho, assim compreendido, para além de uma tarefa, é algo que se efetiva cotidianamente, significando produção de saber e de conhecimento prático, campo de formação permanente – formação que se efetiva na vivência das situações/processos de trabalho. Nesse contexto, cada sujeito se posiciona conforme seus saberes, sua história, sua cultura e seus valores (p. 74).

O autor ainda reforça que a discussão sobre o trabalho se faz necessária para dimensionar que nesses espaços concretos dos serviços encontramos as complexidades das políticas sociais, suas ações, suas normativas, suas reais condições de se efetivar. Desse modo, trata-se, segundo Santos Filho (2020), de um campo onde se entrelaçam vários valores e interesses.

Compreendendo as linhas duras, amarras institucionais que também se fazem nas políticas públicas, encontramos um alinhavo de normativas e prescrições que dimensionam o

trabalho dos profissionais do SUAS, que somatizam as leituras instituídas, favorecendo uma leitura institucional do acompanhamento familiar. Segundo o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Resolução CIT n. 7, 2009), no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar é definido como um conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias. Desse modo, para desenvolver o trabalho social com famílias, é preciso que a equipe de referência não apenas esteja capacitada e livre de ideias assistencialistas e clientelistas, mas também planeje e reflita sobre ações que envolvam as famílias, evitando atendimentos e acompanhamentos de forma fragmentada. Embora essas sejam as diretrizes gerais acerca do acompanhamento familiar, na prática sua execução enfrenta uma série de desafios.

Sabe-se que em muitos municípios e equipamentos do SUAS ainda existem um caráter assistencialista nos atendimentos e ideias retrógradas frente aos objetivos dos serviços e equipamentos. Infelizmente, em um país com enorme desigualdade social, o SUAS ainda lida com enfrentamentos dessa mentalidade caritativa em seu cotidiano. A esse respeito, Oliveira e Kahhale (2020) afirmam que as políticas públicas apresentam algumas características que remetem ao seu passado assistencialista, reforçando que "é possível perceber que a Política de Assistência Social como direito ainda está sendo absorvida pelos profissionais e pela população, de modo que, a atuação que tem como base o cuidado pode contribuir para melhorar a prática" (Oliveira & Kahhale, 2020, p. 124). Nesse contexto, é necessário:

> ... refletir a respeito da possibilidade de intervenção em uma sociedade marcada pela presença da religiosidade, pelo baixo acesso à educação ou acesso à educação de baixa qualidade e pelas práticas assistencialistas. O objetivo não é tratar a realidade desse sujeito de forma preconcebida, nem categorizar ou diferenciar essa população daquela que possui maior acesso à renda e escolaridade, mas compreender o imaginário dos usuários dos programas sociais do governo. (Oliveira & Kahhale, 2020, p. 124).

As autoras complementam que, na lógica assistencialista, o sujeito é considerado culpado por estar em situação de pobreza e os fatores sociais que produziram essa situação não são considerados relevantes. No que se refere a essa culpabilização, Cruz (2020) traz um ponto relevante, uma vez que "... Estado cumpre uma função ambígua ... Ele é ... o garantidor primeiro e por excelência dos direitos fundamentais, os quais estão longe de terem alcançado toda a população. Por outro lado, é o Estado o principal violador desses direitos" (Cruz, 2020, p. 70).

Isso porque, mesmo querendo garantir a proteção social, muitas vezes, focalizam-se as violações interpessoais e subjetivas presentes nas famílias, esquecendo-se dos fatores históricos e sociais que atravessam esses grupos. “Observa-se, portanto, a subjetivação do acompanhamento em detrimento dos fatores concretos e objetivos que circulam, contingenciam, vulnerabilizam e/ou potencializam e protegem os indivíduos e suas famílias.” (Cruz, 2020, p. 70). O autor ainda afirma que a discussão sobre a integralidade da Política não pode ser distanciada da ética que sustenta a estética protetiva de direitos humanos fundamentais. Nesse sentido, deve-se estar atento para perceber até que ponto essa política está desenvolvendo seu papel protetivo ou está operando em uma lógica punitiva e neoliberal.

Esse é um dos enfrentamentos das vulnerabilidades que devemos fazer no SUAS, e ele deve ocorrer de forma que garanta a promoção e a universalização dos direitos sociais, de forma integrada. No entanto, realizar o acompanhamento familiar nessa perspectiva, sem cair na tutela, é um desafio constante para os técnicos. Acerca dessas tensões, podemos afirmar que:

> A raiz do fortalecimento do familismo é a contradição no modo como a família é incluída na política, ora como sujeito que necessita de proteção social, ora como coletivo que deve dar proteção aos seus membros, sem, contudo, se oferecer condições que garantam essa proteção social às famílias, o que mais se assiste são o reforço de responsabilidades inclusive jurídicas. (Carvalho, 2018, p. 4).

A autora reforça que os preconceitos e as discriminações devem ser superados em relação às famílias pobres, muitas vezes consideradas desestruturadas em relação à função de proteção. Para tanto, uma das estratégias é considerar o contexto social de desigualdade, exclusão e violações de direitos em que vivem. Ao estudar a classificação das famílias atendidas pelas políticas públicas como desestruturadas, Romagnoli (2015) afirma que esse julgamento tem na família nuclear sua sustentação, entendido com um modelo ideal a ser perseguido que se distancia das famílias vulneráveis, que apresentam outras composições, muitas vezes para garantir a própria sobrevivência.

Vemos aqui uma das linhas duras que compõem o rizoma, como apontamos acima, pois há uma necessidade de homogeneizar as famílias e de classificá-las em um modelo que deve ser alcançado. Na verdade, muitas vezes a forma de organização das famílias atendidas no acompanhamento familiar refere-se à possibilidade de luta para garantir a sobrevivência e o cuidado dos membros do grupo.

Retornando à prescrição da atuação no SUAS, as ações técnicas devem estar alinhadas com a prevenção, proteção e proatividade dos profissionais, fazendo com que eles reflitam sobre suas práticas e estabeleçam um compromisso ético com as famílias acompanhadas. Além

disso, para que o trabalho das equipes técnicas seja efetivo, é necessário um conhecimento adequado dos territórios nos quais as famílias estão inseridas e uma articulação intersetorial efetiva. Nesse sentido, espera-se que as equipes compreendam o conceito e o fortalecimento da prática interdisciplinar para incentivar a participação das famílias no processo de acompanhamento familiar no qual estão inseridas, fomentando o protagonismo delas. A partir disso, vale lembrar que as equipes de referência não podem se esquecer do contexto em que as famílias estão inseridas, suas condições culturais e socioeconômicas, analisando nessas dimensões e situações vivenciadas o que pode culminar em possíveis vulnerabilidades e a superação destas.

Para a superação dessas vulnerabilidades, as famílias buscam recursos e aparatos estatais, porém na apropriação de seus direitos e não em tutela, um risco não somente apontado por Oliveria e Kahhale (2020) e por Cruz (2020), mas também percebido por mim na minha atuação como técnica e gestora do SUAS. Muitas práticas revelam a incompreensão do real papel da Política de Assistência Social e a dificuldade de garantir, de fato, os direitos sociais da família, em uma política, em parte, recente.

Essas são linhas duras da reprodução de um fazer muitas vezes não embasadas nos documentos que paralisam algumas atuações e dinâmicas técnicas. Essas linhas traduzem o que para Romagnoli (2014a) está associado ao endurecimento, à segmentarização das ações e sentidos dos profissionais do SUAS, que se materializam na persistência no modelo de família nuclear, na desqualificação das famílias como desestruturadas, e entre outros, potencializando o aumento da exclusão, preconceito, como vimos acima. No entanto, elas também podem desterritorializar ações, com profissionais que enxergam nas famílias suas funções protetivas, mesmo em situação de vulnerabilidades, e que conseguem, na relação, potencializar esses grupos, agenciar com elas e traçar linhas de fuga, entendendo que elas, na maioria das vezes, indicam saídas e enfrentamento potentes para o seu cotidiano. Insistir nas linhas duras é ignorar as possibilidades dos grupos familiares. “Entendemos que essa desconsideração é uma estratégia de assujeitamento que inviabiliza uma valorização da experiência vivida com cada família no cotidiano do serviço de saúde, buscando a homogeneização de grupos distintos.” (Romagnoli, 2013, p. 149).

Nesse sentido, cabe aos profissionais que atuam com famílias estarem prontamente alinhados com as diversas configurações de famílias existentes, não partindo de sua própria referência de família, mas buscando compreender cada dinâmica e singularidade (Souza, 2019). As famílias apresentam múltiplas formas de existir, e toda multiplicidade é rizomática, palavra

que remete ao descentramento do uno para o múltiplo, formado por conexões entre linhas que compõem a realidade e o trabalho no SUAS (Deleuze & Guattari, 2011).

No contato com os técnicos alguns profissionais trazem na entrevista um olhar cuidadoso com as famílias e também relatam os desafios que enfrentam no acompanhamento familiar, como aponta abaixo uma assistente social do CRAS:

> É uma questão bastante desafiadora, porque a gente precisa chegar até essas famílias e compreender em qual situação ela se encontra, né? Visto que nós vamos entrar dentro de um espaço que essa família já construiu, e quando o Estado chega nessa casa eu preciso ter a compreensão e discernimento de qual é o meu papel ali e o que vou contribuir para essa família. Então eu preciso chegar, para alcançar essa família, com muita responsabilidade e muito respeito, compreendendo qual momento essa família está vivendo e quais situações as tem deixado mais vulnerável, a ponto de precisar do apoio do Estado, no caso o CRAS.
>
> Ainda complementa:
>
> E, a partir daí, dessa convivência, desse relacionamento de afinidade com o profissional do serviço, é importante tentar ser um suporte dentro das necessidades que o usuário precisa nesse momento, e essa atuação precisa da aceitação da família e muitas vezes eu preciso chegar em comum acordo, e sendo como um órgão que chega para apoiar, eu vejo isso como uma forma positiva sabe, porque às vezes a família tem até muitas questões que estão escondidas até o momento, das vulnerabilidades que tem apresentado e é a partir do momento que eu faço a oferta do serviço em que eu trabalho, existe uma maior possibilidade de aproximação e aceitação deste serviço.

Vivenciamos em nossas práticas de trabalho com famílias inúmeras experiências, sendo que uma delas é descrita abaixo.

***

Era um território em que havia muitas vulnerabilidades, em um bairro bem afastado do centro da cidade, com muitos alagamentos e poucas oportunidades de educação e lazer. O projeto em contraturno sempre foi uma grande referência para a comunidade. A família em evidência era muito conhecida por suas violações de direito: uma mãe solo que trazia a marca de sua deficiência física em seu discurso diário tinha um casal de filhos e sempre reforçava que não queria o menino. O pré-adolescente em questão se apresentava no projeto, aos olhos dos profissionais, como um garoto cheio de problemas, sempre aprontando, infringindo as regras, pulando o muro, chegando atrasado, desrespeitando os colegas. Era notório o quanto essa marca de rejeição também ressoava no cotidiano do projeto. Eram realizados vários grupos com as famílias, traziam-se vários temas para discussão em grupos, propunham-se algumas dinâmicas

e encontros individuais, e foi em uma ocasião como essa que a técnica conheceu melhor a história dessa família. Cada filho era de um pai, e o menino não foi planejado. Logo que nasceu, o companheiro não quis assumir a família e saiu de casa. Era evidente que a mãe culpava seu filho por tal decisão do pai. Como seria o trabalho com essa família? Essa mãe não escondia sua rejeição e a declara para seu filho diariamente: *"Não queria você!"*

A marca dessa família era sempre a de uma família desestruturada, desorganizada, desajustada, de *"uma mãe que não gosta do filho"*, veredicto que muitas vezes circula nas equipes ao lidar com famílias vulneráveis. Como podemos auxiliá-la a garantir proteção aos seus? Diariamente, os profissionais me demandavam alguma solução, afinal o menino batia nos colegas, xingava, falava palavrão, e eu não entendia que chamar a mãe para reprimi-la, para dialogar sobre o comportamento do seu filho, seria eficaz, afinal inúmeros profissionais já haviam feito isso. A mãe um dia participou de uma conversa com a técnica, trouxe a situação do projeto, todas as demandas, sem saber o que fazer, e a técnica perguntou: "O que você pensa sobre tudo isso?" A mãe, então, respondeu: "Vai expulsá-lo?" A técnica disse que não, mas que gostaria de pensar com ela uma solução, e ali trabalhariam juntas, em conexão, para engendrar uma saída, sem tutela nem julgamento. Pelas regras da instituição e pelas inúmeras infrações do menino, ele deveria ser expulso, mas qual era mesmo o objetivo do projeto? Fortalecer os vínculos, trabalhar em grupos por faixas etárias, ter uma leitura conforme o ciclo de vida, complementar o trabalho social com famílias oferecido no CRAS e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Assim, o trabalho estava posto. A técnica e a mãe decidiram que semanalmente conversariam sobre a história de sua vida. A mãe queria contar como era difícil seu cotidiano, e à medida que a técnica a escutava nos encontros a trazia para refletir sobre seu papel de proteção. Será que tinha ido à escola do menino? Será que procurou o CAPS?

Traziam reflexões sobre sua trajetória na maternidade e sua relação de proteção. Foram várias intervenções que provocavam uma sensação de distanciamento do manejo técnico. Estaria a técnica olhando os boletins e tarefas de casa das crianças dessa mãe? Ou será que estaria conseguindo encontrar o telefone do pai do menino como uma verdadeira detetive? A técnica se deparava com situações um tanto incomuns, não sendo algo obviamente desprovido de cuidado e ética, mas existia uma chance, uma possibilidade de invenção.

Acreditamos que algo dava passagem para um olhar singular a essa família; afinal, eles precisavam daquela intervenção, daquele acompanhamento. E assim seguiram por alguns anos: ela na cadeira à frente da técnica, e ele na janela nos trazendo flores. Algo se fez naquela família para diminuir seus riscos e suas vulnerabilidades, não escapando do que o SUAS prevê, mas podemos dizer que foi único. Uma linha flexível entrou em cena no encontro entre a técnica e a família para além das classificações da família, o que permitiu a construção de possibilidades para a relação e para o grupo. (Memórias de um registro de campo).

***

Nesse episódio, observamos também a linha da articulação intersetorial e encontramos muitas dificuldades em estabelecer uma dinâmica de atendimento que colocasse a família no centro de atendimentos das diversas políticas ofertadas. Essa centralidade tem como risco o fato de que o grupo pode ficar de equipamento em equipamento sem uma integração de ações e propostas de encaminhamentos. Muitas vezes esse desencontro institucional provoca mais uma violação de direito, chamo aqui de uma violação institucional, a qual ignora algo que já foi produzido por alguns técnicos em seus acompanhamentos, descartando a trajetória da família e como ela caminhou com o serviço prestado, fazendo novas intervenções, novas propostas e muitas vezes revitimizando essas histórias.

Uma experiência na cidade de Joinville, em Santa Catarina, retrata a intersetorialidade de um grupo de articulação mobilizado pelo CRAS. Muitas ações do grupo de moradores do território tinham o objetivo de reivindicar melhorias, buscar acesso às demais políticas públicas e fomentar projetos entre os moradores. Nessa trajetória, foi notório que o sucesso de algumas ações ocorreu diante da intersetorialidade. Segundo os autores Andrade et al. (2022), algumas ações que tiveram essa prática coletiva e criativa, partindo da problemática local, revelam também quanto a desigualdade e a vulnerabilidade exigem das políticas públicas ações integradas, não dissolvendo em setores as ações que devem ser articuladas.

Um exemplo da necessidade e das dificuldades dessa articulação foi relatado na entrevista com uma assistente social do CRAS:

> Com serviços de atuação na saúde se encontra muitas barreiras. Muitos atendidos têm questões de saúde mental. A dificuldade com o CAPS, os usuários não curtem ir lá; não posso afirmar de maneira categórica, mas é a impressão que fica. Temos dificuldade, toda vez que encaminhamos e precisamos de suporte, a gente acaba não tendo e sempre relacionado com o "não é meu trabalho", na recusa a fazer.

Essa fala materializa um grave atropelo nos atendimentos com as famílias que tanto necessitam de um acompanhamento sistematizado, encontrando inúmeras barreiras quando outro setor, serviço, técnico ignora sua demanda. Há, nesse contexto, uma certa fragmentação no atendimento, e tanto a família quanto o indivíduo não se veem garantido em seus direitos. Além disso, como apontam Cavalcanti e Lucena (2016, p. 35), muitas vezes a responsabilidade pela ação intersetorial não é da rede e de um funcionamento institucional, mas fica a cargo do próprio técnico:

> Julga-se que essa problemática complica sobremaneira o alcance da intersetorialidade, pois se verifica que diante da dificuldade em contornar a instituição de práticas que favorecem uma lógica que não intersetorial, nota-se a tendência de designar

> ao profissional a responsabilidade por romper com essa lógica e traduzir a intersetorialidade em ações concretas.

Isso promove uma sobrecarga de obrigações dos profissionais em seus setores, impedindo uma articulação das ações com a família. As autoras ainda acrescentam que a consolidação da ação intersetorial exige significativas rupturas nas concepções e práticas consolidadas em cada setor, que permitem reconhecer territórios de interseção com outros profissionais, um reducionismo que não é suficiente para reestruturar o eixo das políticas públicas a partir dos sujeitos e das coletividades para os quais são destinadas.

Em nossa restituição, à medida que eu expunha as ideias construídas com base nos dados, os profissionais presentes falavam aquilo que suscitavam e fizeram comentários sobre a vaidade profissional, algo que é percebido por eles no campo da política da saúde e que revela diferenças advindas das relações de poder entre as políticas. Motta e Scarparo (2013) percebem essa mesma desqualificação da política de assistência social por acreditarem que ela ainda não conquistou, entre as outras políticas públicas e entre seus técnicos, o *status* de política pública, ocupando o lugar de uma "prima pobre" entre elas. Em muitas situações de encaminhamentos e de processos interventivos, nota-se que alguns profissionais utilizam das suas hierarquias e relações de poder para se posicionarem frente aos casos, algo que se aproxima de um pessoalismo, distanciando-se dos fluxos estabelecidos em rede e das propostas de acompanhamento familiar descritos nas normativas.

Vemos, aqui, linhas duras de sobrecarga, da falta de diálogo e de conexão entre os serviços. Essas linhas duras impedem a transversalização entre os setores e os serviços. Silva (2018) aponta que atualmente, nas Políticas Públicas, as redes surgem como uma resposta às demandas sociais de um sujeito em seu caráter integral, preconizando a troca de saberes e de práticas entre os atores públicos ou entes governamentais envolvidos. De fato, a intervenção em rede e a intersetorialidade são eixos que estruturam a política social e constroem uma tipologia de redes, embora esse funcionamento tenha como entrave a consolidação do SUAS no ambiente historicamente setorial das Políticas Sociais, fruto do modelo cartesiano na intervenção estatal. Ao analisar o cotidiano da intersetorialidade, Romagnoli e Silva (2019a) associam a essa falta de comunicação e setorialização a falta de seguimento dos casos, quando os encaminhamentos são realizados.

***

Muitos são os casos encaminhados ao CREAS em que observamos uma desarticulação intersetorial. No Núcleo da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, eu me recordo de um caso

de uma idosa que apresentava um transtorno mental e estava em situação de violação de direito. Seus vizinhos faziam contato com o CREAS relatando as graves intercorrências com a idosa. A assistente social do CREAS esteve no território e em visita domiciliar verificou que a idosa não estava tomando medicações, não contava com uma rede de apoio, não estava se alimentando adequadamente e, aparentemente, estava sem cuidados de higiene pessoal. Iniciamos uma conversa com a Estratégia Saúde da Família (ESF) para uma articulação com o Posto de Saúde. O serviço apontou, no processo de acompanhamento, a dificuldade que a idosa tinha de receber os agentes comunitários e de comparecer ao atendimento no CAPS. Na compreensão da técnica do CREAS que era a referência do caso, a intervenção inicial deveria ser feita pela equipe da saúde. A intervenção medicamentosa inicialmente poderia proporcionar um controle emocional e comportamental para a idosa, mas a equipe de saúde entendia que as questões de isolamento e de falta de uma rede de apoio indicavam que o CREAS deveria estar à frente das ações. Nesses entraves setoriais, geralmente quem fica prejudicado é o usuário, e nesse caso não foi diferente. O CAPS teve muita dificuldade de acessar a idosa e solicitou por muitas vezes a presença e a intervenção do CREAS. E foi com o aporte do CREAS que a idosa se aproximou das profissionais do CAPS. Essa interação social não se deu apenas na discussão do caso ou na articulação das ações, mas também na parceria da intervenção. Em muitas situações, a presença das referências setoriais demostra às famílias e aos indivíduos a concretude do acompanhamento familiar. A intersetorialidade se faz no cotidiano de trabalho, na ação e na proatividade técnica. (Memórias de um registro de campo).

***

Atenta a essas linhas, esta pesquisa busca acompanhar o modo de forças e formas na atuação dos profissionais do SUAS que atuam com famílias. Suas metodologias de trabalho apontam saídas para a autonomia das famílias vulneráveis? Operam para potencializar e promover os membros dessas famílias? Ou de maneira arbitrária decidem e se posicionam pelas famílias e as desqualificam? Atuam de modo disciplinador? Possibilitam as famílias a terem voz e poder de decidir sobre sua própria vida?

Entendemos que tais questionamentos são de extrema importância para o acompanhamento familiar. Além disso, não descartemos o plano macropolítico de segmentações e classificações das vulnerabilidades, que opera para organização e controle. No entanto, vale ressaltar e compreender que há também os espaços micropolíticos de atuação dentro das políticas públicas, aqui em foco o SUAS, pois, se para Deleuze e Guattari (2012, p. 90), "... tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica", podemos encontrar não só capturas e tutelas, mas também formas potentes e inventivas para um trabalho inventivo com famílias. Nesse sentido, percebemos a necessidade de uma

construção crítica diante das formas de atuação e intervenções dos profissionais do SUAS, apostando em estratégias para a promoção de autonomia e rompimento das violações de direito das famílias.

Alinhando com uma leitura teórica, trago a possibilidade de discutir com as ideias de Bergson, para pensarmos o "relacionamento" por afinidade que uma assistente social do CRAS cita em sua entrevista:

> E, a partir daí, dessa convivência, desse relacionamento de afinidade com o profissional do serviço, é importante tentar ser um suporte dentro das necessidades que o usuário precisa nesse momento, e essa atuação precisa da aceitação da família e muitas vezes eu preciso chegar em comum acordo, e sendo como um órgão que chega para apoiar, eu vejo isso como uma forma positiva, sabe? Porque às vezes a família tem até muitas questões que estão escondidas até o momento, das vulnerabilidades que tem apresentado e é a partir do momento que eu faço a oferta do serviço em que eu trabalho, existe uma maior possibilidade de aproximação e aceitação deste serviço.

As construções do filósofo Bergson me permitiram refletir sobre as vias possíveis de se pensar na abordagem técnica junto às famílias do SUAS, visto que, ao alinharmos nosso pensamento às leituras da ciência, elaboramos e ativamos nossa inteligência. Para Bergson, existem duas formas de conhecimento. Uma delas ele chamará de análise, e a outra de intuição. É muito interessante compreender como esse filósofo se remete a essa reflexão. Segundo Ribeiro (2013), Bergson aponta que a cada uma caberá um tipo de conhecimento da realidade: científico ou metafísico. De um lado a compressão da matéria e, do outro, a sua duração.

Pela via da análise implica que, ao conhecermos uma coisa, a rodeamos. Por outro lado, pela e na via da intuição, entramos nas coisas. Nessa perspectiva, a primeira forma de conhecimento, pela via da análise, depende do ponto de vista em que nos colocamos e dos símbolos pelos quais nos exprimimos. A segunda não se prende a nenhum ponto de vista e não se apoia em nenhum símbolo (Ribeiro, 2013).

Ribeiro (2013) ainda descreve que, para o filósofo, analisar consiste em exprimir uma coisa em função do que ela não é, firmando que toda análise é uma tradução, é uma representação, é um desenvolvimento em símbolos, e afirma que a ciência positiva tem por função habitual analisar, além de ela trabalhar com símbolos e mascarar, segundo o filósofo, a realidade movente. Essa forma de conhecimento corresponde às linhas duras que compõem a realidade.

Sabemos que encontramos nas instituições forças instituídas, lugares demarcados e enrijecidos, profissionais indispostos às mudanças e fechados para novas possibilidades de

intervenção, deixando a reprodução operar em suas propostas práticas. Nota-se que, por inúmeras vezes, uma leitura técnica é marcada pelas hierarquias dos conceitos, na qual, para alguns profissionais, o conhecimento teórico anula as histórias de vida advindas das famílias vulneráveis. Como percebemos, quando os técnicos declaram que uma família é desestruturada ou emitem juízos de valor, muitas vezes desconsideram os códigos familiares e as estratégias da família para garantir a sobrevivência.

Neste ponto, alinho a forma de pensamento feita pela análise, como proposto por Bergson, e as linhas duras de Deleuze e Guattari (2011), com a leitura técnica que adquirimos no decorrer de nossa formação acadêmica, imbuídos de conhecimentos que representam situações e parecem prever acontecimentos, como se pudéssemos encaixar a técnica apreendida a todos que nos chegam, descartando a singularidade, como se houvesse um modelo único de família. Nessa direção, os modelos que aprendemos e que conhecemos transcendem a realidade que deve se encaixar nos modelos teóricos, nas técnicas e, muitas vezes, nos preconceitos que temos sobre as famílias vulneráveis, público do SUAS. Em uma entrevista, uma assistente social do CRAS trouxe uma importante contribuição quando fala que:

> O trabalho do técnico na área social tem que ser de parceria com a família. Com esse período de experiência que fui adquirindo durante esses anos na Psicologia Social, a gente percebe que muitas vezes, para um acompanhamento dar certo, para ser bacana, tem que ser construído junto, então a gente precisa muitas vezes estar ali com a família e perguntar o que seria interessante, e não a gente enquanto técnico propor o que a gente acha que é importante pra essa família; tipo a gente pode sugerir, mas o planejamento de ações com a família deve ser feito em conjunto, perguntar se ela concorda com determinada ação, se ela concorda com tal acompanhamento e se ela não teria uma outra sugestão. O que a gente precisa pra fazer uma atuação familiar é essa proximidade, a vinculação, e ouvir o que a família tem pra trazer pra gente enquanto necessidade e o quanto ela acredita nesse acompanhamento.

A proximidade e a vinculação ocorrem principalmente quando a família se vê como participante do processo de acompanhamento familiar, quando é vista com prioridade e sente que sua história está sendo ouvida em sua demanda específica. Uma entrevista com uma família atendida no CREAS acrescenta:

> ... hoje eu sou outra mulher porque eu era muito dependente do pai do meu filho. Eu apanhava, ele me xingava e eu ficava ali, por 17 anos, eu não tinha vida, o CREAS abriu os meus olhos, foi aqui quando eles quiseram me levar pra Casa Acolhedora com o meu filho, sentamos e conversamos sobre boletim de ocorrência. Eles me acolheram, eles me

> ajudaram, então hoje eu consigo falar não, hoje eu vivo sozinha, eu mantenho a minha casa, meu aluguel, eles me mostraram que eu consigo, que eu não preciso de homem do meu lado, ainda mais um homem que só tirava invés de ajudar, então hoje eu sei falar não, antes eu não falava não para nada, eu era uma tonta, *"faz isso", "faço"*, hoje eu sei falar não. Não me atrapalhou em nada, me ajudou mesmo, ser uma mãe diferente, a aceitar o meu filho do jeito que ele é, lutar pelos direitos deles e meu, eles me fortaleceram demais. Cheguei aqui toda machucada, cheguei no chão, não desejo pra nenhuma mulher passar por agressão física, as palavras também doem. Eles me ajudaram, não foi meu pai, não foi minha família, foram eles que me acolheram.

Observamos que em alguns casos é comum as famílias não compreenderem o trabalho realizado nos serviços, e o profissional que acompanha as famílias pode e deve orientá-las, visto que isso também favorece muito o estabelecimento de vínculos. A Psicologia é marcada pela possibilidade e pelo trabalho da escuta, com muitos profissionais dessa área incorporando essa escuta a uma escuta determinante e com um viés clinico tradicional, além de ser um campo de saber que, por inúmeras vezes, fomenta essa forma dominante de pensar. Contudo, precisamos ser críticos a tal postura, pois as políticas públicas direcionam esses profissionais para uma clínica ampliada. O filósofo traz algo de inovador quando descreve que:

> A ciência trabalha com vistas à ação, é pragmática, portanto, precisa desviar o olhar da transição entre os pontos fixos que estabeleceu com o intuito de obter referenciais imóveis para, assim, poder "rodear" eficazmente seu objeto. Com isso ela ganha em estabilidade e força de análise, mas perde o que há de mudança, de transição e passagem, desvia-se, enfim, daquilo que Bergson chamará de duração. (Ribeiro, 2013, p. 96-97).

Ribeiro (2013, p. 97) acrescenta:

> ... para Bergson, a ciência é uma das formas humanas de pensamento, exteriorizada. Há, ainda uma outra, que faz voltar a consciência para a duração interior de cada indivíduo, onde cada fato não se justaporia a outros de maneira sucessiva e quase repetida, mas se interpenetrariam, escapando à lei e à medida. Essa interiorização em busca da duração pode ser realizada, de acordo com Bergson, através da intuição: "Desçamos então ao interior de nós mesmos; quanto mais profundo for o ponto que tocarmos, mais forte será o impulso que nos reenviará à superfície. A intuição filosófica é este contato, a filosofia é este elã".

Nesse sentido, alinho esse pensamento ao fato de que, ao se depararem com histórias de vidas singulares, com indivíduos marcados por inúmeras vulnerabilidades, falta a inúmeros técnicos uma sensibilidade, um olhar ao caso a caso, sem impor sua abordagem teórica acima

das possibilidades que os indivíduos e famílias apresentam para superar suas vulnerabilidades. Assim sendo, só reproduzem seus feitos técnicos, mantidos por um lugar de superioridade amparado em seu saber. Penso que essa abertura pode propiciar a construção de linhas de fuga aos modos dominantes e modelos de família, agenciando famílias e técnicos. As ideias de Bergson me fazem pensar sobre um lugar de produção, um fazer que descarta a representação e amplia um olhar intuitivo; não aponto como algo simples, mas, como Bergson o descreve, um método intuitivo. Ribeiro (2013, p. 99) relata que a intuição não é um simples conceito, mas um conceito metódico, no sentido de que ele somente se efetua mediante um método

> ... contra a possibilidade de uma definição "geométrica" do método ou, já nos termos do próprio Bergson, de uma definição "analítica" da intuição, pois seria pôr na intuição características da linguagem e do espaço, e não as características temporais, durativas que com esse método Bergson intentou apreender o movimento real ... Bergson quer restituir ao movimento a sua mobilidade, à mudança sua fluidez e ao tempo, sua duração. Para isso, ele cria este método de apreensão da duração enquanto tal, um método que adentraria no movimento constituinte do ser, atingindo sua substancialidade movente.

Bergson, segundo Dias (2012), também partiu da crítica às teorias evolucionistas e às dos utilitaristas ingleses para determinar a vida como duração, que dá forma, conjuntamente à vida psicológica, à vida orgânica e ao universo. Para Bergson, sua filosofia recusa a identificação do ser ao imutável e ao imóvel, já que para ele a ideia de duração é a realidade fundamental, instalada no devir. Ainda afirma que a ideia de criação escapa à apreensão intelectual, a todas as categorias do pensamento (Dias, 2012).

> A inteligência é inapta a captar o que há de criação, de original, em cada momento da história e, ainda mais, rejeita toda criação, a aparição do absolutamente novo. Assim como não compreende a criação, também não compreende a vida nem a duração. E essa incompreensão é um obstáculo, já que a experiência da criação se impõe a cada um de nós, de maneira constante e ininterrupta. Bergson afirma que nós vivemos a cada instante uma criação – a da nossa própria existência, aquela de nossas próprias obras. Estamos sempre criando algo de radicalmente novo, de imprevisível novidade que parece prosseguir através do universo. Essa impressão é tão única que, frequentemente, ele a compara à impressão de originalidade que a obra de arte produz. No entanto, tudo parece obscuro na ideia de criação, se pensarmos em coisas que seriam criadas e em alguém que as tivesse criado, como o exemplo da arte parece convidar e como a nossa inteligência não pode deixar de fazer. A experiência, porém, nos revela que estamos no

> coração da criação, e tudo está em ato, imanente a tudo o que existe. (Dias, 2012, p. 166).

Quando os técnicos se deixam escapar do modo de reproduzir, do modo positivista de pensar, encontramos uma chance inventiva de produzir um acompanhamento, o qual aparece de modo singular e estabelece com a família um encontro com suas demandas reais e potencializadoras. O encontro com a família e as relações que se estabelecem remetem às linhas flexíveis e desestabilizam os estratos formados pelas linhas duras. É nítido quando a família se vê ciente das propostas e dos encaminhamentos dos profissionais que a enxergam como protagonista de suas histórias, não as submetendo a hierarquias de poder calcadas no saber do especialista. Sendo assim, cada direcionamento às famílias se mostra único, singular e conectivo, agenciando diferenças.

Na roda de conversa realizada com os profissionais do CRAS, uma fala muito significativa ilustra essa possibilidade criativa. Uma assistente social do CRAS relatou quanto amadureceu com o tempo e que atualmente vê diferente seu modo de trabalho. Foi preciso ela se frustrar e entender que cada família se mostra de uma maneira. Além disso, ela consegue realizar seu atendimento quando identifica nas famílias aquele membro que exerce a função protetiva. Se para a maioria dos técnicos é a mãe, o pai, para ela, em sua leitura, poderá ser qualquer um, mas será único para aquela história e para aquela família.

Esses esforços técnicos são necessários para um acompanhamento que vise à autonomia das famílias. Contudo, ainda existem entraves técnicos. Na restituição, à medida que expúnhamos as ideias construídas com os dados, os profissionais presentes falavam aquilo que suscitavam e apontaram dificuldades cotidianas em sua atuação. Uma dessas dificuldades, como apresentado anteriormente, é a vaidade profissional, algo percebido no campo da política da saúde. Essa situação desmobiliza um trabalho em rede e fomenta um olhar pessoalista sobre os casos, visto que muitos relataram que alguns profissionais da equipe de saúde deixam de atender, acompanhar e desenvolver um trabalho técnico por se mostrarem arbitrários e se recusarem a atender alguns casos, escolhendo alguns usuários para atender. Notamos que essa lógica não condiz com uma posição ética, além de paralisar o trabalho em rede. Novamente, a leitura pessoal impede uma dinâmica em rede, necessária para a intersetorialidade, conforme apontam Cavalcanti e Lucena (2016) e como vimos acima.

Uma dificuldade também apresentada foi a necessidade de uma revisão da metodologia do SUAS devido ao desfalque técnico nos espaços de trabalho. Diversas vezes, o técnico se vê impedido de fazer o acompanhamento familiar, pois faz a parte burocrática, como o preenchimento do Cadastro Único, ainda que os profissionais tenham relatado que o município

avançou um pouco nesse sentido, com a contratação de cadastradores. No município pesquisado, a maioria dos profissionais é concursada, mas há aqueles que são contratados. Isso gera nos serviços uma instabilidade de profissionais que acompanham as famílias, porque existe uma troca de dois em dois anos, período do contrato. Quando nos referimos ao acompanhamento sistemático de uma família, estamos trabalhando com uma lógica de vínculos estabelecidos, relatos sobre suas histórias, com o sigilo e a confiança presentes nesse trabalho. Essa dinâmica não é vista apenas no município pesquisado, mas também em outros municípios em que há uma demanda recorrente, visto que nas conferências regionais esse tema entrou em pauta e foi inserido nas propostas.

É necessário que os equipamentos componham as equipes mínimas previstas e isso, quando ocorre, não contempla a demanda atual de atendimentos e acompanhamento familiar. Nota-se ainda que a demanda mudou em relação aos anos anteriores. Com a pandemia e o isolamento social, por exemplo, diversos usuários ficaram desempregados, muitas foram as violações de direitos anunciadas e muitas famílias precisaram ser assistidas em relação às suas necessidades básicas. Vários municípios se encontram sobrecarregados com as emergências do SUAS, sem contar os cortes orçamentários que ocorreram e a falta de investimentos.

Outro ponto de destaque, a fim de retratar a sobrecarga técnica referida acima, foi o fato de que há profissionais que têm feito "plantão social" e não acompanhamento. Após a pandemia, as demandas aumentaram, e isso os tornou profissionais que suprem as necessidades emergenciais do dia a dia no CRAS. Além disso, os profissionais relataram que tudo chega até eles, inclusive demandas de outras políticas e serviços. Inclusive afirmaram que, com a pandemia, outro público chegou aos serviços, a classe média, que exige seus direitos e cobra providências, diferentemente do que relatam sobre as famílias em situação de pobreza, que se veem pedindo ajuda aos serviços e não se enxergam como pessoas com direitos previstos.

Esses relatos revelam a realidade de um município pesquisado, mas reflete um olhar mais amplo quando apontamos que o SUAS em demais municípios sofre grandes atravessamentos institucionais, em que se opera majoritariamente a marca macropolítica instituída que enrijece o sistema e os profissionais. São marcas de uma construção histórica que versa sobre uma política feita para uma parcela da população que está às margens, que vive em situações de vulnerabilidade e extrema pobreza, sendo alvo de exclusão e preconceito.

4 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: a família e o SUAS

4. 1 O cotidiano do acompanhamento familiar e suas tensões

Partindo da minha prática profissional e dos relatos dos técnicos e familiares que transcrevi, notamos que a política de assistência social é feita no cotidiano dos profissionais, inserção na qual o contorno das ações e intervenções ocorrem no fazer junto aos usuários e junto ao território. Podemos alinhar essa questão com a reflexão sobre a burocracia de nível de rua, termo que surge nos EUA na década de 1970. Nessa época, foram realizados estudos que apontavam para a análise do leque de opções e de autonomia presentes nas ações dos trabalhadores de instituições públicas, os quais são chamados de "burocratas de nível de rua". São profissionais que têm possibilidades de decisões do trabalho a ser executado no dia a dia dos serviços, para além das prescrições de normativas e do que está instituído pela política na qual se inserem. Esses profissionais são

> ... entendidos como atores capazes de transformar, adaptar as políticas e conformar os resultados dessas políticas, uma vez que realizam, no trabalho cotidiano, a mediação necessária entre o acesso aos direitos por parte dos usuários e a estrutura estatal. A discricionariedade dos burocratas aparece como elemento central e acontece a partir da produção de novos sentidos elaborados pelos profissionais a respeito do arcabouço normativo existente. Além disso, tem se o peso das influências inevitáveis do ambiente no qual se efetiva a entrega dos serviços, bem como a presença dos interesses pessoais do burocrata e as relações que se produzem entre todos os atores envolvidos. (Bronzo et al., 2022, p. 06).

Barreto et al. (2022) afirmam que os "burocratas de nível de rua" traduzem os programas em bens e serviços concretos e, nesse sentido, são considerados como mais uma variável na aplicação das políticas públicas. As autoras explicam que Weber foi um dos primeiros sociólogos a conceituar o burocrata, dizendo que o burocrata era aquele que executava o serviço observando as regras determinadas e aplicando-as com certa liberdade e independência. Além disso, as autoras ressaltam que ainda temos duas partes nessa cadeia: o burocrata e o político, sendo o político o responsável pelos valores, aquele que rege todas as regras, e o burocrata é quem responde ao político, por meio de serviços públicos.

> Apesar do seu poder de autonomia, os burocratas de nível de rua devem seguir regras propostas pelas leis. As regras também podem ser um fator gerador de confusão e

> contradição aos trabalhadores. Muitas vezes o burocrata de baixo escalão depara-se com um volume extenso de regras que pode causar-lhe certa confusão ao aplicá-las. Os regulamentos de organizações que envolvem serviços de bem-estar social muitas vezes são extensivos e vivem em constante complementação, forçando o trabalhador a se atualizar frequentemente. A todo momento são exigidos dos trabalhadores de nível de rua o poder de ação. (Barreto et al., 2022, p. 05).

É por intermédio também da discricionariedade, considerada como o poder de tomada de decisão, que os "burocratas de nível de rua" interagem com a população tendo como retorno a sua confiança. Essa discricionariedade, segundo Barreto et al. (2022), promove a autoestima dos burocratas e o incentivo aos usuários a acreditarem que os burocratas de nível de rua têm acesso a políticas visando ao seu bem-estar social. Na política de assistência social, a discricionariedade é importante tanto para os burocratas quanto para os cidadãos, desde que os profissionais não criem formas de limitar a intervenção prevista pelo Estado. As autoras afirmam que o comportamento do burocrata é pautado pela interpretação, visto que ele deve construir o seu entendimento a respeito das regras e fazer escolhas sobre a sua relevância.

Ao investigar os modos de trabalhar e subjetivar na Proteção Social Especial, mais especificamente o CREAS, a partir da Clínica da Atividade, Rosa e Amador (2023) afirmam que os profissionais parecem enfrentar em seu cotidiano de trabalho um vazio de normas, com conhecimentos advindos de suas experiências no trabalho e por meio deste, ainda insuficientes frente aos desafios reais.

> Dizemos com isso que, sem os recursos das formas comuns da vida profissional, pode-se assistir uma "queda" do poder de ação no trabalho e no desenvolvimento subjetivo. O gênero social, ao formar um repertório de atos e maneiras de considerar as coisas e pessoas em determinado meio, fixam, de alguma maneira, os previsíveis que permitem lidar com os imprevisíveis do real. Em outras palavras, pode ser assim entendido, como uma ferramenta de ação. (Rosa & Amador, 2023, p. 85).

Desse modo, as poucas normas e a imprevisibilidade do acompanhamento familiar na política de assistência social trazem assujeitamentos e possibilidades de atuação inventiva, sendo que o vínculo estabelecido é essencial. Todos esses textos nos levam a refletir sobre a importância do cotidiano do acompanhamento familiar e das relações com as famílias atendidas. Para ampliarmos a discussão, compreendo que podemos refletir sobre algumas práticas vivenciadas no meu campo de trabalho.

Acompanhei muitas famílias, supervisionei muitos casos e pude, sem dúvida, analisar meu trabalho técnico. Mas será que os profissionais que atuam com as famílias no SUAS

dimensionam e avaliam suas práticas tão essenciais, como apontam Bronzo et al. (2022), Barreto et al. (2022) e Rosa e Amador (2023)? Ou levantam questionamentos e reflexões sobre as famílias que acompanham? Quais relações de poder perpassam essas atuações em que já entramos com uma hierarquia de classe social, de cor, de formação universitária? Que efeitos isso gera no acompanhamento familiar? Por que as famílias buscam as políticas públicas? Por que as famílias vulneráveis muitas vezes têm seus direitos ainda mais violados pelo Estado?

Reflito sobre essas questões e me preocupo com o posicionamento de inúmeros técnicos que acompanham esse público. Além disso, haverá sensibilidade no caso a caso? Aquela história de vida será dimensionada pela singularidade daquela família em questão? Muitas vezes não, e eu presenciei isso em meus espaços de trabalho. Quantos equívocos e desajustes técnicos. Quanta falta de empatia e escuta. Quanto julgamento e culpabilização. Será que proporcionaremos a essas famílias o respeito às suas histórias de vida, o respeito às suas ideias e opiniões? Ou tenderemos a exercer nosso saber imperando sobre as famílias o que elas devem e precisam fazer para proteger os seus? Isso é uma forma de tutela, não de busca da autonomia.

Muitas famílias acompanhadas pelo SUAS são culpabilizadas e responsabilizadas por seus arranjos e ajustes familiares, por se ocuparem de formas diversas de cuidado, por buscarem estratégias na comunidade para se sentirem amparadas. São inúmeras as formas que as famílias exercem seu cuidado e proteção, e isso indica não apenas que não há um modelo de ser família, mas também que existe potência em suas formas de gerir a vida e de enfrentar a desigualdade social e a precarização da existência.

Em nossas práticas no cotidiano do SUAS observamos que o trabalho técnico nem sempre está compatível com o trabalho prescrito, porém está diariamente sendo exercido na realidade de cada território, podendo estar alinhado com as demandas emergenciais e distante do que a política prevê em suas normativas. As falas dos entrevistados coincidem com essa lógica de "apagar incêndio". Atolados com as altas demandas e burocracias, muitos profissionais não conseguem acompanhar as famílias sistematicamente, mas atualizam cadastros, avaliam benefícios eventuais e suprem a falta de equipe mínima. Em cidades de pequeno porte, isso é ainda mais comum, já que o CREAS não está presente em alguns municípios, fazendo com que haja um atendimento de situações de violações de direito no CRAS, por exemplo.

Nas entrevistas, nas rodas de conversa e no momento da restituição, ouvimos muitas falas a respeito da sobrecarga dos atendimentos e sobre a falta de capacitação e qualificação profissional, com muitos técnicos buscando se capacitar e ampliar seus campos de conhecimento com recursos e investimentos próprios. Todos esses pontos atuam como linhas

duras na prática com as famílias, impedindo agenciamentos inventivos. Isso porque a grande diferença encontra-se

> ... entre o campo molar das representações, sejam elas coletivas ou individuais, e o campo molecular das crenças e dos desejos, onde a distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido, uma vez que os fluxos não são mais atribuíveis a indivíduos do que sobrecodificáveis por significantes coletivos. Enquanto as representações definem de antemão grandes conjuntos ou segmentos determinados numa linha, as crenças e os desejos são fluxos marcados de quanta, que se criam, se esgotam ou se modificam, e que se somam, se subtraem ou se combinam. (Deleuze e Guattari, 2012, p. 98).

Na assistência social, as representações do trabalho se associam às suas dificuldades, a exemplo de intervenções representando um manejo reprodutivo e desvitalizado na atuação profissional, o que muitas vezes impede que a força da vida circule nos encontros com a família. Dessa maneira, os profissionais permanecem em seus mesmos lugares de atuação, investindo pouco em propostas de mudanças e mantendo práticas repetitivas e desestimulantes. A falta de investimento e reprodução evidenciam a contradição da manutenção de uma forma instituída de trabalho que se desvencilha das necessidades do serviço, da equipe e dos usuários, em que poderia ser produzida a operacionalização do trabalho como um modo inventivo e criativo. Como vimos, as linhas duras administram o ordenam o trabalho no SUAS e, assim, recortam, segmentam e impedem conexões e agenciamentos (Deleuze & Guattari, 2012).

Nessa direção, nota-se ainda que, mesmo com a política de assistência social tendo como premissa a formação continuada, que poderia trazer questionamentos e novas práticas, isso não ocorre em muitos municípios, visto que faltam investimentos em formações e em supervisão. Além disso, ao tentarem buscar sustentação para suas intervenções, muitos profissionais procuram espaços de trocas e dialogam com outros profissionais a respeito dos casos que atendem e sobre os atravessamentos institucionais. Recordo que, quando estive na gestão, procurei um espaço assim, porque era necessário ampliar o conhecimento e compreender as forças institucionais. Souza e Romagnoli (2021) ampliam a discussão quando descrevem que, em diálogo com a Análise Institucional, as situações institucionais vividas na gestão com a equipe e entre a equipe e os usuários são permeadas de analisadores, acontecimentos, práticas. Esses elementos denunciam os conflitos entre essas forças e sua emergência ou elaboração podem levar à mudança daquela realidade, apostando nos profissionais que produzem e são produzidos pelas práticas cotidianas de qualquer serviço. Essa proposta também é defendida por Bronzo et al. (2022), Barreto et al. (2022) e Rosa e Amador (2023).

Para refletir sobre as tensões presentes na dinâmica institucional que perpassa o acompanhamento familiar, podemos utilizar não somente as ideias de Deleuze e Guattari e seu raciocínio de imanência, como fizemos no capítulo anterior, mas também dialogar com a Análise Institucional de René Lourau. Essa corrente aborda as práticas institucionais como um processo de institucionalização, permeado de contradições. Assim, para a Análise Institucional, cada processo de institucionalização ocorre através do confronto entre a força do instituído, que busca a manutenção e a reprodução do que já existe, e o instituinte, que procura o novo e promove deslocamentos. Em um raciocínio dialético, essas forças são antagônicas e se confrontam no cotidiano institucional. Essas contradições são reveladas pelos analisadores.

Nesse contexto, a atenção ao analisador é essencial no processo de conhecimento da instituição, pois a força do instituído sempre busca ocultar as contradições e conflitos, relegando-os ao "não dito" institucional para manter a estabilidade institucional. Assim, o "não dito" corresponde a uma repressão, uma censura à vontade de mudança da força instituinte, que opera como as linhas rígidas propostas por Deleuze e Guattari (2011). Nesse sentido, essas tensões sempre emergem, pois o processo de institucionalização é dialético e processual, e o conflito, ao emergir, pode catalisar transformações

Outro elemento que nos permite acessar o “não dito”, além dos analisadores, é a própria implicação. Baseando-se em pressupostos da Análise Institucional, o conceito de implicação corresponde a algo que nos liga à instituição, diz de nossas pertenças e referências institucionais, mostrando aquilo que a instituição deflagra em nós, e é sempre efeito de uma produção coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças presentes nessa relação (Romagnoli, 2014).

Assim, também devemos atentar à análise da implicação, examinado o lugar que ocupamos em nosso trabalho, em nossas relações sociais, em espaços distintos que ocupamos em nosso cotidiano. Como ressaltam Coimbra e Nascimento (2008), encontrar um método de análise da implicação trata-se de situar-se nas relações de poder em vez de nos cristalizarmos em uma posição pretensamente neutra. Os espaços institucionais *a priori* são espaços de reprodução do instituído, de reprodução de linhas de fuga, e é preciso colocar em análise o lugar de nossas práticas, lugar que ocupamos, lugar de poder, lugar de saber. A análise da implicação traz ações, sentimentos, acontecimentos, condições que sempre nos atravessam e que, muitas vezes, não passam por uma questão consciente, mas que problematizam nossas práticas profissionais. Ou seja,

> ... corresponde a colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas –

> seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. (Coimbra & Nascimento, 2008, p. 245).

Certamente, estamos implicados em todos os espaços em que circulamos, sendo impossível manter a neutralidade, uma vez que as instituições nos atravessam, falam através de nós. Meu lugar de trabalhadora do SUAS e de gestora, e agora como conselheira do Conselho Regional de Psicologia (CRP), permeia minha análise, como vimos no capítulo 2. Nesse sentido, além de não ser possível fazer uma análise neutra da instituição, é impossível não haver conflitos no SUAS. Nessa direção, algumas tensões e analisadores que emergem no trabalho dos profissionais são a precarização do SUAS, a dificuldade de atuação em rede, a formação centrada no indivíduo, a naturalização da família nuclear e a burocratização das práticas. Alinhados a esses analisadores encontramos linhas duras, estratos cristalizados que também paralisam o fazer no SUAS. Em minha experiência como conselheira regional de Psicologia, atuo na Comissão de Orientação em Psicologia no SUAS.

Recebo pedidos de orientações sobre como atuar no campo das políticas públicas. Entretanto, chegam a mim, principalmente, queixas e demandas não apenas sobre os entraves como a "politicagem", a exemplo de profissionais que foram direcionados para o trabalho nesta área por meio de indicações políticas, mas também a respeito da falta de investimentos financeiros nessa pasta, corroborando para a pouca contratação de profissionais, além de reclamações sobre o "coronelismo" nas cidades pequenas. Presencio, assim, que a herança assistencialista que fez da assistência um campo de benesses e de capturas pela perpetuação de poderios políticos continua presente, atravessando a atuação dos profissionais.

E as outras reproduções que atravessam a política que nos propomos a estudar? Para além das conjunturas técnicas, outros emperres reforçaram o desgaste na política de assistência social. Foram inúmeras vezes que o SUAS esteve fragilizado com tantos retrocessos. Assim sendo, podemos ilustrar que:

> Durante a gestão de Michel Temer houve mudanças em vários setores, a cada instante nas mídias sociais o governo anunciava novas medidas a serem adotadas, como privatizações, reformas trabalhistas e previdenciárias, onde vivenciamos momentos de crise política e econômica que afetou toda a população, tais decisões, trará alterações a Constituição Federal de 1988, mediante o congelamento dos gastos públicos por vinte anos e as reforma prevista tanto para a legislação trabalhista e como para a previdência social, tornando-se algo preocupante, que além de inviabilizar a execução e ampliação

> de várias políticas sociais, afetara a garantia e o acesso dos direitos da população brasileira. (Aragão & Hora, 2019, p. 124).

Conseguiremos evitar tantos retrocessos nas políticas públicas? O congelamento e a redução de investimentos nas políticas sociais por vinte anos apontaram para grandes perdas, desmonte e retrocessos no SUAS. Aragão e Hora (2019) discutem que esses impactos sofridos no SUAS e na sua execução têm sido tema de diversas discussões pelo país, tendo como propósito lutar pela resistência e continuidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pela manutenção do acesso às políticas sociais e aos direitos dos cidadãos brasileiros. Essa luta mobilizou a população usuária, trabalhadores do SUAS e gestores a protestarem, publicando notas de repúdio por parte dos Conselhos Regionais e Federais de Psicologia e Serviço Social, assim como de demais categorias. Nessa direção, observamos que

> ... o desmonte da política brinca com a visibilidade desses grupos, em uma espécie de luz e sombra. Isto é, enquanto se coloca a sombra nos direitos "conquistados" até então por meio do desmonte concreto das políticas sociais, e à medida que se escolhe fazer a desmontagem em territórios específicos, coloca-se luz sobre outros aspectos desses grupos. A visibilidade, portanto, dá-se por outra dimensão, que não a dos direitos. O território e a vulnerabilidade são costurados por outras relações. (Marques et al. 2019, p. 14).

O analisador *Precarização do SUAS* se associa à dificuldade de se manter os direitos sociais que atravessam o cotidiano do trabalho com o grupo familiar. Penso que toda essa lógica imposta pelo antigo governo reforça ainda mais uma leitura pejorativa sobre nossas famílias, potencializando um lugar assistencialista e impedindo o protagonismo das famílias acompanhadas pelo SUAS. Isso porque o corte orçamentário e a inserção de meios tecnológicos para incluir uma parcela da população aos benefícios ainda excluem boa parte dos cidadãos que não conseguem acessar esses meios e seus direitos sociais.

Trago a pandemia como um exemplo dessa precarização da política do SUAS. No cotidiano do SUAS, os profissionais tiveram grandes impactos nos seus territórios de trabalho. Um desses efeitos foi o aumento crescente das demandas das famílias, principalmente no que se refere a questões econômicas e a violações de direitos. Souza e Romagnoli (2022) apontam que, com os agravos econômicos, diante do isolamento social, muitas famílias acompanhadas pelos equipamentos do SUAS que tinham como fonte de renda seus trabalhos informais sofreram perdas elevadas em seus rendimentos mensais, demandando serviços de transferência de renda. Essas famílias buscaram nos Centros de Referência Social os benefícios eventuais,

como cestas básicas e aparato para a sobrevivência, o que resultou em uma grande sobrecarga aos profissionais.

Outras situações de destaque ocorridas com as famílias vulneráveis foram os agravos com as situações de violação de direito. Inúmeras famílias que apresentavam pontos de fragilização de vínculos familiares e descumprimento das condicionalidades e já eram acompanhadas de forma sistemática pelas equipes técnicas, com as dificuldades do isolamento sofreram fortes impactos e suas situações de riscos deflagaram graves violações de direitos. Para muitos profissionais, as possibilidades de ofertas para essas famílias precisaram ser reformuladas e amparadas na intersetorialidade, uma vez que as políticas setoriais por si só não solucionam as demandas dos serviços, que já eram graves e excessivas, tornando-se intensificadas. Essas políticas necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e tentar encaminhar os casos cada vez mais complexos.

> Neste contexto, foi notório a dificuldade de assegurar os direitos básicos garantidos na constituição gerando tensões e sobrecarga nos profissionais. Além disso, a política de assistência social concorreu com o assistencialismo e com o retrocesso, pois muitas famílias buscavam o básico para resistir, sendo necessário garantir condições mínimas de sobrevivência. Com a pandemia e a entrada de serviços emergenciais, como o auxílio emergencial, os profissionais precisaram se adaptar aos novos arranjos, tendo que acompanhar as novas orientações e normativas, para um momento único e cheio de incertezas. (Souza & Romagnoli, 2022. p. 15).

Nesse cenário, nós nos deparamos com a sobrecarga nos espaços de acolhimento, afinal as vulnerabilidades com a pandemia também chegaram ao SUAS. Romagnoli (2016) destaca a presença de fatores que atravessam a atuação desses profissionais, entre eles: insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional. Esses são pontos de estresse e angústia que afetam diretamente a subjetividade. Os reflexos da pandemia também foram apresentados nas entrevistas, o que pode ser constatado por meio da fala de uma assistente social que atua em um CRAS denunciando o que ocorreu no período:

> Uma reinvenção. Tivemos que nos desdobrar. Tivemos que ser muito criativos e ativos porque a gente tem que pensar em diversas formas de manter o serviço ofertado, e garantir, né? Seja via *WhatsApp*, onde nós passamos a ligar, ou ir até a casa, marcar um

encontro em algum lugar com a pessoa... Então, foi assim, na criatividade mesmo. Tivemos que nos desdobrar.

No início da pandemia, quando eu atuava na coordenação do CREAS, não tínhamos noção de quanto tempo enfrentaríamos tal situação. Não tínhamos nenhuma orientação sobre como deveríamos manter os serviços: se fecharíamos as portas, se faríamos uma triagem nos atendimentos e se todos os profissionais trabalhariam ao mesmo tempo. Assim, não sabíamos o que fazer com tamanha mudança em nosso cotidiano.

Na prática do serviço sabíamos que alguns casos estariam em situação de urgência, afinal o trabalho com as famílias para o rompimento da violação deve ser sistemático. Recordo que as pessoas idosas, por sua própria condição, estavam mais vulneráveis no período pandêmico. Houve muito casos que precisavam de acolhimento institucional, mas que, diante da contaminação pelo vírus da COVID-19, permaneciam sem o acompanhamento técnico por meio das visitas domiciliares e do monitoramento. Foi necessária ainda a elaboração de um protocolo com a coordenação da Proteção Social de Alta Complexidade para os acolhimentos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos. Isso porque o risco de uma pessoa idosa ir para o acolhimento e estar contaminada era muito grande, então foi preciso criar fluxo e protocolos, bem como um plano de contingência.

A técnica do Núcleo do Idoso acompanhava um idoso em situação de violação de direito, visto que sua família não fazia o cuidado adequado. A profissional relatava a grave realidade que o idoso enfrentava e se via sem muitas estratégias de intervenção devido à pandemia. Por inúmeras vezes, fez visitas, com seus próprios recursos, comprou seus Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e acionou a família para dar aparato para o idoso, porém era preciso realizar o acolhimento.

Certo dia, ela relata que o idoso veio a falecer, pois estava contaminado pelo vírus. A técnica nos contou sobre o fato e se mostrou muito preocupada, afinal ela também poderia estar com COVID-19. Ficamos bem abalados pelo ocorrido, afinal também tínhamos medo de nos contaminar. Além disso, ficamos preocupados com o fato de o idoso vir a óbito e, na iminência do novo momento, precisávamos seguir, seguir com os casos, seguir com nossos medos, seguir.

No campo das políticas públicas, a pandemia do coronavírus trouxe grandes desestabilizações, sobretudo para a política de assistência social, que intervém junto às famílias mais vulneráveis, garantindo os direitos mínimos para os cidadãos. O confinamento, a luta coletiva contra a morte e a expectativa de não sobrecarregar o sistema público de saúde são elementos vividos de maneira distinta em nosso país (Romagnoli et al., 2021). Safatle (2020) afirma que vivemos em um momento de uma nova gestão social, que leva à radicalidade a face

cruel do neoliberalismo, fazendo tanto a administração da morte quanto a busca por sua própria autodestruição. Boschetti e Behring (2021) descreve que, ao delongar a exercer sua responsabilidade pública e assegurar os recursos públicos e as medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia e dos casos que se multiplicaram violentamente, o governo federal negacionista favoreceu também o aumento das desigualdades estruturais.

Essa nova forma de violência estatal torna cada vez mais visível a mescla de capitalismo e escravidão, elementos característicos de nossa história, de nossos silêncios e da invisibilidade de vidas que podem morrer. Nesse sentido, a política de assistência social, enquanto política essencial, por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), torna-se ainda mais acionada por grande parte das famílias brasileiras que sofreram grandes impactos econômicos e sociais.

> Os dados que emergem com a pandemia, contudo, revelam mais do que uma mera crise sanitária e desnudam a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo, que se aliou, a partir de 2019, ao neofascismo no Brasil... Essa combinação perversa, mórbida e tóxica nos levou ao lugar que ocupamos hoje na pandemia, mas é fato que tal projeto já encontra um país dilacerado pela crise econômica e social. (Boschetti & Behring, 2021, p. 69).

Nos municípios, as gestões viviam o embate entre a demanda da economia e a preservação da vida, na tentativa de manter a população trabalhando e, ao mesmo tempo, evitar o contágio pela covid-19. Marques et al. (2019) descrevem que as políticas sociais originalmente apresentam um desejo constitucional e podem ser compreendidas como a tentativa de produção de uma biopolítica focada nos territórios e nas vulnerabilidades como investimento na vida e formas de resposta. Todavia, será por intermédio desses mesmos princípios, território e vulnerabilidade, que a produção de morte encontrará condições de emergência.

> É nessa articulação entre território e vulnerabilidade que o objetivo da política opera a proteção social e a garantia de direitos, além de produzir determinados sujeitos, quais sejam: o usuário da política, o sujeito em situação vulnerável, a família enquanto elemento de governo da vida, dentre outros que organizam uma rede de pensamento, compreensão e apreensão da vida. (Marques et al., 2019, p. 9).

Presenciamos, em vários municípios, mineiros optando pela dimensão econômica com pouca preocupação com a vida, sobretudo das populações vulneráveis, que vivem a necessidade de isolamentos social e de cuidados para a não contaminação de forma muito desigual, se

comparadas com as classes médias e altas. Nesse contexto, uma das preocupações evidenciadas nas cidades, em diferentes proporcionalidades populacionais, entre elas Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, é o trabalho com as famílias vulneráveis.

Em Minas Gerais, segundo Romagnoli et al. (2023), dada a pluralidade de organizações municipais, muitos foram os formatos de organização da atenção do SUAS na dimensão macropolítica. Na maioria dos municípios, os equipamentos não fecharam e ocorreram atendimentos presenciais, ao mesmo tempo que alguns apostaram em concentrar suas ações em estratégias remotas e outros construíram modelos híbridos de funcionamento. As autoras ainda salientam que as diferenças também produziram novos arranjos intersetoriais locais e distintos.

> Neste sentido, a aproximação das políticas públicas se fez mais uma vez necessária, as famílias que necessitavam e ainda necessitam de acompanhamento sistemático se encontraram nas políticas de saúde, assistência e educação. Essa aproximação se concretiza mediante a intersetorialidade que se mostrou como uma ferramenta essencial para minimizar estes impactos e violações. (Romagnoli et al., 2023, s/p).

As autoras complementam que, desse modo, manter experiências e práticas intersetoriais remete a uma sustentação da diferença, a um grau de abertura, à própria alteridade, pontos muitas vezes complexos de serem alcançados.

Entretanto, não foi somente a pandemia que trouxe um aumento de trabalho. Faleiros et al. (2019) descrevem que a produção do trabalhador da política de assistência social tem implicações para si e para o outro, consequentemente para o capital. Para os autores, a precarização do trabalho no SUAS envolve diversos fatores, a exemplo de condições de trabalho desfavoráveis, redução do Estado e desigualdade social. “As condições de exploração do trabalho estão na base da sua precarização, com o aumento das horas, da intensidade do trabalho, da demanda atendida, da redução de recursos. A condição de desgaste do trabalhador e seu adoecimento são decorrência dessa relação.” (Faleiros et al., 2019, p. 390).

A precarização do SUAS tem sido uma preocupação crescente. Esse sistema, que visa garantir direitos e assistência a populações em vulnerabilidade, enfrenta desafios que vão desde a falta de recursos financeiros até a sobrecarga dos profissionais envolvidos. A ausência de investimentos adequados resulta em equipes reduzidas, capacitação insuficiente e infraestrutura precária, comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos. Esse cenário é preocupante por afetar diretamente aqueles que mais recorrem a esse apoio. É crucial que essas discussões sejam problematizadas e que ações possam ser implementadas para fortalecer o SUAS e assegurar que ele funcione de forma eficaz.

Noto que a vulnerabilidade das famílias se agrava com esses atravessamentos. Isso porque muitos espaços e territórios sinalizam esse descuido com a política e com o público que busca os equipamentos, potencializando também uma precarização com uma rede de trabalho desarticulada. Trago abaixo um registro da minha experiência como gestora que ilustra um impasse de trabalho em rede, o que corrobora com a falta de acesso aos direitos de um público prioritário.

***

Busco atualizar-me frente aos desafios, não temendo a impossibilidade diante deles (e olha que estou tendo muitos!), mas abrindo chances para as ponderações do outro, sejam colegas de trabalho, sejam estagiários, seja gestão, sejam usuários, mostrando-me disponível para discussões e reinvenções. É um trabalho diário e regado de incertezas, mas aberto ao novo. Então, será que não há em mim resistências? Que situações as convocam? Relendo alguns materiais, comecei a pensar sobre o poder que exerço aos que me cercam e a difícil tarefa de receber as forças externas de um lugar em que não se faz uma leitura tão clara disso e, assim, eu me pego por vezes arcando com algo que me é imposto e não discutido. Em uma dessas situações, fui acionada em um caso de cinco adolescentes que cometeram atos infracionais e que foram pegos em flagrante e estavam na delegacia sem os pais/responsáveis que os tirassem de lá. Três deles eram de outra cidade, e o delegado fez ligações ao Conselho Tutelar, o qual negou a ida, alegando que adolescentes em situação de ato infracional é da ordem da segurança pública. Mas me indago: sem os pais/responsáveis? Não estão em risco? Cabe à política de assistência social ficar com a curatela dos adolescentes e assinar sua saída? Achei isso um tanto quanto equivocado. Estudamos uma nota técnica que recebemos do delegado na qual existem algumas atribuições à assistência nessas situações. Não acho, porém, que a assistência social tenha essa atribuição. Ir à delegacia? Não! Repassei à secretária tal situação e disse que não deveríamos tomar essas providências, mas ela insistiu e me fez ir até a delegacia, pois o delegado não parava de ligar para ela e o conselho estava irredutível. Fiquei muito preocupada, principalmente porque era fim do meu expediente e perdi minha análise e a formatura do meu sobrinho. E meu olhar técnico? Onde fica? Partindo das minhas leituras, faço a seguinte ponte sobre as forças macro: algo do externo que nos pressiona o tempo todo. Mas não posso desacreditar em meu fazer técnico e apenas cumprir as solicitações da gestão. Estou buscando ser provocadora e trazer reflexões consistentes, pois, em tempos difíceis, não posso deixar que tudo recaia para a assistência social, fazendo com que se torne uma curva de rio e deixando tudo parar nela. Retomando o caso, outra coordenadora foi junto comigo à delegacia. Lá descrevemos o papel da nossa secretaria para o delegado, e ele apontou que não havia o que fazer com os adolescentes por estarem sem os responsáveis e por serem reincidentes, já que, na semana, era a segunda vez que estavam lá, então ele decidiu deixá-los no presídio por cinco dias. Olha que

situação... Sem ter o que fazer, ele prendeu os adolescentes. Os desdobramentos desse caso ainda estão ocorrendo, visto que o juiz determinou que a conselheira de plantão recambiasse os adolescentes para casa no sábado, dia da saída dos meninos, porém ela se recusou a receber a intimação e está com um mandado de prisão (ou seja, desobediência), além de se negar a levar os adolescentes às suas famílias. Entendo que os pais/responsáveis devem buscar, ou que a secretaria deva oferecer subsídio para isso, mas negar um pedido judicial é um tanto quanto grave. Amanhã, discutiremos a nota técnica e esse caso, com toda certeza! Mas venho por meio dele descrever a situação da minha gestão. Um cargo de confiança traz em si um grande peso, um atravessamento natural, já que cumpro e respeito a ordem, por ser depositada em mim a confiança, mas e meu olhar de técnica que precisa ser priorizado? Assim, eu me desdobro a pensar sobre a articulação (ou desarticulação) em rede e a análise que faço sobre a relação de saber e a relação de poder. Vou tentando fazer uma análise da implicação, e essa é a minha relação com meu campo institucional. Pelas minhas leituras, entendo que o indivíduo é tomado pela instituição. Querendo ou não, não há como decidir sobre isso e, mesmo tendo críticas a ela, somos tomados por ela. Um trabalho em rede precisa ser um espaço que também promove a escuta dos profissionais que a compõem. Li um artigo que cita Lourau, que dizia: "A instituição fala pelo ventre, falando por nossa boca" Achei muito interessante. (Registro do Diário de Memórias do Campo de Trabalho em 10 de outubro de 2018).

***

Ao fazer uma análise das percepções de psicólogas do Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) de um CREAS da região metropolitana de Florianópolis acerca dos atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, Martins e Santos (2022) apontam para a importância do trabalho em rede e destacam a precarização dessa política.

Afinal,

> ... uma rede efetiva não representa um conjunto de profissionais e instituições que atuam isoladamente, mas sim profissionais e instituições que se reconheçam, "tendo consciência da finalidade e do papel de cada instituição, para que o trabalho ocorra de forma horizontal e descentralizada, a fim de maior qualidade de informações e encaminhamentos. (Martins & Santos, 2022, p. 10).

Outro exemplo dos atravessamentos em rede está presente em um estudo realizado com 12 conselheiros do município do Rio de Janeiro sobre as dificuldades de atuação da rede para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual (Deslandes & Campos, 2015). Esse estudo revelou a morosidade do sistema de defesa e responsabilização, o despreparo de conselheiros, a escassez de serviços para encaminhamentos,

a falta de programas para as crianças e adolescentes acessarem e o desconhecimento do papel dos conselheiros. Houve uma importante menção, que foi o distanciamento da política de saúde e da política de educação no Sistema de Garantia de Direitos, que são instâncias importantíssimas para garantia dos direitos infanto-juvenil. As autoras apontam ainda que muitos fluxos e pactos deverão ser metas a serem alcançadas, um desafio constante para a garantia dos direitos e possibilidades de mudanças.

***

Às vezes, a leitura modo-indivíduo fica evidente em minha ótica na Instituição ou nas instituições as quais percorro, mas me volto à ideia proposta, me debruço nas leituras e me conduzo ao fazer diário desse construto institucional inacabado, afinal estou muitíssimo entusiasmada com as possibilidades de invenções e novos arranjos. (Registro do Diário de Memórias do Campo de Trabalho em 10 de outubro de 2018).

***

Um analisador que aparece em várias atuações, escutas e intervenções no SUAS é uma *Formação centrada nos indivíduos*, e isso é evidente em diversos manejos profissionais. Abandonar essa prática dentro do fazer no SUAS requer compreensão dos inúmeros fatores que compõem essa rede de atores e de complexidade frente às famílias. Não há como abandonar todas as relações que formam o indivíduo que chega aos serviços, o emaranhado de linhas tece essa vida. Além disso, não é possível desconsiderar todos os atravessamentos sociais e políticos que também atravessam esses indivíduos e essas famílias.

De fato, a formação em Psicologia ainda mantém uma prática centrada no indivíduo e em uma clínica tradicional, como destacam Yamamoto e Oliveira (2010) ao examinar o percurso de 25 anos de inserção profissional da Psicologia no campo das políticas públicas. Nesse percurso, Yamamoto e Oliveira (2010) denunciam essa dominância e apontam que essas políticas exigiram e exigem dos psicólogos novas intervenções, para além da leitura individual, além de um posicionamento político mais crítico e novos referenciais. Ainda hoje, esse campo apresenta impasses para os profissionais.

> Ao passar a atuar nesse campo que não oferece um modelo de atuação definido, o profissional depara-se com inúmeros desafios, dentre eles uma desarticulação entre os saberes acadêmicos formais e as exigências da nova inserção profissional. Ainda que a inserção dos psicólogos nas equipes técnicas já não seja tão recente, a formação inicial

> ainda se encontra desarticulada com a atuação nas políticas públicas, em especial na Assistência Social. (Sanches et al., 2020, p. 167).

Essa temática também é discutida pelos autores Silva e Carvalhaes (2016). Eles apontam que, na contemporaneidade, potencializa-se e cria-se um modelo de subjetividade pautado por premissas como o individualismo, razão, força de trabalho e hedonismo, disseminando práticas e saberes que aparecem nas instituições família, escola, entre outras, trazendo formas e condutas a serem seguidas e preestabelecidas. Em uma referência à Psicologia, os autores afirmam que ela exerceu por muito tempo — e ainda é exercida por alguns profissionais — "um caráter utilitarista, prescritivo e disciplinador, cujo objetivo maior era a adaptação social, sem a problematização dos contextos e modos de vida a estes vinculados" (Silva e Carvalhaes, 2016, p. 249).

Ao examinar os desafios atuais das políticas públicas, Romagnoli (2022) indica ainda a forte presença da cisão indivíduo *versus* social, na formação universitária, sustentada pela leitura dominante de uma subjetividade individualizada. "Esse modo traz armadilhas ao centrar no indivíduo o seu sofrimento, suas vitórias e seus fracassos, desconsiderando as questões históricas, culturais e sociais que o atravessam e o subjetivam, e que, de forma alguma são secundárias." (Romagnoli, 2022, p. 03). E isso não ocorre somente entre os psicólogos, mas também no serviço social, mesmo essa área tendo mais tradição com as questões sociais, como podemos ver na fala de uma assistente social de CRAS abaixo.

> Acho que varia de período de formação. Lembro que quando eu comecei a me formar, o SUAS estava caminhando, as normativas estavam caminhando, então tudo era muito novo. A forma de se acompanhar também foi construída. Vejo dessa forma até porque não bastava simplesmente acompanhar aqui dentro e lá fora, no sentido também da rede, porque começou a se a olhar para a família e não a ver como um ponto isolado, mas sim imerso numa roda, numa rede, né? Então, vejo o acompanhamento crescendo dessa forma. A gente precisa descobrir como se faz e depois ensinar o que se faz, mais ou menos assim, acho que é isso.

Embora as universidades venham incluindo em seus currículos disciplinas e estágios que abarquem o SUAS, essa formação ainda é incipiente. E os profissionais se sentem inseguros ao chegar em seus serviços. Sanches et al. (2020), em relato de experiência sobre formação continuada realizada com um grupo de profissionais que atuam na política, evidenciam que a falta de formação para sua atuação ainda prevalece, o que se soma à falta de capacitação e formação continuada no SUAS.

Mesmo que a formação continuada no SUAS seja prevista e estabelecida dentro das normativas, isso não é corriqueiro e presenciado pelos profissionais. Em minha experiência como docente em um curso de pós-graduação no SUAS, escuto de inúmeros profissionais que os investimentos em seus aprimoramentos são particulares, não havendo um investimento institucional e, assim, cada um busca sua própria capacitação. Essa é uma realidade do SUAS, o que inviabiliza um trabalho com as famílias com um olhar crítico e atento as singularidades.

Eu me questiono sobre a atuação da rede de proteção em muitos casos, tendo em vista que há sempre a ideia por parte de alguns profissionais de ditarem o rumo que as famílias devem tomar. Por muitas vezes, pensei: "Estão brincando de ser Deus?" É muito uma opinião sobre os direcionamentos que uma família deve ter para garantir a proteção dos seus. Nesse sentido, o trabalho social com famílias é instituído por:

> Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter "preventivo, protetivo e proativo", reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012, p. 11).

Como psicóloga atuando em uma política pública, tive muitos desafios, e o maior deles foi o de compreender o meu fazer frente aos atendimentos das famílias vulneráveis, entendendo sobre a escuta em seus diversos contextos, abandonando um olhar individualista e fomentando as questões sociais.

Outro analisador que aparece é a *Naturalização da família nuclear*. Sabe-se que o acompanhamento familiar na Proteção Social de Alta Complexidade convoca um trabalho em rede, principalmente na garantia da proteção integral às crianças e aos adolescentes afastados temporariamente de suas famílias por medida de proteção. E esse trabalho em rede se apresenta em sua complexidade, tanto pelo desconhecimento dos técnicos quanto pelo julgamento e preconceito deles sobre as famílias em questão. Acredito que a falta de sensibilidade e de crítica

impera em muitos posicionamentos, visto que é como se a teoria se sobrepusesse à pessoa que está ali, para ser atendida, ouvida, ocasionando um anulamento da singularidade e da diferença. Por que as famílias não podem ser encaradas como aquelas que mais nos ensinam?

A concepção naturalizada, de que a família é a base da sociedade, encontra-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no artigo 16, que estabelece que "A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado" (*United Nations Human Rights*, 1948, s. p.). Essa visão de família também está confirmada na "centralidade da família como núcleo fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de Assistência Social" (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b, p. 12). Santos et al. (2017) afirmam que essa centralidade da família é a principal proposta da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que traz a proteção integral dos indivíduos não descartando seu espaço sociofamiliar. Como exemplo das autoras, temos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que compõem a Proteção Básica, essa proposta da centralidade na família no serviço ofertado, encontrada no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que

> ... consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar – com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012, p. 54).

Também não podemos descartar a ideia de Santos et al. (2017) quando citam Melo (2012), apontando que essa centralidade na família e também a redução do estado têm implicações ligadas às questões sociais. Isso porque esses fatores acabam responsabilizando a família pela proteção social de seus membros, instituindo-a como a única responsável pela resolução dessas questões e culpabilizando-a quando fracassa.

> Perante a falta de condições para se constituir o modelo de família considerado "certo", o sequestro do direito à família vem ocorrendo, historicamente, pela intervenção na relação com os filhos, sendo esta uma das funções de certos equipamentos sociais, dentre os que se destacam, hoje em dia, a escola, em suas diversas formas (externato ou internato em distintos sistemas), os consultórios médicos e psicológicos, o judiciário, os abrigos, o cárcere, os conselhos tutelares etc. (Scheinvar, 2006, p. 50).

A autora ainda reforça que muitos espaços que atendem as famílias analisam se elas têm as condições necessárias para aderir ao modelo hegemônico, que pode ser caracterizado como

nuclear, conjugal, heteroafetivo, urbano, com homens provedores e mulheres cuidadoras. Na busca desse padrão, esses equipamentos sociais diagnosticam a incapacidade de algumas famílias atendidas nos equipamentos da Política Pública de Assistência Social serem consideradas uma família, já que não representam a família desse imaginário social, desse modelo dominante, desqualificando seus saberes e suas ações, classificando-as como uma "família desestruturada".

Nesse sentido, essa naturalização anula a emergência de questionamentos sobre o cotidiano da assistência social, sobre as práticas institucionalizadas nesse âmbito. Muitas vezes, vivenciei essa situação, principalmente quando muitos profissionais relatavam que uma família não aderia aos serviços e propostas ofertados. Era evidente quanto os profissionais se esquivavam de suas propostas técnicas, justificando que os membros daquela família não vieram aos atendimentos, não seguiram com o plano de ação descrito no PAIF ou PAEFI, entre outros exemplos. Vale lembrar que muitas famílias não compreendem o papel dos serviços ofertados, sendo julgadas e responsabilizadas. Muitas não são ouvidas nem sabem o papel interventivo dos técnicos. Podemos refletir que algumas famílias podem não ter acesso aos serviços pela incompreensão dos seus direitos, e muitas são condicionadas a exercerem os cuidados básicos aos seus membros, demostrando uma não aderência da família ao acompanhamento, o que é uma narrativa frequente no trabalho com esse grupo no SUAS. Esse discurso privatiza questões sociais e trabalha com ideais de família que muito se afastam da singularidade e do cotidiano das famílias vulneráveis, que são atravessadas pela pobreza e lutam diariamente pela sobrevivência. Nesse sentido, a política de assistência torna-se um dispositivo de vigilância, e não uma parceira.

***

Eu me recordo de um acompanhamento no CREAS, no qual um técnico relatava que a família não aderia aos acompanhamentos, não saía da situação de violação de direitos e, quando chegava aos atendimentos, tentava enganar o profissional sobre a realidade vivenciada em seu território. Gradualmente, fomos compreendendo que a família associava o CREAS a um equipamento de responsabilização. Ela não nos via como um lugar de acolhimento e com propostas que poderiam garantir seus direitos, e, como houve um encaminhamento do Conselho Tutelar, entendia que ali seria também um espaço para a responsabilizar.

Cabe aqui um apontamento sobre o trabalho do Conselho Tutelar. Segundo Romagnoli e Silva (2019b), a autonomia de suas ações lhes permite aplicar medidas protetivas sem interferências e permite denunciar desajustes no atendimento municipal às crianças e aos

adolescentes. As autoras apontam que o Conselho Tutelar não integra ao poder judiciário, nem suas ações, análises e ponderações se exercem como o papel do judiciário.

> A proposta de atuação do Conselho não se restringe somente à atenção aos direitos violados, também se centra na prevenção dessa violação. Nesse sentido, não atua como um dispositivo jurídico ou ligado ao poder Executivo, mas sim como um intermediário entre os dispositivos de Estado e as demandas provocadas pela violação de direitos, sendo mobilizador da rede de serviços, zelando pelo cumprimento dos direitos definidos pelo ECA. Assim, fica clara a importância do CT nas ações intersetoriais. (Romagnoli & Silva, 2019b, p. 213).

Essas leituras me fizeram pensar no atravessamento do CT. Retornando ao caso, foi necessário um trabalho de mobilização, na tentativa de fazer com que essa família se sentisse acolhida e orientada sobre seus direitos. Notamos que, muitas vezes, as famílias têm mais direitos violados quando a escuta técnica está permeada por equívocos. É necessário, então, escutar as famílias em suas singularidades e sustentar uma relação que favoreça agenciamentos potentes, para desterritorializar o território habitado por muitas famílias em que a própria vida se encontra maltratada. (Memória de um registro de campo).

***

Por muitas vezes, essa postura técnica está ligada ao nosso modo predominante de pensar. Para essa discussão, trago Foucault (1996), filósofo que aborda pontos muito importantes sobre poder. O filósofo entende poder como uma relação de forças, como uma ação, um exercício, assim, "o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce" (Foucault, 1996, p. 175). Por ser uma relação de forças, o poder produz não apenas submissão e assujeitamento, mas também enfrentamentos, e nos leva a pensar como essas relações se fazem no cotidiano da assistência social.

Santos et al. (2017) descrevem que partindo dessa definição de poder, do século XVII, Foucault discorre a respeito do poder sobre a vida e o aponta primeiro como uma forma de adestramento e produção de docilidade dos corpos ligados à disciplina. Posteriormente, o filósofo, no século XVIII, relata que esse exercício deixou de visar principalmente ao sujeito, ao seu corpo, e abrange as populações e seus fenômenos, como natalidade, mortalidade, nível de saúde, longevidade, forma de alimentação, entre outros. Para gerenciar a vida e governar as populações, um dos dispositivos eficazes é o grupo familiar. Nesse sentido,

> Nota-se que a família ainda hoje continua sendo campo privilegiado de intervenção do Estado. Scheinvar (2006, p. 50) avalia que "a família passou a constituir um espaço privado, cuja atribuição maior é a responsabilidade por seus membros". Aponta que o controle se institucionalizou por intermédio de equipamentos sociais, que passam a

> diagnosticar a incapacidade de uma família ser uma família, no sentido da correção ou eliminação dos "irregulares". A família tem tido a função de cuidar da "normalidade" de seus membros, de oferecer "bons sujeitos" produzidos por uma subjetividade padrão para um bom funcionamento do mercado. (Santos et al., 2017, p. 05).

No acompanhamento familiar, nós nos deparamos, muitas vezes, com profissionais que dialogam com suas teorias e buscam enquadrar as famílias e indivíduos que são usuários do SUAS em seus saberes especializados. Especialidades que versam muito mais para uma normatização do que para uma leitura singular de cada realidade e complexidade dos casos. Nesse contexto, as teorias funcionam como linhas duras, que buscam a reprodução e a adaptação das famílias, e não como intercessoras de deslocamentos subjetivos, como entendemos que deveriam ser. Baremblitt (2002, p. 20) amplia essa reflexão ao afirmar que

> ... todo saber envolve, necessariamente, um poder, e ambos não são homogeneamente distribuídos. Mas este saber é um saber coletivo, produzido, distribuído e exercitado na vida coletiva. Na topografia deste saber, existem alguns elementos essenciais que compartilhados por todo mundo. Então, quando esse saber compartilhado é delegado a alguns que se especializam nessa questão, já não é um saber produzido fora dos interesses e desejos do coletivo, já não é um saber que vai cair de cima para baixo, de fora para dentro, já uma delegação, porque foi produzido dentro, por alguns especialistas no assunto, em estreita colaboração com os diretamente interessados nos benefícios que esse saber e suas aplicações terão, uma vez realizados.

Entre saberes e intervenções, o trabalho dos técnicos também se dá em torno de normas e metas. Em nosso contato com os profissionais, o analisador *Burocratização das Práticas* também apareceu. Outro ponto a ser pensado é que muitos profissionais também notam que suas práticas se tornam burocratizadas, cumprindo apenas com o campo do que é prescrito para a sua atuação, o que faz com que suas expectativas profissionais relativas ao campo de trabalho não se alinhem com o que idealizavam. Além disso, embora seja uma área de inserção predominante de psicólogos, ainda há uma marca de desqualificação profissional no campo das políticas públicas, como se as práticas, por exemplo, da clínica e de gestão garantissem bons salários. Dessa maneira, muitas vezes o trabalho dentro do SUAS é vivenciado apenas como uma alternativa, e não como uma meta profissional.

Para muitos, o campo das políticas públicas é demarcado pelo assistencialismo, pelo preconceito; e para outros tantos é a marca das lutas de classes, chance de um alcance aos seus direitos. Euzébios Filho (2020, p. 567) afirma que o "... assistencialismo pode ser caracterizado, estruturalmente, como uma ação que busca harmonizar a relação entre classes sociais

antagônicas, fomentando a naturalização da ‘questão social’ ... assim como da desigualdade social”.

Não tive uma formação acadêmica na graduação voltada para o olhar dessas desigualdades, visto que o conhecimento também fora e é demarcado pelo modo colonial de existir. Tive em mim um olhar um pouco deturpado sobre as famílias e hoje me aproximo mais de uma discussão crítica sobre esses campos singulares, distintos, valorizando o protagonismo desses indivíduos, grupos e coletivos.

Houve uma experiência da minha prática profissional em um serviço de Acolhimento Institucional, um acompanhamento familiar, que foi muito marcante. Creio que essa marca advém da maneira como hoje encaro esse caso, com uma postura muito mais crítica e reflexiva sobre os movimentos estatais que precarizam ainda mais esses campos de trabalho. A família descrita aqui me ensinou bastante e ainda ensina. Ela tinha como referência a mãe, que utilizava *crack* e havia recaído no uso há alguns meses, vendendo seus pertences e levando seus filhos menores para as “bocas de fumo”. O Conselho Tutelar e alguns equipamentos do território indicaram o acolhimento das crianças. Dois de seus filhos foram para o abrigo e o bebê de poucos meses ficou sob os cuidados da irmã mais velha, que era casada e estava grávida.

No dia a dia do Serviço de Acolhimento, observava as lacunas e as violências institucionais sofridas por essa família. Via muitas formas arbitrárias de escutar essa família e pensava que esses profissionais reproduziam formas de atender, sem alinhar a singularidade dos indivíduos nem despertar um olhar cuidadoso aos casos. Os modos reprodutivos de existir fundam nossa subjetividade e nos impossibilitam de um despertar para a vida. Já pensou que a vida exige de nós coragem? E muitas famílias se mostram corajosas diante de tamanhas adversidades. A história de vida dessa mãe foi muito marcada pela tentativa de proteger seus filhos, que, sem estudo nem emprego, foi para a prostituição, utilizando todo o dinheiro recebido para o cuidado de seus filhos.

À medida que ela relatava essa história, era possível ouvir seu desespero. Ela afirmou que sua alternativa para proteger seus filhos era deixá-los com seus familiares enquanto ela se prostituía. Ela também relatou que, para suportar as noites, começou a beber e que, durante um tempo, a bebida não era suficiente, então ela partiu para o uso da cocaína, até que foi apresentada ao *crack*. Como ela mesma disse: “um caminho sem volta”. Enquanto ouvíamos, eu e a assistência social do serviço buscávamos entender os motivos pelos quais houve a recaída. Ela sempre trabalhou, nunca deixou de trazer o necessário para a casa. No entanto, quando o uso se tornava exacerbado, ela vendia tudo na casa e não conseguia se manter no emprego.

Quando dialogávamos com as crianças no abrigo, elas não sabiam explicar os reais motivos do acolhimento e diziam que era por sua mãe estar machucada. De fato, ela sofreu um acidente, mas indaguei a um deles: “Então, todas as crianças que têm a mãe machucada precisavam vir para o abrigo?” E um deles respondeu: “Não, na verdade, minha mãe fumava em uma lata”. Esse momento me marcou muito enquanto profissional, porque confirmou a premissa de que as crianças que ali permaneciam precisavam saber sobre suas histórias, de acordo com seu entendimento, e que elas faziam parte desse processo de acompanhamento, então deveriam compreender e estar cientes a respeito de todas as intervenções ocorridas fora do serviço.

Esses fundamentos se encontram nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a), porém, na minha prática, inclusive como coordenadora da Proteção Social de Alta Complexidade, na tarefa de dar supervisão aos técnicos desses serviços, notei que muitos profissionais omitiam ou não transmitiam às crianças e adolescentes suas estratégias de intervenção com as famílias. Além disso, percebi que os acolhidos não recebiam informações sobre o motivo de seu acolhimento, mesmo sendo algo previsto nas normativas. Essas são questões muito graves em relação ao acompanhamento dessas famílias, tendo em vista a exclusão do seu protagonismo. Sem empatia, sem alegria, sem sensibilidade nem humanidade, muitos profissionais exercem um posicionamento autoritário. Com tantas atrocidades, acho difícil que encarem a vida sem serem “dóceis” e sem se curvarem ao modo capitalista de existir. Por que também temos sido tão inflexíveis em nosso cotidiano, fortalecendo uma certa intolerância? Será que é simples acordar, trabalhar, comer e dormir, sem que sua mente se volte ao olhar dos invisíveis?

Outro ponto nesse caso que quero destacar é o preconceito da rede. Muitos profissionais já tiravam suas conclusões sobre essa família, descartando a possibilidade de aposta no retorno das crianças para ficarem com a mãe. Era óbvio que, se não houvesse um trabalho intersetorial com essa família, seria impossível um retorno, mas era notório o pouco investimento em diversos setores nos quais essa mãe circulava. A mãe tinha dúvidas sobre os equipamentos, porém não sabia onde seria acompanhada, percebia o preconceito e os julgamentos vindos dos profissionais da rede e temia perder seus filhos.

Com os filhos ainda no serviço de acolhimento, a mãe engravidou, e, logo ao nascer, o seu bebê lhe foi retirado, mesmo com a mãe cumprindo os combinados da rede. Eu me recordo de que o juiz determinou o afastamento alegando que três meses sem o uso de *crack* não significavam nada, assim essa mãe não poderia cuidar de seu bebê. Essa imposição, o poder

frente a essa família, trouxe para mim grandes reflexões, uma cena que permanece gravada em mim. A família permaneceu em acompanhamento familiar por um tempo, e a mãe recaiu por várias vezes, sendo possível observar o preconceito de muitos profissionais e compreender quanto essa família sofria essas consequências.

Como as famílias compreendem esta dinâmica do acompanhamento familiar? Como você, leitor, compreende? Acho que nos falta mais sensibilidade à nossa existência, mais interesse por nossas raízes, mais vontade de ver o outro para além de nossos espelhos. Precisamos nos conectar, seja por palavras, seja por gestos, seja por encontros. A vida não precisa ser reprodução, mas pode ser invenção! Dia a dia, reproduzimos os preconceitos, excluímos, culpabilizamos, deixamos de enxergar quem chega até nós como alguém protagonista de sua história. Ainda nos falta muito para caminharmos lado a lado com nossas lindas diferenças. Será que estou me fazendo entender? Ou está pensando que minhas palavras também estão sendo reproduzidas?

Apresentamos aqui os analisadores que trouxeram tensões em nosso campo de pesquisa, mas com o instituído bem junto com o instituinte e as linhas duras são justapostas às linhas flexíveis no processo de institucionalização. Essa conjunção de forças e funcionamentos transforma, desloca o SUAS, que se torna inventivo traçando linhas de fuga.

Esses processos inventivos foram descritos nas rodas de conversa, nas entrevistas e na restituição com os técnicos. Os profissionais relataram que a pandemia foi um grande exemplo de como se organizaram para enfrentar os diversos desafios com as famílias. Contaram também que o distanciamento gerou perdas em algumas redes, novas formas de intervenção se iniciaram e vislumbraram perdas que o modo remoto ocasionou, mesmo trazendo benefícios em outras áreas, a exemplo de reuniões. No entanto, não viam como algo definitivo, já que há limitações com o contato tecnológico, principalmente com pessoas idosas.

Na trama do acompanhamento familiar, ficam evidentes as cristalizações e as tensões, mas vimos também em nossa pesquisa a potência dos trabalhadores e das famílias. A pandemia desvelou tudo isso, que continua a se apresentar, de modo processual, no cotidiano do SUAS.

4.2 Acompanhamento familiar e gestão de condutas

A rede de tensões e de contradições desveladas pelos profissionais que fazem o acompanhamento familiar se enreda também nas famílias que são atendidas. Em nossa sociedade, a família realiza a mediação entre o indivíduo e a sociedade e é central nas políticas públicas em nosso país. Podemos identificar a implementação dessas políticas no Brasil, uma

vez que as Políticas Sociais devem estar atreladas às modificações sofridas pelos grupos familiares para garantir a efetividade dos direitos dos indivíduos que demandam esses serviços. Belfort et al. (2015) definem que o Estado apresenta maior responsabilidade e deveres com relação à provisão do bem-estar e da assistência aos membros familiares. Cabe aos técnicos que trabalham diretamente com as famílias nas políticas públicas estarem prontamente alinhados com as estruturas familiares existentes, não partindo de sua própria referência de família, mas buscando sempre compreender cada dinâmica e singularidade. Deparamo-nos o tempo todo com significativas mudanças, e elas devem estar no contexto daqueles que atuam com famílias.

Marconi e Presotto (2013) informam que, nas últimas décadas, a família foi sendo compreendida como sujeito político, instituição que tem lugar na sociedade e apresenta fundamental papel na formação da vida dos indivíduos. As autoras compreendem que, mesmo com os fenômenos sociopolíticos e o avanço da tecnologia configurando novos arranjos familiares não definidos por consanguinidade, a instituição familiar ainda tem seu papel de importância. Nesse sentido, mesmo com todos os impasses, os estudos da família são de grande relevância, por ampliarem os olhares e somarem teoria com práticas de atendimento e acompanhamento familiar.

Focando explicitamente a política estudada, cabe pontuar que a Assistência Social, diferentemente da Previdência Social, não é contributiva, devendo atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Em 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

> I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socio territoriais locais;
>
> II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
>
> III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
>
> IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (Lei Federal n. 8.742, 1993, s. p.).

Essa centralidade, presente no SUAS, está embasada na concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão vinculados à família, quer seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços, quer seja no início do ciclo que gera a necessidade de o indivíduo vir a ser alvo da atenção da política. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS cita que: "A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social" (Resolução n. 1, 2007, s. p.). Assim, a família é considerada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provendo cuidados aos seus membros, mas que também precisa ser protegida e cuidada (Resolução n. 145, 2004).

Mesmo sabendo que não há a família, mas sim várias formações familiares que escapam a um modelo somente, dentro das políticas públicas as famílias têm sua importância, garantido seus direitos e acesso aos mais variados serviços. Podemos apontar que as famílias estão em foco na abrangência da assistência social, em que se investe técnica e financeiramente, tanto no que se refere à transferência de renda, visto em programas como Bolsa Família, quanto no que diz respeito às estratégias metodológicas, como na política de Fortalecimento de Vínculos e Convivência.

Nesse cenário, a matricialidade sociofamiliar é compreendida a partir das diretrizes estabelecidas pela PNAS para o território nacional, firmando a "... centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos" (Resolução n. 145, 2004, p. 33). A adoção do princípio da matricialidade sociofamiliar está entre os princípios que regem o SUAS em conexão com a centralidade da família. Ainda, segundo a PNAS (Resolução n. 145, 2004, p. 40), "... a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social". Para Marques (2014), a matricialidade sociofamiliar constitui um importante marco na assistência social, que antes da aprovação da PNAS e da instauração do SUAS se limitava ao atendimento dos indivíduos, de forma isolada da família. Nesse sentido, "a matricialidade sociofamiliar surge como antídoto à fragmentação dos atendimentos, como sujeito à proteção de uma rede de serviços de suporte à família" (Teixeira, 2010, p. 05). Atualmente, para a autora, considera-se a família com seus membros dentro de um contexto social e econômico, que reflete diretamente na sua organização e dinâmicas familiares.

A PNAS assinala que essa postulação se orienta pelo reconhecimento da realidade que hoje temos por meio de estudos e análises das mais diferentes áreas e tendências (Resolução n. 145, 2004). Esses estudos revelam as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, ligadas à ordem econômica, ao trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança

de valores, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, que geraram mudanças significativas na organização das famílias. Podemos citar, entre essas alterações, variados arranjos familiares, empobrecimento acelerado e desterritorialização das famílias, gerando muitos movimentos migratórios, além da predominância de famílias monoparentais

Eles revelam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários, o que torna as famílias mais vulneráveis. A PNAS afirma que a vulnerabilidade, a pobreza, está relacionada não apenas aos fatores econômicos, mas também aos arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias (Resolução n. 145, 2004). Marques (2014) descreve que é salutar a superação que a PNAS apresenta com relação à concepção de família, desvinculando-a de um modelo ideal e padrão. Há uma superação no conceito de família, concebendo-a em seus diversos arranjos, modelos, variações e dinâmicas. A autora descreve que, no texto da PNAS, "estamos diante de uma família, quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade" (Resolução n. 145, 2004, p. 28), apesar de essa flexibilização não garantir práticas sem julgamento e discriminação, como vimos no capítulo anterior, pois como nos lembra Scheinvar (2006, p. 51):

> Há um processo de produção de subjetividades no sentido de naturalizar a institucionalização de um modelo hegemônico de família, que opera por meio da discriminação de outras relações familiares, como as constituídas por mães solteiras, por parentes que assumem a responsabilidade pelas crianças, por casais separados, por pais que realizam atividades consideradas ilegais ou imorais etc., embora todas elas sejam formas coesas de organização familiar, produzidas historicamente.

Trazendo alguns marcos históricos, Teixeira (2010) descreve que, na Constituição de 1934, o atendimento às famílias de prole numerosa estava incluído, assim como o direito dos pais miseráveis que necessitavam de auxílio e proteção para o sustento de sua prole. Essas famílias foram por décadas nomeadas como desestruturadas, por não terem um modelo de família nuclear formado pelo matrimônio e com os papéis de provedor e a cuidadora, sendo "... culpabilizadas pela marginalização dos filhos, trabalho infantil, drogadição de jovens e outros problemas sociais que afetam os membros da família... a família estigmatizada como incompleta, imperfeita, disfuncional, desestruturada, gerando um sentimento de culpa e inadequação." (Teixeira, 2010, p. 541).

Para a autora, há um descompasso entre as condutas esperadas para essa família e a realidade vivida por elas. Nessa época, a organização das políticas sociais é marcada pela ausência de uma política familiar explícita e é caracterizada por atendimentos segmentados

pelos profissionais e fragmentados em problemáticas individuais. Assim, os indivíduos-problema, segundo a autora, organizaram os serviços. Nesse cenário, eram, então, considerados incapazes devido à pobreza, à debilidade, entre outras causas, ficando a cargo do Estado tirá-los do risco pela via institucionalização, afastando-se do ambiente familiar, dando ênfase nas internações e reclusões. (Teixeira, 2010).

A autora complementa ao afirmar que, em relação às famílias pobres, muitos equipamentos que acompanham as famílias subjacentes à lógica das políticas sociais têm a ideia de que a família é constitutiva do problema social e de que seus responsáveis não têm condições de proteger seus membros da marginalidade, da promiscuidade e dos vícios e de educar suas crianças e adolescentes. É necessário, assim, fazer um contraponto que nem tudo remete à família e ao seu arranjo.

Mas existem questões sociais que muitas vezes são ignoradas, como apontam Nascimento et al. (2007). Esses autores examinam a relação entre práticas de desqualificação da família pobre e processos de criminalização da pobreza, fazendo um percurso histórico em que problematizam a emergência de práticas discursivas e não discursivas que segregam e penalizam (gerar pena e aplicar pena) a família pobre e seus filhos. Nessa trajetória, o cuidado à criança e ao adolescente implicava também em desqualificar os arranjos familiares dos pobres, associando-os a situações irregulares e de delinquência. “Dentro desse contexto, a questão financeira torna-se o principal motivo para a desqualificação da família pobre e a produção de uma subjetividade que diz serem elas incompetentes para o cuidado dos filhos, o que justifica uma intervenção técnica e estatal.” (Nascimento et al., 2007, p. 9). Desse modo, a pobreza é classificada como perigosa e incompetente, com atributos de inferioridade, e muitas vezes também é naturalizada, como algo dado, sem se questionar a própria lógica capitalista que a produz.

Mesmo com essa possibilidade de naturalização ainda presente, postura não raramente mantida por nós e pelas equipes que realizam o acompanhamento familiar, as famílias são alocadas como ponto central das políticas públicas, e reforçamos dentro da política da Assistência Social a conjuntura protetiva da Seguridade Social. A PNAS (Resolução n. 145, 2004) aponta ainda que o princípio da universalidade tem como objetivo a manutenção e a extensão de direitos, levando em consideração as demandas e as especificidades expressas pelas famílias. Assim, a centralidade da família é garantida à medida que, na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política universalista, que avance, prioritariamente, em redes socioassistenciais com tarefas de cuidado e que valorize a convivência familiar e comunitária.

Vale ressaltar que a Lei de Assistência Social de 1993, a LOAS, vem regulamentar a Seguridade Social e a Assistência Social como política pública. A inserção da Seguridade Social, para seu caráter de política de Proteção Social, articula políticas que garantem os direitos das famílias. Segundo a PNAS, a Proteção Social deve garantir "segurança de sobrevivência (rendimento e de autonomia), de acolhida, de convívio ou vivência familiar" (Resolução n. 145, 2004, p. 31).

Para desenvolver o trabalho social com famílias, a equipe de referência necessita estar capacitada e livre de ideias assistencialistas e clientelistas, bem como precisa planejar e refletir sobre ações que envolvam as famílias, evitando atendimentos e acompanhamentos de forma fragmentada. Essas ações devem estar alinhadas com a prevenção, com a proteção e na proatividade dos profissionais. A efetividade do trabalho das equipes técnicas dependerá do conhecimento adequado dos territórios nos quais as famílias estão inseridas; de uma articulação intersetorial efetiva, que compreenda o conceito e o fortalecimento da prática interdisciplinar; de uma análise de suas ações; e de incentivo à participação das famílias no processo de acompanhamento. A partir disso, vale lembrar que as equipes de referência não podem se esquecer do contexto em que as famílias estão inseridas, suas condições culturais e socioeconômicas, analisando essas dimensões e situações vivenciadas que culminam em possíveis vulnerabilidades.

Para a superação dessas vulnerabilidades, a família busca recursos e aparatos estatais, porém na apropriação de seus direitos, e não em tutela. O SUAS busca possibilitar uma produção de autonomia, visto que as políticas públicas sugerem a transformação da condição de miserável, alvo da caridade, para o de sujeito de direito, assegurando não somente as necessidades básicas do indivíduo e sua família, mas também condições para o exercício da cidadania pela conquista da autonomia (Serpa & Cavalcante, 2015). Nessa direção, podemos afirmar que:

> Nota-se ainda que o desconhecimento dos familiares a respeito dos objetivos do Acompanhamento Familiar – a saber: o conhecimento dos Direitos Sociais, o desenvolvimento da Autonomia e a elaboração do Projeto de Vida – acarreta a dificuldade de as famílias modificarem a sua situação de vulnerabilidade social e as impede de melhorarem sua qualidade de vida, já que, para o MDS, autonomia significa o conhecimento e acesso aos direitos para que os familiares sejam capazes de conduzir sua própria vida e adquirirem a qualidade de vida. (Fernandes & Leonidas, 2021, p. 100).

No entanto, Serpa e Cavalcante (2015), em uma leitura foucaultiana, mostram como esses discursos atuam como um dispositivo heterogêneo que associa leis, práticas e normas, gerenciando hábitos, condutas e vínculos familiares e comunitários dos indivíduos e famílias em situações de riscos e vulnerabilidades sociais. Normatizam-se, assim, a vida e a expectativa social desses usuários, adequando condutas e diferenças, buscando a autonomia para se chegar à inclusão social. Denotando essa contradição, Serpa e Cavalcante (2015, p. 436) pontuam que "A autonomia seria possibilidade de liberdade, possibilidade de fazer escolhas dentro desse sistema de proteção social". Contudo, é um desafio para os trabalhadores e usuários do SUAS, pois, muitas vezes,

> ... a autonomia é perseguida com a culpabilização do outro pelo insucesso que, em seus modos de vida, em sua diferença, necessita ser protegido, ser cuidado e esse cuidado implica cercear as escolhas dessas pessoas, muitas vezes através de atos violentos. Em nossa sociedade, além do poder de normalização, temos uma naturalização do "cuidar da vida" (do outro, da saúde, da população, dos ditos vulneráveis sociais), criando formas de estar no mundo. (Peruzzo et al., 2023, p. 139).

Conhecer as famílias e os usuários é importante para o acompanhamento familiar, mas não é suficiente. Um dos pontos de tensão da política de assistência social é a própria desigualdade social da nossa sociedade, constituída por uma história, por uma dimensão econômica e política que gera exclusão. "Assim, pensar em políticas públicas voltadas para a população em situação de pobreza implica em refletirmos sobre os modos como sociedades democráticas distribuem, desigualmente, suas vulnerabilidades" (Oliveira et al., 2019, p. 146). Isso porque, embora o SUAS possa ser acionado por todo cidadão brasileiro, em seu cotidiano é acionado pelas famílias vulneráveis, em sua imensa maioria.

Nessa problematização, precisamos esclarecer os efeitos de nosso passado escravagista, da ditadura militar, da miséria, da naturalização das desigualdades, e explicar que governamentalidade estamos produzindo em nosso país. Esse conceito foi trabalhado por Foucault (2008a), que, após o desenvolvimento do poder disciplinar, apresenta a governamentalidade entendida como forma de poder que tem como saber a economia política e por instrumento o dispositivo de segurança. Com a delimitação desse conceito, Foucault (2008a) pretende elucidar "... o domínio da prática do governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto, a fim de governar da melhor maneira possível! Em suma e, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política" (p. 04).

A governamentalidade diz respeito a um processo histórico que insere a vida no domínio político e econômico, regulado pelo Estado e pelos seus mecanismos de segurança para o controle da vida. Essa nova racionalidade governamental intervém não somente na população em si, mas também nas formas de viver por meio de um conjunto de ações mais tolerantes e menos disciplinares com agrupamentos não dominantes, para que estes sejam incluídos por intermédio da gestão de suas condutas a certa norma econômico-social. Artes de governar que atuam não apenas em uma dimensão econômica e política, mas também em um tipo de subjetividade. Esse governo das condutas toma a população, no caso, as famílias, como alvo e como instrumento, visando ocultar suas condições econômicas, sociais, entre outras. Nessa perspectiva, as famílias no SUAS passam a ser incluídas, governadas, presas no binômio da garantia de direitos e a autonomia, em um Estado neoliberal, que utiliza estratégias normatizadoras, para lidar com a desigualdade social e naturalizar a miséria e a vulnerabilidade.

A governamentalidade é um exercício de poder que consiste em "conduzir condutas" e em ordenar probabilidades, delimitando o campo de ação dos outros, das famílias atendidas no SUAS. Desse modo, os pais, as mães, os filhos, as famílias e os próprios técnicos são governados em suas relações com o espaço social, consigo mesmo, com os outros, com hábitos, costumes, maneiras de ser e de pensar. E, sendo artes de governar, são sofisticadas e não se fazem por imposições, mas sim por táticas, estratégias, que permitem de forma coletiva administrar os fenômenos da população e também essa população em seus detalhes subjetivos e subjetivadores. Podemos ver alguns agenciamentos por parte das equipes que tentam gerir a vida das famílias, vendo-as como incapazes, tentando gerenciar suas condutas e formas de gerir seu cotidiano, o que é compreendido como conflitivo, como demonstra a fala do psicólogo que atua no CREAS:

> Tentamos ao máximo trabalhar de uma forma a compreender o que a família vive. Se ver o tema do trabalho, que é a questão da disciplina, eu achei bem interessante porque a gente busca essa ideia de trabalhar com a autonomia. É sempre um conflito porque a atuação do Estado quase sempre vai ser invasiva. Quando o caso chega no CREAS, especificamente, é pra gente interferir em alguma coisa da vida privada das pessoas sendo muito delicado, e eu sempre tento colocar para as pessoas no atendimento de modo a decidir as coisas.

Fazendo essa crítica e estando preocupado com essas interferências, o psicólogo complementa:

> A gente não tem resposta para todos os problemas, por mais que às vezes eu fale: "Eu te orientaria assim. Eu penso que talvez fosse interessante lidar dessa forma". Mas ao mesmo tempo que eu tento retomar a responsabilidade para as pessoas, acontece muito disso, tanto da família ser um pouco resistente à intervenção, um pouco fechada em não querer a invasão na privacidade deles, e também o oposto, a pessoa chegar aqui e querer respostas para o futuro delas e nenhuma das duas coisas é legal. Nem invadir e nem dar resposta, a gente busca essa autonomia das pessoas. Acontece que muitas vezes é difícil porque, às vezes, é uma mistura de violência e violação, que tem que parar em certa medida. A gente precisa disciplinar, acho que não seria essa a palavra correta, mas acaba acontecendo em algum momento, delimitar bem isso, o que me parece bem disciplinar, por mais que a gente tente dizer que não estamos aqui pra julgar. Enfim, a gente tenta amaciar um pouco esse processo, mas ele também não deixa de ser. É difícil, eu acho que penso muito sobre isso, acho que é uma questão ética. É importante por conseguir sucesso no trabalho, tanto para diminuir a resistência das pessoas quanto para conseguir a autonomia, para elas não saírem sem saber o que fazer sem a gente, se nós só darmos as respostas.

Muitas práticas do acompanhamento familiar se fazem como um exercício de tutela das famílias, como sinaliza Michel Foucault sobre as práticas de governo que moldam e regulam a conduta dos indivíduos. Embora o filósofo não tenha abordado o SUAS especificamente em suas ideias sobre o poder, muito colabora em nossas reflexões a respeito das instituições e dos profissionais que operam essa política pública. Isso porque os dispositivos disciplinares e as tecnologias de governo estão difundidos no cotidiano quando se impõem regras e regulamentos às famílias vulneráveis. Cavagnoli e Guareschi (2018, p. 120) complementam que o Sistema de Proteção é um efeito da sociedade regida pelos dispositivos de segurança,

> ... que visa gerir perigos e lidar com aquela população que não se encontra dentro das normas de conduta ou que criam estratégias de sobrevivência nem sempre compreendidas no seu contexto e consideradas socialmente desvalorizadas ou perigosas. Foucault (2008b) afirma que esse tipo de sociedade procura criar um ambiente em função de acontecimentos possíveis, que são séries que precisam ser regularizadas. É a possibilidade para o tratamento daquilo que foge às normas e que vai ser necessário inscrever em um determinado espaço lançando mão de uma série de técnicas de vigilância dos indivíduos e construir diagnósticos sobre eles, classificando suas irregularidades.

No contexto do SUAS, quando observamos o que regulamenta os Programas Socioassistenciais nos CRAS em diversos municípios, verificamos que eles não apenas estão distribuindo benefícios materiais, mas também, por meio das normas estabelecidas pelo Estado, estão moldando identidades e subjetividades.

> Podemos apontar que a partir das contribuições de Foucault (1971/2009; 1975/2010), apreende-se que as instituições oferecem discursos prontos que exercem um poder sobre os profissionais que, por sua vez, exercem um poder disciplinador sobre os usuários, julgando o que deve ser o melhor e o certo para estes. (Costa & Alberto, 2017, p. 205).

Nessa mesma direção, Scheinvar (2006) aponta que, para gerenciar condutas, muitos equipamentos sociais alegam que as famílias são incapazes de ser família, desqualificando seus saberes e ações, classificando-as como "famílias desestruturadas". A autora também afirma que as intervenções são discriminatórias com as famílias, submetendo-as a serviços inadequados, que não interferem efetivamente em seu cotidiano e muitas vezes atuam como tecnologias de poder, como estratégias de governo da vida.

No que se refere aos documentos oficias da Política Nacional de Assistência Social, Costa e Cunha (2019) ressaltam que existem algumas modificações quanto às famílias em relação aos serviços socioassistenciais. Isso porque, na própria PNAS, é possível encontrar a expressão "reestruturação familiar", no documento de orientações técnicas do CREAS. As autoras destacam a presença de um esforço para que se evite a categorização de famílias em estruturadas e desestruturadas, evidenciando que o empoderamento das famílias e de seus membros poderá levar à "reconstrução" das relações familiares ou à "construção" de novas referências no campo familiar e comunitário. Nesse contexto, podemos pensar até que ponto a classificação e a busca de uma restruturação implica um governo dessas famílias, pois significa que houve perda da estrutura em algum momento e que essa estrutura seria determinada por condutas esperadas do grupo familiar, o qual será capaz de se conduzir adequadamente nos espaços sociais e nas relações com os outros (Foucault, 2008b).

Vemos, assim, a presença de "estruturas políticas e de gestão do Estado", enquanto modo de "dirigir a conduta de indivíduos e grupos" (Foucault, 2008b, p. 133), constituindo controle e tutela, certamente efetuados com ações mais tolerantes para incluir essas famílias a certa norma econômico-social. Fundamentados nas ideias do referido filósofo, podemos problematizar as formas de sujeição dos profissionais e dos usuários do SUAS, examinando a gerência da vida nessas relações, porque "Assistir muitas vezes é normatizar a vida, os corpos, é tentar consertar os desvios" (Oliveira e Herckert, 2013, p. 155).

Em nosso encontro com o campo de pesquisa, percebemos que muitos técnicos identificam essa leitura voltada à estruturação da família, descrevendo em suas propostas de atendimento um ideal de família, como vimos no capítulo anterior, descartando a singularidade e possibilidade dos indivíduos que a compõem, a sua capacidade e o seu posicionamento de não dominação. É evidente que a expectativa dos técnicos é grande no acompanhamento familiar. Muitos traçam metas e objetivos com as famílias acompanhadas e se deparam com uma realidade distinta, com condutas não esperadas, como se a família devesse ser normatizada e seguir um modelo. Essa percepção foi relatada em muitas entrevistas e nas rodas de conversas, como na entrevista a seguir com uma assistente social do CRAS.

> Acerca da efetividade dos meus acompanhamentos, isso é algo que me deixa frustrada, porque, diante das questões trazidas, nem sempre temos fórmula pronta pra que uma família saia de uma questão de vulnerabilidade, quem depende da gente e do que temos a oferecer e de que forma ajudamos a potencializar e outra parte pertence e depende da família e, assim, não posso colocar essa culpa neles. Às vezes, questões que permeiam ali são enraizadas, são fortes, coisas que vêm de longa data, e que, às vezes, uma intervenção sem profundidade não há possibilidade de sanar outras coisas.

Os profissionais relataram nas entrevistas que esperam que suas intervenções sejam eficazes e se deparam com uma realidade própria da família, se frustram. Além disso, afirmaram que não existe uma fórmula pronta; existe uma parte que depende do técnico e outra da família. No entanto, contam que muitas intervenções não conseguem modificar uma realidade vivenciada pela família. Nesse sentido, vale lembrar a complexidade do trabalho com as famílias no SUAS:

> A diversidade dos casos, as formas peculiares de arranjos familiares e de gestão do cotidiano emergem como ameaça, cuja defesa, muitas vezes, é a separação entre o que se deve ou não fazer, a classificação homogênea de atuações singulares, a padronização de formas de intervir. Para tal, as conexões, os agenciamentos que fazemos na vida, com o fora de nós, se tornam simplificados, geridos pelos binarismos, reduzidos à reprodução do que é esperado pela macropolítica, pelo instituído que busca sempre se conservar, manter o que já existe. (Romagnoli, 2022, p. 04).

A autora ainda acrescenta que nossas intervenções ficam circunscritas a determinados arranjos, conectados a uma repetição vazia, o que impede o olhar para a diferença, dotado de certezas e reducionismos. Uma assistente social do CREAS expressou que se sente frustrada acerca da efetividade dos seus acompanhamentos, porque, diante das questões trazidas, nem sempre se tem fórmula pronta para que uma família saia de uma questão de vulnerabilidade.

Alguns técnicos relataram nas entrevistas que esperam das famílias as mudanças propostas por eles e acreditam que elas seguirão com as sugestões e com os combinados propostos para a intervenção. Entretanto, as famílias têm suas estratégias e movimentos próprios para encarar suas situações conflitantes. Além disso, muitas delas não conseguem prosseguir com os combinados técnicos e acabam por elaborar suas próprias estratégias de cuidado e proteção. Outras, ainda, entram em uma situação de risco e violações de direitos. A ideia de governar os outros abordada por Foucault (2008b) envolve também a possibilidade de governar a si mesmo, de exercer resistência e de uma não passividade. A governamentalidade, o ato de conduzir os outros, não implica que esse outro deva ser passivo, mas sim que ele possa se posicionar contra condutas. Essa resistência se localiza na relação de forças do eu e dos outros, para não ser governado de determinada maneira, por meio de contracondutas. Assim:

> Governar é agir sobre si mesmo, em vistas de se posicionar criticamente diante de quaisquer ações de condução. Inexistem relações de governo que não sejam aquelas exercidas sobre sujeitos livres que dispõe de um campo plural de possibilidades e alternativas. Essas alternativas se estendem, desde a aceitação de uma determinada condução até a constituição de contracondutas ao modo como ela é exercida. As contracondutas são elevadas a novo ponto de partida, diante das diferentes relações de governo; elas designam um cuidado político de si, porque o sujeito é constituído como tal em virtude da relação política do governo de si mesmo em face do governo dos outros. (Candiotto, 2010, p. 161).

Uma fala de uma assistente social do CRAS em uma entrevista me trouxe uma reflexão. Ela relata que quem trabalha nessa área trabalha para garantir direitos e estão sempre em um processo de luta pelos outros. Às vezes, ela se sente preguiçosa, porque se cansa, além de ter uma dificuldade muito grande por se prender a situações vivenciadas pela família e não se conformar em ver determinadas coisas, o que a faz sofrer. Postura importante, mas até que ponto não pode estar gerindo condutas? Moldando subjetividade em modelos familiares? Certas expectativas são criadas com as famílias, e em minha visão acredito que as intervenções são parte do processo técnico do acompanhamento familiar e não são garantias. As famílias têm sua própria dinâmica de funcionamento, e vale ressaltar que alguns acordos com os profissionais não serão cumpridos, o que muitas vezes pode, sim, ser resistência, sustentação de contracondutas, a fim de manter uma autonomia.

Muitas famílias, para sair de situações conflituosas, encerrar os acompanhamentos que estavam fazendo e ter seus filhos retornando para casa, quando acolhidos por medida de

proteção, afirmavam que seguiram com os combinados firmados. Contudo, era apenas uma estratégia para se livrarem das cobranças desses profissionais.

A imposição do saber, as hierarquias institucionais e o não reconhecimento das diferenças sociais e culturais afastam as famílias e impedem um acolhimento efetivo, necessário para o acompanhamento familiar ocorrer. É como se elas desconhecessem suas próprias estratégias de sobrevivência, visto que imperam sobre suas vidas as normativas, recomendações, que as distanciam da realidade possível, a de superação de suas vulnerabilidades. Na verdade, há sempre a governamentalidade, o Estado gerindo a vida e a conduta das famílias, como nos lembra Foucault (2008b).

Nas entrevistas, é possível verificar que alguns técnicos parecem ter essa percepção, a de que muitas de suas estratégias interventivas vão de encontro às famílias, submetendo-as e controlando-as. No entanto, ainda se reconhecem em seus papéis hierárquicos, desprezando o que a família tem de recurso para romper com suas situações de violação, risco e vulnerabilidades. Essa percepção me parece ser um olhar apreendido nas formações feitas por eles, em seus cursos de graduação, como vimos acima. Pela lógica dominante de pensar, agimos no modo de reproduzir conceitos, e isso nos faz avaliar entre um certo e um errado, escapando de nós outro modo de ser e agir sobre o mundo. Noto que muitos profissionais operam nessa lógica, partindo de leituras teóricas que fortalecem essas ideias e amparados em uma formação que preconiza esse modo positivista e reducionista de problematizar suas atuações.

Para além dessas amarras e das relações que minam o atendimento com a família, encontramos em nosso campo algumas linhas flexíveis. Essas linhas estão na interface do que se reproduz, da sobrecarga, das queixas da falta de capacitação, da falta de formação e da tutela, além das conexões, o intensivo que se encontra fora desses segmentos e podem levar a uma invenção no atendimento familiar.

> Não é simples lidar com a vulnerabilidade, seja no campo da intervenção, seja no campo da produção de conhecimento. O risco de o cuidado tornar-se tutela é uma constante. Precisamos ousar conexões com os vulneráveis, atentos à importância da potência que existe nas vidas precarizadas e que conseguem algum intensivo na existência. (Paulon & Romagnoli, 2018, p. 185).

Existem muitas capturas, possibilidades e agenciamentos no trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social. Paulon e Romagnoli (2018) afirmam que as intervenções junto a essas famílias podem gerar encontros potentes. Complementam ser necessário tomar o outro como legítimo outro, que, em sua condição de alteridade, podem se apresentar possibilidades inusitadas de construir as próprias saídas. Reforço que são as famílias que nos

indicam suas possibilidades e estratégias de intervenção. Quando nos propomos a fazer uma escuta atenta e um acolhimento de fato, que contempla um olhar para aquela história e amplia a leitura sobre o protagonismo, é possível vislumbrar o rompimento de violações, a superação das vulnerabilidades e a promoção dos direitos. Vale lembrar que não há uma forma única de acompanhamento familiar, já que cada família dará seu tom, porém será necessária uma disponibilidade técnica e subjetiva para que esse encontro potente aconteça.

Muitas são as tensões e linhas presentes no processo do acompanhamento familiar. Podemos entender que esse processo se parece com um emaranhado de linhas, que se cruzam, se desfazem e tecem. Para as linhas mais flexíveis, podemos compreender como aquelas que nos possibilitam novos agenciamentos, novas saídas e novas construções. Abaixo há um relato de uma assistente social de um CRAS a respeito de algumas possibilidades de intervenção em que a família se vincula à equipe técnica, o que pode favorecer um acompanhamento familiar.

> A facilidade é a de compreensão do universo que essa família está inserida, sem julgamentos, compreendendo o contexto histórico em que ela vive, porque é a partir daí que ela não vai se sentir acuada, vai começar a se aproximar e vincular a esse serviço, o qual eu represento. Colocar-se no lugar dela, compreender mesmo o contexto histórico em que ela está inserida, acho que isso é uma das grandes facilidades.

É necessário perceber que muitos técnicos buscam compreender a singularidade de cada família, tendo em vista que promover essa reflexão amplia as possibilidades de a família encontrar saídas em suas próprias histórias de vida. A fala de uma assistente social de um CRAS reflete isso.

> Eu tenho avaliado ultimamente que é bem desafiador o caminhar de um processo de acompanhamento familiar, porque o tempo da família é diferente do nosso tempo, e o momento em que ela se encontra, as situações que ela vivencia, as cobranças que chegam até elas todos os dias, a ausência de recursos, seja financeiro, saúde, habitação, daquilo que é básico mesmo. A partir do momento que eu entendo isso, o tempo dessa família, eu consigo fazer uma análise aprofundada das suas vivências. Eu consigo desenvolver um trabalho melhor, porque, assim, quando ela sente que tem alguém para confiar, que entende sua vivência, ela caminha junto, não no mesmo tempo que às vezes é cobrado, mas no tempo dela. E, quando eu entendo isso, acho que o acompanhamento tem mais êxito.

As intervenções consideradas exitosas e as alternativas que evidenciam as famílias como protagonistas são muito possíveis no campo de trabalho. Muitos profissionais elaboram estratégias com as próprias famílias, considerando sua singularidade, seus códigos e suas

crenças, bem como sua luta diária pela sobrevivência. Assim, o trabalho posto nas normativas também se faz nas linhas de fuga e de invenção. Os profissionais que elaboram essas leituras muitas vezes são aqueles que enxergam as famílias além de seus sintomas, conseguem visualizar em suas vidas suas histórias, seus interesses, suas potencialidades e suas intrínsecas fissuras. Afinal, é nessa brecha que as possibilidades interventivas e inventivas surgem.

5. VISITA DOMICILIAR

5.1 A visita domiciliar e os profissionais

Muitas são os procedimentos de intervenção, e cada profissional vai encontrando estratégias de conhecer e trabalhar com as famílias em situação de vulnerabilidade. Uma metodologia a ser desenvolvida para conhecer a realidade social e ter condições de efetivar sua práxis é a visita domiciliar. A visita domiciliar é um instrumento a ser utilizado enquanto uma opção metodológica, que apresenta uma abordagem específica para apreensão da realidade social. Noto que, na maioria das vezes, esse momento consegue transmitir a noção do território vivenciado pelas famílias acompanhadas, em que os profissionais encontram subsídios para dar encaminhamentos e para elaborar um plano diante da convivência familiar e comunitária. É um momento no qual existem alguns desafios, além de ser importante no processo de construção de vínculos. “As visitas domiciliares compõem algumas ações do PAIF, dentre as quais destacam-se a acolhida e a ação particularizada, que podem ser destinadas a uma família ou a alguns membros de uma mesma família”. (Koelzer et al., 2014, p. 135).

As autoras ainda acrescentam que a visita domiciliar é um momento individualizado, em que os profissionais podem conhecer a realidade dos territórios, as configurações de convivência comunitária, as relações e os arranjos familiares. Também nas visitas pode haver intervenções que nem sempre são possíveis coletivamente, como mobilização das redes sociais de apoio à família, entre outros tipos. Nesse sentido, trazendo uma reflexão a respeito dos profissionais da Psicologia e das visitas domiciliares, seus papéis seriam de intermediar a comunicação entre a instituição e a família, entre a equipe e a família, prestar acolhimento e intermediação, e incentivar a reflexão técnica dentro da equipe. (Koelzer et al., 2014, p. 135).

Por muitas vezes encontrei psicólogos e psicólogas que não compreendiam o seu fazer nas visitas domiciliares e apresentavam uma grande dificuldade em se ajustarem aos espaços coletivos, em se deslocarem de um espaço identificado com um espaço clínico. Cordeiro (2018) afirma que as visitas domiciliares são frequentes entre os profissionais da Psicologia que trabalham no SUAS. Um de seus objetivos é acompanhar as famílias que estão em situação de descumprimento das condicionalidades de programas socioassistenciais, pois essas famílias são consideradas as mais vulneráveis ou em maior risco social.

Acredito que as políticas públicas nos deram a chance enquanto profissionais da Psicologia de deslocarmos nosso modo individualizante de pensar, e encontramos no cotidiano desse fazer um modo singular e único em cada caso, que esbarra nas questões sociais, raciais,

econômicas e de gênero. Ao irmos a uma casa, ao bairro, ao espaço onde a família vive, conseguimos nos aproximar de um campo que ultrapassa as palavras e as falas das famílias que acompanhamos. Ouvimos não só ruídos, corpos que transitam, uma arquitetura que revela pontos de desigualdade, fragilidade, mas também força, resiliência e possibilidade de intercessão com o fazer técnico. Assim, vejo que podemos produzir potentes estratégias interventivas *in loco*. Além disso, no que se refere às situações de interação,

> A visita domiciliar reúne pelo menos três tecnologias leves a serem aprendidas e desenvolvidas, as quais são: a observação, indicando a atenção aos detalhes dos fatos e relatos apresentados durante a visita; a entrevista, implicando o diálogo com a sua devida finalidade e não apenas uma conversa empírica; e o relato oral ou história, espaço onde as pessoas revelam como dão sentido às suas vidas. (Lopes et al., 2008, p. 243).

Podemos refletir, diante da leitura de gênero e de aspectos culturais pós-estruturalistas, os quais Meyer et al. (2012) descrevem, que compreendemos e abordamos essas políticas e programas como elementos centrais de organização social, promovendo, muitas vezes, a normatização e a administração de certas dimensões da vida cotidiana dos sujeitos aos quais se direcionam. Acrescentam que muitos discursos se instituem e colocam em circulação uma linguagem própria que reforça, ressignifica e introduz termos como família, maternidade, paternidade, risco, vulnerabilidade, cidadania, entre outros. Para as autoras, essa linguagem interpela determinados sujeitos e grupos sociais, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos, e não de outros. Essa gerência da subjetividade circula no cotidiano do SUAS e:

> Conceber políticas e programas dessa forma nos autoriza, pois, a pensar que uma das formas de "avaliá-los" ou de conhecer alguns de seus efeitos passa pelo exame das relações de poder que são colocadas em funcionamento em duas de suas dimensões: a) nas proposições programáticas dos governos que as concebem e implementam, os quais, através de diversas instituições, propõem modos de administrar e conduzir a vida de sua população; b) nas ações assistenciais e educativas delas decorrentes, porque estas investem, concretamente e de muitas formas, sobre as famílias no sentido de instituir 'modos de viver a vida' que devem promover saúde, educação, acesso a bens e serviços e ao trabalho, que, em seu conjunto, compõem o que, ali, se entende como inclusão social. (Meyer et al., 2012, p. 435).

Em nossas práticas podemos também lembrar de situações impactantes nesses encontros no território das famílias acompanhadas. Alguns espaços se tornam violentos, perigosos, e revelam uma realidade que muitas vezes os profissionais do SUAS precisam encarar na tentativa de prevenção e rompimentos de violações de direitos das famílias vulneráveis. No

momento da restituição, algumas técnicas trouxeram que a Política de Assistência Social chega aonde a polícia não chega. Essa fala nos revela a falta de apoio intersetorial com a segurança pública e a gravidade dos casos, casos nos quais apenas a vinculação se faz junto aos profissionais do SUAS. Recordo de uma assistente social que dizia que o SUAS é a curva do rio e, assim, tudo que vem nela fica. Essa fala, irônica, traz uma realidade muito frequente aos profissionais que atuam nessa política, visto que enfrentamos vários desafios e uma sensação de que fazemos tudo, mas que, em muitos casos, estamos desamparados.

Como uma política para garantir os direitos sociais em situações de vulnerabilidade, em um país com enorme desigualdade social, o SUAS requer um enfrentamento cotidiano da miséria e da exclusão social. Nesse contexto, os equipamentos dessa política se localizam em territórios vulneráveis, onde há miséria, não se refletindo acerca das condições de produção daquelas vulnerabilidades, resultantes da própria lógica capitalista e neoliberal e engendradas pelas relações de poder na contemporaneidade. Essa ausência de reflexão é:

> Fruto do não questionamento da lógica neoliberal e capitalista, que tem modulado princípios e diretrizes que deram ensejo aos movimentos democráticos em prol da ampliação das políticas sociais brasileiras, as políticas públicas se desenvolvem de forma distinta em nossa sociedade e enfrentam desafios na atualidade que impactam consideravelmente suas potências de viabilização (financiamento precário, gestão terceirizada, precarização da força de trabalho via contratação precária, processos de descontinuidade do cuidado e relações privadas entre as redes assistenciais). (Romagnoli et al., 2018, p. 240).

As autoras apontam ainda que vivenciamos um campo de tensões na formulação e na consolidação dessas políticas, as quais se atualizam não apenas entre práticas que afirmam a construção de modos de gestão e cuidado aliados dos processos de democratização coletivos e, ao mesmo tempo, singulares produzindo autonomia, mas também com a produção de práticas que reafirmam um funcionamento do biopoder, da gerência da vida. Essa lógica de se operar vislumbra um certo modo de dominação dos corpos, algo que ressoa como um cuidado, mas que muito tem a ver com o controle e com a dominação do Estado frente às políticas públicas. Com relação a essa questão, podemos citar Foucault (2001), já que, para o filósofo, a organização do biopoder foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Era preciso inserir os corpos disciplinados dos trabalhadores no aparelho da produção e regular e ajustar o fenômeno da população aos processos econômicos.

> Ao passo que o poder disciplinar se faz sentir nos corpos dos indivíduos, o biopoder aplica-se em suas vidas. Enquanto a disciplina promove a individualização dos homens,

> o biopoder acarreta uma massificação, tendo em vista que ele se dirige não aos indivíduos isolados, mas à população. Daí que os efeitos do biopoder se fazem sentir sempre em processos de conjunto, coletivos, globais... (Pogrebinschi, 2004, p. 195-6).

E, mais recentemente, como vimos no capítulo anterior, foram elaboradas artes de governar, sutis, que incluem socialmente e regulam esses indivíduos e suas condutas (Foucault, 2008b). A esse respeito, um dos psicólogos, que atua no CREAS, no momento da restituição, disse que a questão da disciplina, da tentativa de normatizar a família e, muitas vezes, sustentar a tutela do grupo familiar, sinalizada no nome da pesquisa, tem a ver com os valores, causando uma exclusão dessas famílias. Na roda de conversa, uma assistente social acrescenta que, no atendimento no CREAS, corre-se o risco de disciplinar as famílias e os indivíduos, visto que têm a necessidade de romper a violação de direitos. Nesse contexto, os técnicos muitas vezes ditam como as famílias têm que agir, confirmando a anulação delas em seus processos decisivos, deixando-as deslegitimadas de seu protagonismo. Dessa forma, as famílias vulneráveis são mais uma vez destituídas da sua autonomia, pois

> ... pode se dizer que a história do Ocidente, numa perspectiva generalista, é a história desse jogo que legitima apenas alguns corpos humanos, visto que deslegitima outras vidas. Essa partilha dos lugares marca uma parcela da população como sendo subalterna, não portadora de fala que mereça audibilidade, instaurando inaudibilidades e invisibilidades para esses segmentos da população. (Maheirie et al., 2019, p. 880).

Os autores refletem, ainda, que alguns corpos e identidades apresentam privilégios e vantagens, enquanto outros ficam em condições de subalternidade, como é o caso dos usuários do SUAS na maioria das vezes. Nesse sentido, os técnicos, geralmente brancos e de classe média, correm o risco de determinar a vida e o cotidiano dos usuários, em geral, mulheres de classe baixa e negras. Com a mesma constatação, mas no campo da educação, Martins e Zamora (2021), ao pesquisarem como a identidade racial branca é percebida por professoras atuantes em escolas do município do Rio de Janeiro, mostram como essas professoras brancas têm dificuldade de se verem como racializadas, o que contribui para a manutenção do nosso racismo estrutural. Assim, a hierarquia racial e as diferenças entre negros e brancos ficam invisibilizadas na pretensa igualdade racial. Em um jogo paradoxal:

> O Estado que propõe as estratégias para garantir direitos sociais é o mesmo que contribui para a precarização das condições de existência de um segmento populacional significativo, pois mobiliza intervenções tanto pela expansão das políticas sociais, como de práticas punitivas e de extermínio, principalmente para a população pobre, negra e de periferia. (Pereira, 2019, p. 02).

Nessa direção, Oliveira et al. (2019), ao problematizarem como as políticas públicas de Assistência Social lidam com as questões de raça, racismo e branquitude, afirmam que a pobreza e a exclusão social têm cor no Brasil. As autoras reiteram que isso raramente é levado em conta, destacando a importância de se considerar que essa é:

> Uma política produzida prioritariamente por pessoas brancas, a partir de referenciais brancos e pesquisada por pessoas brancas, precisa ser situada a partir do paradigma da branquitude que a constitui, para assim, pensarmos as implicações raciais envolvidas em uma política que visa a garantia de direitos (Oliveira et al., 2019, p. 145).

Somos um país em que precisamos resgatar nossa história marcada por uma extensa escravidão, que gerou consequências não somente nos negros, mas também nos brancos, sustentando condições de superioridade e de privilégios para estes últimos. Para Bento (2016), a branquitude se refere a um processo em que há uma apropriação pelos brancos da raça e do racismo para manter seus benefícios, suas vantagens e seu acesso a recursos materiais e simbólicos. A branquitude se sustenta no ideal de branqueamento, sendo que, com a abolição da escravatura, o país se viu com um grande contingente de negros libertos em condições miseráveis, que deflagraram medo nos brancos, sendo necessário branquear a população. Nesse processo, o racismo à brasileira refere-se a um debate político-ideológico tendo como base a miscigenação ou mestiçagem na construção da identidade nacional, calcado na ideologia do branqueamento: o processo de miscigenação, no qual nasceria uma nova raça brasileira.

Nesse contexto, a elite brasileira investe nas políticas de migração europeia, em uma tentativa de branquear a população. “Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. (Bento, 2016, p. 43). Assim, para manter essas benesses, é preciso evitar discutir a racialização dos brancos e sua relação com os negros, mantendo o mito da democracia racial com se houvesse uma harmonia entre as raças forjada pela mestiçagem.

Schucman (2014) também concorda que os brancos recusam o problema racial, invisibilizando-o, mas, de fato, impedindo que os negros ocupem espaços de poder e afastando-se de conflitos raciais, já que são favorecidos e produzem sua supremacia a partir da ideologia de branqueamento. Contudo, as questões raciais atravessam o cotidiano do acompanhamento familiar, tanto no fato de que boa parte dos técnicos é formada por brancos quanto na estatística de que grande parte dos usuários do SUAS é composta de mulheres negras.

Essa disparidade racial entre os profissionais e as famílias atendidas influencia a qualidade e a eficácia do acompanhamento familiar oferecido no SUAS, visto que os

profissionais brancos podem não ter a mesma sensibilidade cultural e compreensão das experiências específicas enfrentadas pelas famílias negras. Além disso, podem desconsiderar situações de subalternidade e inferioridade advindas da desigualdade racial em nosso país. Isso resulta em uma falta de empatia e entendimento adequado das necessidades dessas famílias, afetando diretamente o suporte prestado e até mesmo mantendo o racismo nas relações com os usuários.

Portanto, para assegurar que o acompanhamento familiar no SUAS seja potencializador, é crucial abordar essas disparidades raciais na composição das equipes e na forma como os serviços são prestados, garantindo uma representação diversificada e sensível às questões raciais e culturais, bem como o fornecimento de recursos e apoio adequados para atender às necessidades específicas das famílias negras.

Muitos marcos atravessam as leituras sobre as famílias que acessam seus direitos por meio das políticas públicas que garantem a proteção social. Na maioria das vezes, as mulheres negras assumem o cuidado de seus filhos, são mães solo, sustentam o seu lar e precisam ser acompanhadas por profissionais que não deixam escapar uma leitura interseccional, pois a pobreza, muitas vezes, estará ligada a questões de gênero e de raça. Ao problematizar essas questões nas políticas públicas, Romagnoli (2022, p. 07) afirma que: “Durante muito tempo, mesmo defendendo a articulação da subjetividade com o social, não levamos em consideração que a raça também subjetiva as pessoas com quem intervimos, e que isso deve fazer parte da nossa escuta”.

Vivenciei, no campo de trabalho, mulheres negras que viviam em um território vulnerável, eram pobres e enfrentavam desafios específicos resultantes de sua interação com sua raça, gênero e nível socioeconômico. Elas podem ser confrontadas com o racismo estrutural, a discriminação de classe social e a falta de acesso a recursos e oportunidades. Na verdade, vi nessas mulheres a interseccionalidade, conceito que se refere a dois ou mais eixos da subordinação, a saber, a classe social, o gênero e a raça, entre outros. A origem do termo interseccionalidade é atribuída à jurista americana Kimberlé Crenshaw, na década de 1980 (Crenshaw, 2002), porém essa intercessão de vulnerabilidades já era problematizada por Lelia Gonzales no Brasil, na década de 1970. Essa autora denuncia o racismo e o sexismo presentes na figura da mulher negra em nosso país, e não somente a luta de classes que permeia sua condição de pobreza. Essas vulnerabilidades ficam encobertas pelo mito da democracia racial muito presente no Carnaval. Contudo, “A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta durante o reinado do Escravo, tem que ser recalcada, tirada de cena, ficando em seu lugar as

ilusões que consciência cria para si mesma" (Gonzales, 1984, p. 240). Essa invisibilidade do racismo, no caso das mulheres negras, associa-se ao patriarcado.

Examinando essas interseções, Safiotti (2009) pontua que as identidades sociais (gênero, raça, etnia, classe) vão gestando a subordinação mais do que os papéis sociais adquiridos nos processos de socialização. Esse processo se dá pelas experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar. Nesse sentido, precisamos questionar a maneira densa do papel da mulher na sociedade atual, tema abordado por Saffioti (2009) em sua perspectiva histórica, analisando o papel da mulher na sociedade de classes, capitalista. Para a autora, a questão da opressão às mulheres é parte constituinte de um sistema baseado na exploração e na opressão. A autora complementa que as formas de dominação e de exploração se inscrevem em um composto por gênero-raça-classe. Assim, insistindo na singularidade da mulher negra,

> Em consonância com essas formulações teóricas, o movimento feminista de mulheres negras potencializou a visibilização dos impactos do marcador racial na produção de subjetividade. Dessa forma, o conceito de interseccionalidade passou a produzir rachaduras nos discursos que focalizavam apenas uma vertente de diferenciação social, a classe. (Silveira & Nardi, 2014, p. 16).

Ampliando a discussão sobre a interseccionalidade, Crenshaw (2002) aponta que é uma abordagem conceitual que busca capturar as complexas e dinâmicas consequências da interação entre dois ou mais sistemas de subordinação. A autora ilustra essa dinâmica ao comparar os eixos de poder estabelecidos pelo patriarcado, pelo racismo e pela luta de classes a avenidas interseccionadas, percursos nos quais o fluxo do tráfego delineia a multiplicidade de opressões que uma pessoa pode enfrentar. Moura Júnior. et. al. apontam que o debate interseccional ganha relevância ao destacar as questões enfrentadas por populações estigmatizadas, ao considerar os diversos marcadores de desigualdade e ao entrelaçar e construir as experiências individuais e coletivas das famílias com os serviços.

As leituras sobre a interseccionalidade alinham com a posição das mulheres nas famílias acompanhadas no SUAS. Isso porque esse conceito proposto inicialmente com base em estudos e pesquisas feministas compreende como a articulação das diferentes categorias sociais se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades. Muitos são os fatores que incidem sobre essas mulheres, tecendo uma trama de vulnerabilidades, e é preciso permitir uma análise mais aprofundada dos fenômenos sociais, revelando as múltiplas formas de discriminação vivenciadas por diferentes grupos.

No contexto do SUAS, como vimos, a interseccionalidade se refere à interação e à sobreposição de diferentes formas de discriminação e desigualdade que as pessoas enfrentam,

como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras. Essa compreensão interseccional se faz necessária para garantir que o SUAS atenda adequadamente às necessidades dos indivíduos e das famílias que buscam os equipamentos, considerando as diferentes formas de discriminação e desigualdade que elas enfrentam. Dessa maneira, o acompanhamento familiar no SUAS se entrelaça com as leituras das teorias de gênero, sobre o contexto das mulheres, negras, que assumem sua família, potencializando o protagonismo delas e de suas histórias. Vale lembrar que os profissionais que atuam nessas políticas de proteção não podem se esquecer de seu compromisso ético e político. Para tanto, devem fazer leituras críticas sobre as estruturas sociais, rompendo com o modo normatizador do patriarcado e favorecendo uma escuta transformadora de paradigmas, além de estarem comprometidos com o seu fazer no cotidiano.

***

Eu me recordo de dois casos que se contrapõem e ilustram as leituras simplistas e preconceituosas em muitas situações de acompanhamento familiar. Na época em que atuava no abrigo como psicóloga, acompanhávamos duas crianças retiradas de sua mãe e seu pai por uma medida de proteção, pois na época a mãe e o pai faziam uso abusivo de álcool e *crack*. A mãe, além do acompanhamento técnico no abrigo, tinha referências no CRAS da sua região e no CREAS. Muitas vezes, nas discussões na rede de assistência social, ouvi dos técnicos que acompanhavam essa mãe que ela não daria conta de cuidar de suas filhas, que o pai não abandonaria as drogas e que o destino das crianças era a adoção. No acompanhamento familiar, que contemplávamos no Plano Individual de Atendimento (PIA), cujo principal objetivo era o retorno das crianças para sua casa, trabalhávamos assiduamente para que a mãe e o pai seguissem os atendimentos no CAPS, uma vez que também eram atendidos pela rede de saúde mental, para que fossem acompanhados no CREAS e para que a mãe rompesse o ciclo de violência doméstica e negligência com as filhas. Desenvolvíamos um plano de trabalho com a família e apostávamos no cuidado e na proteção, principalmente da genitora. No entanto, tanto eu quanto a assistente social do abrigo víamos o preconceito e a falta de confiança dos profissionais que a atendiam e quanto a mãe notava essa descrença. Chegou a relatar que não via motivo para ir aos atendimentos no CREAS, pois a "moça de lá" não a deixaria ficar com suas meninas. Por mais que explicávamos a ela que a decisão era do juiz e que vários profissionais enviariam relatórios ao judiciário, a mãe entendia que não tinha chances de estar com suas filhas. E nessa ideia que ela alimentava e era confirmada com alguns profissionais da rede intersetorial (SUAS, Saúde, Judiciário, Educação), notamos que a mãe omitia algumas informações e não trazia a mesma fala nos lugares nos quais era acompanhada, fazendo com que os profissionais a vissem como mentirosa. Ela comparecia ao abrigo, mas, aos poucos, começou a faltar aos encontros

com suas filhas e começou a se prostituir, escondendo essa situação e abandonando os atendimentos. Foi evidente quanto a visão de alguns profissionais minou a sua possibilidade de cuidado e a de desenvolver outras marcas na relação com suas filhas. Identificávamos suas fragilidades, o vício, mas víamos o amor por suas filhas e entediamos isso como um grande potencial. Acompanhei o caso até o momento em que ela adoeceu, quando descobriu que estava com um câncer terminal. Eu me tornei a coordenadora da Proteção Social de Alta Complexidade e supervisionava os serviços de acolhimento. Eu e a equipe técnica do abrigo decidimos proporcionar a despedida das meninas e de sua mãe. Fomos muito criticadas por vários profissionais da rede, mas sustentamos essa história, por mais dolorosa que tenha sido. Era um direito das crianças e da mãe findarem esse ciclo com um encontro, e assim ocorreu. Elas se viram, se abraçaram e, com uma foto, registramos esse momento único, o momento dessa família. O pai não se encontrou mais com as filhas. Soubemos que ainda fazia uso de álcool e não seguiu ao tratamento no CAPS-AD. Quando elas seguiram para a adoção, convocamos o pai, que também se despediu. Esse caso me marcou muito, pois notei que não havia um investimento nessa família por parte da maioria dos profissionais que a atendeu. Todos tinham, de maneira geral, uma leitura simplista, da pobreza, do estereótipo, e essa leitura prevaleceu. No entanto, isso não ocorreu em outro caso que também acompanhei no mesmo período enquanto coordenadora da Proteção Social de Alta Complexidade.

O caso em questão se inicia quando uma conselheira tutelar foi acionada na Santa Casa do município, porque uma jovem que havia acabado de parir decidiu entregar o seu bebê. Sabemos que essa decisão é chamada de Entrega Legal e está amparada pela lei, não estando essa mãe violando o direito dessa criança. Vale lembrar, ainda, que nesse contexto não nos cabia fazer juízo de valores, porém não foi assim que a conselheira se posicionou. Diante da decisão da mãe, ela convocou a jovem a ir ao Conselho no dia seguinte, pois queria entender sua história. Nessa ação, entendo que houve uma grave violação: a tentativa de convencimento para não entregar o bebê. Não conheci a jovem, mas intervi na vaga dessa criança para o acolhimento no Programa Família Acolhedora, já que a criança não foi encaminhada diretamente para a adoção. Essa decisão, de que o bebê deveria ser encaminhado para a adoção, me chamou muito a atenção, e a decisão dessa mulher deveria ser escutada e acolhida. Nossa decisão enquanto rede era acatar o desejo dela.

Eu me recordo que fomos dialogar até com o juiz, levando esse confronto: eu em defesa da entrega da criança para adoção, sustentando o desejo da mãe, e as conselheiras dizendo que fariam contato com a avó materna, que não sabia da existência da criança, pois a gravidez da filha foi escondida. No Fórum, ouvi muitas falas, inclusive que deveríamos insistir com essa mãe, visto que ela poderia rever sua decisão. Nessa hora, eu me recordo que disse: "Por que estamos nessa discussão, se a mãe deseja entregar o bebê para adoção? Está amparada pela lei. Por que não discutimos dessa forma os outros tantos casos das mães pobres e negras?" Naquele momento, eu me recordo que ficaram em silêncio. Também me lembro de que esse caso se

arrastou por mais alguns dias, enquanto o bebê permaneceu com uma família acolhedora e, depois, seguindo o desejo da mãe, foi encaminhado para a adoção. (Memória de um registro de campo).

***

Esses dois casos ilustram o comportamento de diversos profissionais do SUAS, que refletem em suas atuações posturas estigmatizadas e preconceituosas, muitas vezes sustentando intervenções que reforçam os estereótipos e colonizam esses corpos tão fragilizados em suas existências, revelando, assim, o racismo estrutural. Por trás dessas atuações, encontra-se também a cobrança à mulher negra e pobre e reforça-se a ausência do homem/pai nesses espaços. Isso porque, de fato,

> A população que mais acessa o serviço é a população negra, no entanto, os homens estão majoritariamente ausentes deste serviço, ainda que estejam no campo de abrangência que o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) demarca enquanto "usuários" do CRAS e esta seja a população que mais morre no Brasil, segundo dados do Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). (Ranzosi & Maheirie, 2023, p. 04).

O racismo estrutural, discriminação racial que compõe nossa sociedade, é como uma corrente invisível que molda as oportunidades, as interações sociais e as percepções de milhões de pessoas todos os dias. É uma reflexão do modo como as instituições, os sistemas e as normas sociais foram historicamente construídos para favorecer certos grupos em detrimento de outros. A fim de confrontar o racismo estrutural, é vital reconhecer que não se trata apenas de eventos isolados de discriminação racial, mas também de padrões arraigados que perpetuam desigualdades. Para enfrentar essas práticas presentes em todo o tecido social, exige-se uma mudança de paradigma, em que não apenas leis e políticas são alteradas, mas também mentalidades, atitudes e comportamentos das pessoas, práticas que atuem diretamente na vida das pessoas. Assim,

> O racismo é, portanto, um meio de introduzir no domínio da vida um corte entre o que *deve viver e o que deve morrer.* Dessa forma, quando tratamos de biopoder temos que tratar deste *corte*, que é precisamente um corte de tipo racial, diferenciando aqueles que vivem e que morrem. Essa distinção e hierarquização entre as raças será uma maneira de fragmentar, no interior da população, uns grupos em relação a outros, estabelecendo essa cesura num domínio que será considerado como sendo do campo biológico. (Ranzosi & Maheirie, 2023, p. 04).

Para os referidos autores, no Brasil, a criminalização do corpo e dos territórios negros está presente na história, pelos arranjos étnico-raciais que se registraram diante da ausência de políticas de reparação histórica em relação à escravidão. Esse processo delineou as relações a partir dos mais diversos campos (geográficos, institucionais, culturais), inscrevendo os próprios discursos constituidores do Estado-nação. Processo que, muitas vezes, é uma via de fazer morrer, ou seja, uma das formas pelas quais o Racismo de Estado opera, sendo reiterado a partir de normas raciais no contemporâneo, haja vista os dados sobre a população negra já citados (Ranzosi & Maheirie, 2023).

Uma reflexão profunda sobre o racismo estrutural nos leva a examinar não apenas as injustiças flagrantes, mas também os sistemas que as sustentam. É necessário um compromisso contínuo de desmantelar essas estruturas e criar novas que promovam a equidade e a justiça para todas as pessoas, independentemente da cor da pele. É uma jornada complexa e desafiadora, mas fundamental para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária.

E, no caso das mulheres negras, há a associação desse racismo com a classe social e o gênero. Para Romagnoli e Silva (2022), essas intersecções expõem vulnerabilidades resultando em situações de precariedade, humilhação e invisibilidade para mulheres e outros grupos marginalizados. No entanto, ao abranger a complexidade e os movimentos fluidos da realidade e da subjetividade, as teorias de Deleuze e Guattari oferecem um caminho não só para compreender como essas opressões e aprisionamentos persistem, mas também para conceber estratégias de fuga e resistência subjetivas.

Atrelando a pobreza, o gênero e a raça, nota-se um processo de silenciamento e de controle desses corpos dessas mulheres negras, o que dialoga com o estudo de Moura Júnior et. al. (2020). Esses autores apontam que o mais perverso nesse processo estigmatizante é a conversão dessas práticas presentes na sociedade para a identidade dessas mulheres. Ignorar isso pode fazer com que o trabalho dos profissionais no SUAS também reproduzam o racismo e o patriarcado presentes na base da nossa sociedade.

Muitas vezes, notamos, em nossa prática, que ocorre um processo, corroborado também com as leituras de Fanon (2008), de violência entre a própria população negra, assumindo posturas daqueles que originalmente praticam atos discriminatórios. Para Moura Júnior et.al. (2020, p. 268-9),

> Além disso, elas podem sentir-se culpadas pela sua situação, compreendendo que são as únicas responsáveis pela sua condição. As construções machistas, racistas e classistas dessa sociedade podem posicionar as mulheres negras em espaços de isolamento e

> solidão, porque as agressões e microagressões são cotidianas no corpo e no modo de vida dessas mulheres (Grzanka, 2018). Essas práticas de estigmatização podem incidir no desenvolvimento do sentimento de vergonha e na sua capacidade de agenciamento, como também ser o alicerce das práticas de discriminação.

Esses riscos são pouco percebidos pelos profissionais do SUAS, que centram seus esforços em atender às demandas emergenciais, principalmente após o período pandêmico. Na restituição dos dados, uma assistente social do CRAS afirmou que o trabalho soa como um plantão social, suprindo demandas escancaradas, o que dificulta o acompanhamento familiar sistemático, bem como as visitas domiciliares.

Muitos profissionais dos CREAS, por sua vez, que participaram das entrevistas relataram não ser possível acompanhar a família realizando visitas sistemáticas, e apontam que conseguem acompanhar o caso fazendo um atendimento focal. Além disso, declararam compreender que o CRAS é o serviço que vai até a casa, que acompanha a família no território, e reforçaram as diferenças de intervenções entre os serviços. Essa questão é algo a ser problematizado, visto que vemos nas normativas as atribuições de cada serviço, em que PAIF e PAEFI devem estar no território no acompanhamento com as famílias em situação de vulnerabilidade.

5.2 Na sala com as famílias: o encontro com a micropolítica do cotidiano

A visita domiciliar não é um desafio somente para os profissionais, mas também para o grupo familiar. Sabe-se que diversas famílias se sentem invadidas com essa estratégia interventiva, ao passo que outras omitem situações e apontam fragilidades. Muitas, no entanto, sentem-se mais próximas dos técnicos nesse processo.

> A realidade social, por sua vez se traduz a partir de movimentos complexos, os quais nem sempre são possíveis de serem identificados, de forma imediata, pois para tal, se faz necessários que possamos alcançar o mais próximo possível a vida objetiva do sujeito. É fato que várias inter-relações são estabelecidas entre o sujeito e a sua realidade, mas nem sempre são identificadas por verbalizações, necessitando dedicar atenção ao que não é visível, o que não é dito, o que não está aparente, ou seja, que encontra-se latente na vida do sujeito. (Perin, 2008, p. 02).

Nesse contexto, Lopes et al. (2008) afirmam que a visita domiciliar, entendida como método, técnica e instrumento, constitui-se como um momento rico, no qual se estabelece o

movimento das relações, da escuta qualificada, do vínculo e do acolhimento, o que favorece os grupos familiares e as comunidades.

> Atualmente, a visita domiciliar é utilizada pelos mais diversos profissionais, objetivando atender o indivíduo na sua integralidade. Daí decorre a importância de, nesta abordagem, trabalhar a interdisciplinaridade das profissões de forma fundamentada. É preciso desconstruir a imagem estereotipada de que visita é coisa de leigos, cristalizada num empirismo desprovido de fundamentos. O ponto precípuo desta técnica é constituí-la e desenvolvê-la sobre bases éticas, humanas, mas também profissionais. (Lopes, et al., 2008, p. 242-3).

> Não podemos nos esquecer, ainda, da complexidade encontrada nas famílias.
>
> Primeiro, a estrutura da família é de um sistema sociocultural aberto em transformação. Segundo, a família passa por um desenvolvimento, atravessando certo número de estágios, que requer reestruturação. Terceiro, a família se adapta a circunstâncias modificadas, de maneira a manter a continuidade e a intensificar o crescimento psicossocial de cada membro. (Souza & Costa, 2013, p. 278).

Uma psicóloga do CRAS relatou que diversas famílias se sentem humilhadas com os critérios do governo. Atualmente, o principal critério estabelecido para uma família receber o Bolsa Família é o de que a renda mensal familiar seja de até R$ 218,00 (duzentos e dezoito reais) por pessoa. Isso significa que toda a renda gerada pelas pessoas da família, por mês, dividida pelo número de pessoas da família, deve ser de, no máximo, R$ 218,00, o que, para várias famílias, é muito pouco para garantir sua sobrevivência. Muitas chegam até o CRAS e apontam que precisam procurar alternativas para conseguir garantir o sustento, visto que não seria possível apenas com a dinheiro do Bolsa Família comprar alimentos e roupas, assim como pagar aluguel, e contas de água e luz. É preciso ressaltar também que a família precisa estar inscrita Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com os dados corretos e atualizados, e atender ao critério da renda. A inscrição pode ser feita em um local de cadastramento ou atendimento da assistência social no município.

Vale lembrar que a retomada do Programa Bolsa Família, que havia sido suprimido com a entrada do Auxílio Brasil em novembro de 2021, se deu com a volta do governo Lula. O Auxílio Brasil era destinado às famílias que recebiam o Bolsa Família e tiveram perdas na migração para o Auxílio Brasil. Esse benefício foi concedido durante a implementação do novo programa e mantido até que o valor recebido pela família superasse o do Bolsa Família ou até que a família deixasse de se enquadrar nos critérios de elegibilidade.

O Programa Auxílio Brasil (Lei Federal 14.284, 2021) beneficiou as famílias em extrema pobreza, com renda mensal de até R$ 105,00 por pessoa, e em situação de pobreza, com renda entre R$ 105,01 e R$ 210,00 por pessoa, e essas famílias apresentavam, em sua composição, necessariamente, gestantes, nutrizes ou pessoas com até 21 anos que haviam concluído a educação básica ou estavam nela matriculadas. Todas as famílias que recebiam o Bolsa Família foram automaticamente migradas para o Auxílio Brasil.

Para permanecer no Programa, as famílias beneficiárias deveriam cumprir as seguintes condicionalidades: frequência escolar mensal mínima de 60% para crianças de 4 e 5 anos de idade e de 75% para famílias com estudantes de 6 a 21 anos. As famílias deveriam cumprir o calendário nacional de vacinação, além de fazer o acompanhamento do estado nutricional de crianças com até sete anos incompletos e do pré-natal para as gestantes. O objetivo era incentivar as famílias a exercerem o direito de acesso às políticas públicas de assistência social, educação e saúde, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida da população. O acompanhamento das condicionalidades permitia a identificação de vulnerabilidades sociais que afetavam ou que impediam o acesso das famílias aos serviços públicos (Lei Federal 14.284, 2021).

Dentro do Auxílio Brasil havia nove modalidades diferentes de benefícios. Ele integrava em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. Outra característica era promover o desenvolvimento infantil e juvenil por intermédio de apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes. A iniciativa previa medidas para inserir jovens e adultos no mercado de trabalho, articulando as políticas de assistência social com as ações de inclusão produtiva, empreendedorismo e entrada na economia formal.

Algumas famílias entendem que o Estado faz um “favor” com os auxílios e benefícios, não compreendendo que têm direitos. Em uma entrevista com uma família do CRAS isso apareceu, as ações ressoam como uma ajuda:

> ... eles são sempre atenciosos, tudo o que eu preciso da minha assistente social, ela consegue, parece uma mãezona pra mim, de tanto que me dá conselho, me ajuda.

Na pandemia, uma psicóloga que trabalha no CRAS relatou na restituição que as famílias de classe média trazem outro discurso: “Eu sei do meu direito, porque meu advogado me falou”. Nota-se, assim, que há famílias pobres que não veem seu protagonismo e se sentem humilhadas pelo crivo do governo ou que até a pandemia não chegavam com frequência ao SUAS e apresentavam um grande desconhecimento sobre seus direitos. Onde podemos melhorar a mensagem a ser transmitida a essas famílias? Será que os serviços devem apenas esperar por suas demandas ou propagar seu fazer? Mas será que é possível encontrar um tempo

para os profissionais trabalharem de forma preventiva? Ou sem equipes mínimas, precarização do serviço, cortes orçamentários, trabalhando não apenas com as demandas emergenciais?

O que dizem as famílias? Como elas compreendem os serviços oferecidos a elas? Sabem descrever o acompanhamento familiar que lhes é ofertado? Nas entrevistas realizadas com algumas famílias do CRAS e do CREAS, elas relatam que chegaram aos equipamentos por encaminhamento e que, em geral, não conheciam os serviços oferecidos, como o relato abaixo de uma família do CREAS entrevistada:

> Foi devido ao Conselho Tutelar, por conta da separação. O pai do meu filho é dependente químico, está internado, agrediu a mim e a meu filho. Ele tentou me matar, aí chamaram a polícia, entrou o Conselho e foi aí que o acompanhamento pelo CREAS começou, por conta da violência doméstica, né? Ele tentou me matar. Agora está numa clínica, tentando se recuperar, mas pela sétima vez, então eu não acredito. E aí, como o Conselho acompanhou, me mandou pra cá, pro CRAS, porque na época queriam que eu ficasse numa casa acolhedora com o meu filho, porque ficaram preocupados, né? Dele voltar. E foi nisso que começou o acompanhamento, para que não aconteça de novo, né? Agora ele está longe, graças a Deus, e que eles podem me ajudar, não tem do que reclamar. O Conselho e o CRAS lutam pro meu filho conseguir frequentar a APAE e fazer os atendimentos.

A própria incompreensão das famílias pode ocorrer pela falta de entendimento dos próprios direitos garantidos a elas, o que as mantém em um lugar de subalternidade e dependência, distanciando-as da autonomia propagada pela política de assistência social. Muitas famílias veem o SUAS não como um sistema que promove a prevenção, apresenta condicionalidades e proporciona benefícios eventuais, mas sim como um favor concedido, mantendo a concepção clássica da assistência social em nosso país, atrelada ao assistencialismo e à filantropia. Essa percepção distorcida surge de várias maneiras no cotidiano dessas famílias vulneráveis e muitas vezes permanece, embora a mudança dessa concepção se fundamenta em uma "... transformação da caridade, da benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania da assistência social apontando para seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e condições dignas de vida" (Cruz & Guareschi, 2009, p. 27).

Nesse contexto, mesmo que os direitos sociais e a cidadania estejam na base do SUAS, além da falta de conhecimento sobre seus direitos, existem a desigualdade estrutural e as práticas discriminatórias. Sabemos que o assistencialismo no Brasil tem raízes históricas profundas que remontam a práticas paternalistas, como a Igreja e as irmandades religiosas que

forneceram ajuda aos pobres e desamparados durante muito tempo, várias vezes de forma caritativa e desigual, sem promover mudanças significativas para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas (Cruz & Guareschi, 2009). O SUAS, no entanto, busca integrar serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais em um sistema articulado e descentralizado, focado na proteção social, na promoção da autonomia e na garantia dos direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Em relação a essa incompreensão das famílias, a esquizoanálise também oferece uma perspectiva crítica. A falta de entendimento dos direitos garantidos às famílias pode ser resultado das estruturas molarizantes que limitam o acesso à informação e perpetuam uma visão binária e simplificada da realidade social, além do reflexo da própria história da assistência no Brasil. Como efeito desse processo, as famílias podem ser marginalizadas ou excluídas devido à falta de acesso a recursos adequados ou à falta de informações por parte das estruturas de poder.

Muitas vezes, esses direitos não são divulgados pelos equipamentos, sendo pouco propagados também em outras políticas públicas. Na minha experiência como coordenadora do CREAS, mobilizamos a Rede Socioassistencial do município e íamos aos equipamentos de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde, aos hospitais e às escolas dialogar com os profissionais para explicar o trabalho no SUAS. Essa ação foi realizada em conjunto com a Proteção Social Básica, e durante um ano dividimos os profissionais e conseguimos visitar toda a Rede de Saúde do município. Na ocasião, vi a importância dessas ações e o desconhecimento por parte de outras políticas públicas do que é realizado na política de assistência social. Nesse sentido, a esquizoanálise propõe uma análise profunda das condições sociais e das relações de poder que moldam a compreensão e o exercício dos direitos das famílias, buscando abrir caminho para formas mais inclusivas e emancipatórias de organização social e política.

Deleuze e Guattari (2012) desenvolvem a esquizoanálise como uma abordagem crítica para compreender não apenas os processos do sujeito, mas também as estruturas sociais e políticas que organizam a vida em sociedade e atravessam a subjetividade. Para eles, o pensamento esquizoanalítico se diferencia ao enfatizar o movimento, a multiplicidade e a complexidade de relações e processos em detrimento das categorias fixas e estanques tradicionalmente utilizadas nas ciências sociais e humanas.

Para a esquizoanálise, o raciocínio das linhas, do molar e do molecular, conforme vimos nos capítulos anteriores, associa-se também às relações de poder. Eles consideram os conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impedindo todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afetos inconscientes, de

segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo e que operam de outra forma, contendo a presença de centros de poder por segmentos duros, rígidos. Esse raciocínio remete à coexistência de funcionamentos da realidade.

Os autores argumentam que a segmentaridade binária e as relações de poder molar estão interligadas. Segundo eles, a segmentação binária da sociedade não é apenas uma divisão teórica, mas também uma forma de organizar o poder de maneira hierárquica e controladora, um modo de funcionamento da realidade. Deleuze e Guattari (2012) buscam refletir sobre essas segmentaridades fixas e explorar as linhas de fuga e as potencialidades moleculares que podem oferecer novas formas de resistência e transformação social. Dessa forma, o trabalho com as famílias é atravessado pelas linhas que enrijecem, que reproduzem, na sua dimensão macropolítica, nas normativas e na disciplina, e pela dimensão micropolítica que tende à invenção, à construção de uma linha de fuga que pode sustentar a autonomia das famílias.

Afirmam também que as classes sociais, como organização molar, remetem à massa, sua organização molecular, dimensões que não têm as mesmas maneiras de lutar, nem os mesmos objetivos. A noção de massa é uma noção molecular, derivando um tipo de segmentação irredutível à segmentaridade molar de classe (Deleuze & Guattari, 2012). Afinal:

> Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. ... Somos segmentarizados *binariamente,* a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, etc. (Deleuze & Guattari, 2012, p. 83).

Dessa maneira, os autores afirmam que a segmentaridade humana é binária, sendo sempre uma dualidade, que recorta, segmenta e estratifica a subjetividade e a vida. Nesse sentido, há os segmentos homogeneizados, que dizem respeito à segmentaridade circular e linear, em que os segmentos se modificam de várias formas, se entrecruzam, se ajustam, se referindo a um indivíduo ou a um grupo.

Como essa binaridade aparece nas famílias? Pode ser nos preconceitos? Na capacidade de cuidar que pode se associar à camada média? Na branquitude que permeia a atuação dos profissionais do SUAS? No desconhecimento das próprias famílias sobre os serviços do SUAS? Entendo que cada um desses pontos pode convocar o endurecimento das linhas duras. A binaridade proposta por Deleuze e Guattari (2012), que sugere uma segmentaridade humana dualista, pode ser observada em diversas dimensões das relações sociais, incluindo o contexto

das famílias e dos preconceitos, podendo aparecer nas estruturas familiares, ditas tradicionais, que tendem a ser definidas de maneira dualista, como pai/mãe, filho/filha, irmão/irmã. Isso pode limitar a compreensão de outras configurações familiares mais diversas, como famílias monoparentais, famílias adotivas, ou outras estruturas familiares. Essa leitura binária pode influenciar práticas que não atendem a diversidade de arranjos familiares existentes.

Essa binaridade se manifesta também nos preconceitos quando há uma tendência em categorizar as pessoas em grupos dicotômicos (branco/negro, homem/mulher, etc.) e associar a cada grupo características específicas, muitas vezes de forma estereotipada e limitante. Isso pode levar à discriminação e a injustiças sociais, assim como a leitura de que a capacidade de cuidar adequadamente está mais associada às camadas médias e aos indivíduos brancos. Somos um país marcado pela escravidão e pela miscigenação, que sustentam um processo de branqueamento na construção da subjetividade dos brasileiros. Essa busca do branqueamento, de acordo com Bento (2016), pode ser entendida como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo.

Nessa direção, a tentativa de padronização da família branca de classe média como um modelo dominante e a sua valorização podem ser mais algumas das estratégias de branqueamento, mantendo o racismo à brasileira. De fato, esse posicionamento reflete uma visão deturpada que ignora as variadas realidades e contextos em que o cuidado pode ser exercido de maneira eficaz em diferentes grupos sociais e étnicos.

A binaridade também pode estar presente no desconhecimento ou na falta de acesso das famílias a serviços específicos devido a barreiras estruturais e sociais que criam uma dicotomia entre os que têm acesso e os que não têm. Isso pode perpetuar desigualdades e dificultar o acesso equitativo a recursos essenciais para diferentes grupos familiares. Em suma, a binaridade proposta por Deleuze e Guattari (2012) oferece uma lente crítica para analisar como as estruturas sociais, incluindo as dinâmicas familiares, os preconceitos, a distribuição de recursos e o acesso a serviços, são moldadas por dualismos que frequentemente simplificam e marginalizam a diversidade de experiências e identidades humanas.

Deleuze e Guattari (2012) descrevem que quanto mais a organização molar for forte, mais ela própria promove uma molecularização de seus elementos, suas relações e seus aparelhos elementares.

> Quando a máquina torna-se planetária ou cósmica, os agenciamentos têm uma tendência cada vez maior a se miniaturizar e a tornar-se microagenciamentos... A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de

> pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente, a tal ponto que a fórmula dos mistérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade para e por uma micropolítica da insegurança...os movimentos moleculares não vêm mais completar, mas contrariar e furar a grande organização mundial. (Deleuze & Guattari, 2012, p. 91).

Para os autores, do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares, conforme já visitamos no Capítulo 3, fugindo e vazando algo e escapando das organizações binárias. Elas situam, assim, um centro de poder, estando na fronteira dos dois, definindo não por seu exercício absoluto em um campo, mas pelas adaptações e conversões relativas que ele opera entre a linha e o fluxo. É por isso que, segundo os autores, os centros de poder são definidos por aquilo que lhes escapa e pela sua impotência, muito mais do que por sua zona de potência. E o que escapa das famílias? Será que vem daí a necessidade de dar visibilidade a elas, de entrar na sala de visita, não para vigiar, mas para potencializar? Para se agenciar com outras possibilidades e potências?

Nesse sentido, Deleuze e Guattari (2012) relatam em seu texto que o molecular, a microeconomia, a micropolítica, não se define no que lhe concerne pela pequenez de seus elementos, mas pela natureza de sua massa, por sua intensidade, sendo o fluxo de quanta o que faz a diferença em relação à linha de segmento molar. A linha de segmentos corresponde à macropolítica, e o fluxo de quanta à micropolítica. No entanto, essa micropolítica não é somente inventiva e ativa, nela também estão presentes a molecularização dos segmentos, a miniaturização das linhas duras, que se encontram nos microfascismos atuantes no molecular, no invisível, para oprimir, igualar, desqualificar.

Para os autores, a potência molecular ou focos moleculares (microfascismos) que podem penetrar em todas as células da sociedade, sendo um meio que age sobre as massas, torna o fascismo perigoso às linhas de fuga que operam. Entretanto, o fascismo é inseparável de focos moleculares, que saltam de um para o outro, em interação. Cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar em um grande buraco negro central generalizado (Deleuze & Guattari, 2012).

De acordo com os autores, os microfascismos existem em todos os indivíduos, cujo desejo constitui-se a partir de agenciamentos ao nível molecular e não definido como uma pulsão. Afirmam também que o desejo é agenciado sempre, visto que é o que o agenciamento quer que ele seja. Esses agenciamentos moldam atitudes, comportamentos. “A política opera por macrodecisões e escolhas binárias, interesses binarizados; mas o domínio do decidível permanece estreito. E a decisão política mergulha necessariamente num mundo de

microdeterminações, atrações e desejos, que ele deve pressentir ou avaliar de um outro modo". (Deleuze & Guattari, 2012, p. 102).

O que é o macro? É essencial refletir que a própria política de assistência social inscreve a centralidade da família em sua base de atuação, destacando sua importância na garantia de direitos e na promoção das seguridades. Essa abordagem deve ser incorporada por vários profissionais que operam nessa política, porém muitas vezes enfrentam dificuldades em sua implementação prática junto às famílias vulneráveis. Além disso, é crucial considerar as ideias de binaridade propostas por Deleuze e Guattari (2012), que abordam como a sociedade tende a estruturar-se em termos de oposições rígidas e exclusivas, o que pode influenciar a forma como os profissionais lidam com as complexidades das famílias em situação de vulnerabilidade.

Os microfascismos surgem no cotidiano quando os profissionais persistem na desqualificação das famílias pobres, perpetuam práticas racistas e não favorecem uma escuta que verdadeiramente promova esses indivíduos. Assim, é necessário não apenas reconhecer a importância da família na política de assistência social, mas também questionar e superar essas práticas que reforçam as binaridades e perpetuam injustiças sociais no trabalho diário com as famílias vulneráveis.

Os autores ensinam que o real é feito de linhas, de movimentos heterogêneos que operam segmentações (binárias, circulares e lineares), duras ou flexíveis, constituindo dimensões molares ou moleculares, e fugas criadoras, tudo em coexistência e interpenetração. A diferença de natureza dos planos molares e moleculares, que remetem a sistemas de referência distintos, linhas sobrecodificadas de segmentos e fluxos mutantes, não impede sua pressuposição recíproca. Os autores propõem uma visão original sobre o que denominam centros de poder, definidos por suas operações de conversão dos fluxos moleculares em segmentos molares, e sobre o Estado, pensado como agenciamento de reterritorialização ou movimento de sobrecodificação que organiza a ressonância dos centros de poder.

Nesse sentido, há uma máquina abstrata de sobrecodificação: é ela que define uma segmentaridade dura, uma macrossegmentaridade, porque ela produz, ou melhor, reproduz os segmentos, opondo-os de dois em dois, fazendo ressoar todos os seus centros e estendendo um espaço homogêneo, divisível, esfriado em todos os sentidos. Uma máquina abstrata desse tipo remete ao aparelho de Estado.

Deleuze e Guattari (2012) discorrem que o aparelho de Estado é apenas o agenciamento de reterritorialização que opera a máquina de sobrecodificação em tais limites e sob tais condições. Pode-se dizer que o aparelho de Estado tende a identificar-se com essa máquina abstrata que ele opera. É aqui que a noção de Estado totalitário adquire seu sentido: um Estado

torna-se totalitário quando, em vez de operar em seus próprios limites a máquina mundial de sobrecodificação, ele identifica-se com ela, criando as condições de uma autarquia, fazendo uma reterritorialização, por confinamento, no artifício do vazio, o que nunca é uma operação ideológica, mas sim econômica e política.

Pensando na atuação profissional em políticas públicas, observamos a manobra macropolítica, tendo em vista a maneira como estão configuradas, ordenadas e consolidadas e são uma superfície de registro em que estão cristalizados certos modos de existir a partir dos quais nos movemos e nos reconhecemos no mundo. A manobra macropolítica refere-se às estratégias e decisões de políticas públicas em níveis mais amplos, que impactam diretamente as condições de vida das famílias. Essa política gerida pelo Estado não apenas molda serviços e benefícios oferecidos pelo SUAS, mas também estabelece padrões e normas que orientam como as famílias são percebidas e tratadas pela sociedade e pelo próprio SUAS. Essas políticas respondem em importante medida pela manutenção de relações e pelos modos de existir, posto que nesse campo molar são regidas as relações funcionais que reproduzem a formação social vigente.

Os autores não falam do desejo individual, que seria uma experiência psíquica dos indivíduos sempre associado a uma identidade. A concepção produtiva do desejo entende-o como imanente a todas as formas de produção do real, como um campo de forças impessoais e de fluxos que desmontam os modos de existência consolidados, os territórios existenciais por eles chamados de molares. São esses fluxos e intensidades pré-pessoais que produzem o novo, aquilo que difere do existente. Eles desestabilizam a ordem de nossos territórios subjetivos, organizacionais, institucionais, o modo como estão naturalizadas as relações socais. A desestabilização dos territórios subjetivos, organizacionais e institucionais nas famílias pode ser um caminho para romper com a história de favor e avançar em direção a uma cultura de direitos sociais plenamente reconhecidos e exercidos. Essa transformação não é apenas desejável, mas essencial para construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Assim, por um lado, seja em cenário nacional, seja no cotidiano da atenção à saúde, à educação, aos esportes, à assistência social, seja em âmbito individual, nós nos deparamos com essa instituição, essa macropolítica. Por outro, movimentos micropolíticos, aqueles que ensaiam a constituição de novos modos de relação e de existência, podem estar presentes nas ações dos indivíduos ou mesmo em iniciativas coletivas e institucionais de grande intuito, na participação popular. O que importa para diferenciá-los são os efeitos que esses processos geram como manutenção ou transformação das relações sociais.

Nesse sentido, minha tentativa de trazer a visita domiciliar neste capítulo foi pensá-la, também de uma maneira simbólica, como uma aproximação dos profissionais do SUAS com os territórios subjetivos existentes nas famílias vulneráveis que buscam o SUAS como possibilidade de garantia de direitos. No contexto do SUAS, a visita domiciliar desempenha um papel crucial como um instrumento de aproximação dos profissionais aos territórios onde as famílias vivem e enfrentam suas realidades diárias. Mais do que uma simples avaliação das condições físicas do ambiente, a visita domiciliar representa uma oportunidade de estabelecer vínculos, compreender as dinâmicas familiares, reconhecer as necessidades específicas de cada contexto e fomentar uma micropolítica ativa.

A visita domiciliar também simboliza um esforço dos profissionais ao enxergarem nas entrelinhas, nas brechas, no entre, para que possam desnaturalizar as relações sociais estabelecidas e, dessa maneira, promover uma abordagem mais empática e personalizada. Ao se engajarem diretamente com as famílias, os profissionais oferecem suporte técnico e fortalecem a autonomia dos indivíduos e coletividades.

A visita domiciliar no SUAS não é apenas um meio de monitoramento ou controle, mas também uma ferramenta essencial para promover a dignidade e a autonomia das famílias. Reconhecer e valorizar as capacidades e experiências delas aproxima os profissionais das realidades familiares e fortalece a relação de confiança e colaboração mútua, o que é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo, pretendemos investigar as práticas e metodologias de acompanhamento familiar no SUAS nos serviços da rede pública socioassistencial do município de Poços de Caldas, em Minas Gerais, enfatizando a articulação do Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, destacando as práticas que produzem autonomia às famílias vulneráveis e a produção de novos processos de subjetivação.

O campo de análise do estudo consistiu na discussão da literatura sobre as ideias de Deleuze, Guattari, René Lourau e Michel Foucault, que fundamentam a proposta de pesquisa-intervenção, além de autores brasileiros que exploram essa abordagem. Também foi realizado um estudo sistemático de pesquisas e publicações visando analisar questões relacionadas ao trabalho com famílias no SUAS, com foco na inclusão social, violação de direitos e vulnerabilidade social.

O campo de intervenção foi delineado por meio de um projeto de trabalho coletivo envolvendo as equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Esse projeto incluiu profissionais responsáveis por lidar com demandas e desafios locais, promovendo discussões sobre a dimensão institucional (organização do trabalho, relações entre setores e equipes, interação com as famílias, relações de poder e os impactos da pandemia) e a dimensão socioassistencial. Além disso, o campo de pesquisa incluiu as famílias cujos casos são acompanhados por esses serviços. Houve, ainda, a produção de uma cartilha para os profissionais do SUAS, resultado desta tese (Apêndice E).

No contexto da política de assistência social, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento familiar, é crucial desenvolver conhecimento que aborde tanto a complexidade envolvida no acompanhamento familiar quanto a criação de alternativas para o trabalho com a família, que é a base das intervenções nas políticas setoriais. Como já discutimos, enfrentamos diversos desafios: a identificação das vulnerabilidades locais, bem como as práticas e as perspectivas dos profissionais do SUAS, a exemplo da persistência no modelo tradicional de família nuclear e da estigmatização das famílias como desestruturadas, o que pode intensificar a exclusão e o preconceito. Esses dilemas afetam significativamente a organização e o controle diário do trabalho no SUAS. No entanto, é possível encontrar abordagens potentes e inovadoras para um trabalho eficaz com as famílias, em que são criadas ações estratégicas e estratégias de escape que desafiam as reproduções habituais e promovem

relações entre profissionais e famílias baseadas em suas funções protetivas, mesmo diante de situações de vulnerabilidade.

Muitas famílias acompanhadas pelo SUAS são frequentemente culpabilizadas e responsabilizadas pelos seus arranjos familiares e pelas formas diversas de cuidado que adotam, assim como pelas estratégias que buscam na comunidade para se sentirem apoiadas. Essa diversidade de práticas de cuidado e proteção demonstra não haver um modelo único de família. Pelo contrário, cada uma dessas formas revela a potência das famílias em administrar suas vidas, enfrentando a desigualdade social e a precarização da existência.

Em nossas experiências no SUAS, observamos que o trabalho técnico nem sempre está alinhado com o que é prescrito oficialmente, mas continua sendo realizado diariamente nos territórios, muitas vezes respondendo a demandas emergenciais. As narrativas dos profissionais refletem essa realidade, a de "apagar incêndios". Enfrentando altas demandas, muitos profissionais não conseguem oferecer acompanhamento sistemático às famílias, concentrando-se em atualizações de cadastros e avaliação de benefícios eventuais, além de suprirem a falta de equipes mínimas. Em cidades menores, a ausência de um CREAS significa que situações de violação de direitos muitas vezes são tratadas nos CRAS.

Durante as entrevistas, as rodas de conversas e a restituição, frequentemente ouvimos relatos sobre a sobrecarga de trabalho, a falta de capacitação, assim como a necessidade de qualificação profissional e a de rever as normativas, na tentativa de se adequarem à nova realidade e às demandas do SUAS. Muitos técnicos buscam se capacitar e ampliar seus conhecimentos com recursos próprios. Nesse sentido, todos esses fatores limitam a capacidade de desenvolver abordagens inovadoras no trabalho com as famílias.

A disparidade racial entre os profissionais e as famílias atendidas também influencia significativamente a qualidade e a eficácia do acompanhamento familiar oferecido no SUAS. Profissionais brancos podem não apresentar a mesma sensibilidade cultural nem compreender plenamente as experiências específicas enfrentadas pelas famílias negras. Além disso, podem não reconhecer adequadamente as situações de inferioridade decorrentes da desigualdade racial em nosso país. Isso resulta em falta de empatia e de compreensão das necessidades dessas famílias, afetando diretamente o suporte prestado e perpetuando o racismo nas interações com os usuários.

Para assegurar que o acompanhamento familiar no SUAS seja realizado de forma que promova as famílias em suas potencialidades, é fundamental abordar essas disparidades raciais tanto na composição das equipes quanto na forma como os serviços são prestados. Isso implica

garantir uma representação diversificada e sensível às questões raciais e culturais, bem como prover recursos e apoio adequados para atender às necessidades específicas das famílias negras.

Muitos aspectos atravessam as histórias das famílias que buscam seus direitos por meio das políticas públicas de proteção social. Frequentemente, as mulheres negras assumem a responsabilidade pelo cuidado de seus filhos, são chefes de família e sustentam seus lares, enfrentando desafios que demandam uma abordagem interseccional por parte dos profissionais. A pobreza muitas vezes está entrelaçada com questões de gênero e raça, sublinhando a importância de um acompanhamento sensível e informado para garantir a eficácia das intervenções

Na produção dos dados, alguns analisadores dimensionaram nossa compreensão diante do acompanhamento familiar, denunciando as contradições e os embates desse tipo de acompanhamento e desvelando a precarização do SUAS que está ligada à dificuldade de garantir os direitos sociais no cotidiano do trabalho com as famílias. Esse sistema, destinado a garantir direitos e assistência a populações vulneráveis, enfrenta uma série de desafios, desde a escassez de recursos financeiros até a sobrecarga dos profissionais envolvidos. A falta de investimentos adequados resulta em equipes reduzidas, capacitação insuficiente e infraestrutura precária, comprometendo seriamente a qualidade dos serviços prestados. Esse cenário é particularmente preocupante, por impactar diretamente aqueles que mais dependem desse suporte. É fundamental que essas questões sejam abordadas de maneira crítica e que sejam implementadas ações efetivas para fortalecer o SUAS e garantir seu funcionamento de maneira eficaz.

Um analisador que aparece em várias atuações, escutas e intervenções no SUAS é o da Formação centrada nos indivíduos. Sabe-se que não é viável ignorar todas as relações que moldam o indivíduo ao buscar os serviços, visto que essas conexões são intrincadas e fundamentais para sua vida. Da mesma forma, não se pode negligenciar os múltiplos atravessamentos sociais e políticos que afetam tanto esses indivíduos quanto suas famílias. A formação em Psicologia, de fato, ainda mantém uma prática centrada no indivíduo e na clínica tradicional. Essa predominância demanda dos psicólogos novas formas de intervenção que transcendam a abordagem individual e incorporem um posicionamento político mais crítico e novos referenciais

Outro analisador que aparece é o da Naturalização da família nuclear. No contexto do SUAS, a naturalização da família nuclear pode influenciar a maneira como os serviços são estruturados e oferecidos, potencialmente marginalizando famílias que não se enquadram nesse padrão. É importante problematizar essa naturalização e promover uma abordagem mais

inclusiva e sensível às diversas configurações familiares, garantindo que todos tenham acesso igualitário aos serviços e benefícios oferecidos pelo sistema de assistência social.

A burocratização das práticas também é uma preocupação relevante. Muitos profissionais observam que suas atividades acabam se tornando excessivamente burocráticas, limitando-se apenas ao cumprimento do que é prescrito para sua atuação. Isso pode resultar em um desalinhamento das expectativas profissionais com a realidade do campo de trabalho, não correspondendo ao que inicialmente idealizavam.

Em meio às tensões e invenções, em meio a disciplinas, tutelas e autonomias, o acompanhamento familiar se faz, e esperamos com nossa pesquisa contribuir para as reflexões que este estudo produziu sobre o fazer dos profissionais no SUAS. Muitas foram as leituras que corroboraram para um fazer que tende a disciplinar as famílias vulneráveis, colocando-as em uma posição de subordinação, silenciamento, mas tantas outras são as possibilidades de promovê-las em seu protagonismo e autonomia. Diversos profissionais agenciam nesse encontro uma possibilidade singular e inventiva, convocando as famílias vulneráveis a serem a parte central no processo interventivo, em que apenas intercedem para que elas exerçam suas funções de proteção. Nessa micropolítica do cotidiano, o fazer no SUAS acontece e o acompanhamento familiar se torna efetivo no entre do trabalho dos profissionais, na vida das famílias quando se abrem brechas de mobilização, de escuta, de respeito e uma postura ética e política, e onde o sensível também se torna instrumento de trabalho. Este estudo não pretendeu esgotar a temática proposta. Esperamos, sim, lançar questões frente a essa problemática, que necessita de mais produções e invenções acadêmicas, convocando a participação das famílias vulneráveis nesses processos de pesquisa e escuta, fomentando e respeitando suas distintas formas de existir.

REFERÊNCIAS

Amador, F. S., Lazzarotto, G. D. R. & Santos, N. I. S. (2015). Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. *Revista Polis e Psique, 5*(2), 228-248. http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180/pdf_26

Andrade, A. G. S. & Morais, N. A. (2017). Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. *Psicologia: Ciência & profissão, 37*(2), 378-392.

Andrade, L., Gomes, A. H. & Maheirie, K. (2022). (Re)união, feira e horta: expressões do trabalho intersetorial de um território. *Estudos De Psicologia, 26*(4), 380–391. https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/epsic/article/view/21203/996

Aragão, M. R. S., & Hora, M. M. C. C. (2019). O desmonte do "SUAS" e os seus impactos na execução da política de Assistência Social no Brasil. *Ideias E Inovação – Lato Sensu, 5*(2), 123. Recuperado de https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/7917

Baremblitt, G. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte: Biblioteca Instituto Félix Guattari.

Barreto, M. C., Costa, T. M. T., & Coura, G. R. (2022). A discricionariedade dos burocratas de nível de rua no CRAS. In *Anais*, 46, Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (pp. 1-17). [online]. https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/543e83748234f7cbab21aa0ade66565f.pdf

Belfort, P. B., Barros, S. M. M., Gouveia, M. L. A. & Santos, M. F. S. (2015). Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. *Psicologia: Teoria e Prática, 17*(3), 42-51. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000300004&lng=pt&tlng=pt

Bento, M. A. S. (2016). Branqueamento e branquitude no Brasil. In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.), *Psicologia Social e Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 28-63). Petrópolis: Vozes.

Blanco, C. C. (2020). Os desafios da integralidade no trabalho do CRAS. In C. F. C. Grillo et al. (Orgs.), *SUAS conexões: a integralidade da proteção da assistência social* (pp. 52-54). Belo Horizonte: Prefeitura Municipal / UFMG.

Boschetti, I. & Behring, E. R. (2021). Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? *Serviço Social & Sociedade,* 140, 66-83. https://doi.org/10.1590/0101-

6628.238

Bronzo, C., Costa, E. C. R. & Guimarães, F. (2022). A burocracia de nível de rua na implementação do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF): percepções e traduções de normativas nas políticas públicas. *Administração Pública e Gestão Social, 14*(2), 1-16. https://doi.org/10.21118/apgs.v14i2.1243

Candiotto, C. (2010). Ética e política em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação, 33*(2), 157-175. https://doi.org/10.1590/S0101-31732010000200010

Cardoso, M. L. M. & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Polis e Psique, 9*(3), 6-25.

Carvalho, J. L. (2018). O trabalho social com famílias na política de assistência social: perspectivas e tendências. In *Anais*, II, Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (pp. 1-11). Teresina: UFPI. https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/MzA3.pdf?030954

Cassiano, M. & Furlan, R. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade, 25*(2), 373-378.

Cavagnoli, K. C.; Guareschi, N. M. F. (2018). Itinerários possíveis da política de assistência social: garantia de direitos e governamentalidade. *Estudos & Pesquisas em Psicologia, 18*(1), 114-126.

Cavalcanti, P. B., & Lucena, C. M. F. (2016). O uso da promoção da saúde e a intersetorialidade: tentativas históricas de integrar as políticas de saúde e educação. *Polêm!ca, 16*(1), 024–041. https://doi.org/10.12957/polemica.2016.21332

Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. (2023). Brasil, Cadastro Único. Recuperado em 05 de abril de 2023, a partir de https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php

Coimbra, M. C. B. & Nascimento, M. L. (2008). Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In A. R. R. Geisler, A. L. Abrahão & M. C. B. Coimbra (Orgs.), *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde* (pp. 143-153). Niterói, RJ: Eduff.

Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Refer%C3%AAncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cordeiro, M. P., & Sato, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". Estudos de Psicologia (Campinas), 34(1), 41-52. doi: 10.1590/1982-02752017000100005.

Cordeiro, M. P. (2018). A Psicologia no SUAS: Uma revisão de literatura. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 70(3), 166-183.

Costa, R. R., Alberto, M. F. P. (2017). Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência Social. *Pesquisa & Práticas Psicossociais, 12*(1), 193-208. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100014&lng=pt&nrm=iso

Costa, V. C. A. & Cunha, E. S. M. (2019). A família na Proteção Social Especial (CREAS/SUAS) e as questões de Gênero, Diversidade Sexual e Classe: uma revisão narrativa. *Estudos em Psicologia, 24*(4), 382-392. http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190038

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). *Revista Estudos Feministas, 10*(1), 171-188.

Cruz, E. (2020). Integralidade do SUAS na relação entre estado e sociedade civil: ética e estética da política. In C. F. C. Grillo et al. (Orgs.), *SUAS conexões: a integralidade da proteção da assistência social* (pp. 38-72). Belo Horizonte: Prefeitura Municipal / UFMG.

Cruz, L. R. & Guareschi, N. (2009). A constituição da assistência social como Políticas públicas: interrogações à Psicologia. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social* (pp. 13-40). Petrópolis: Vozes.

Deleuze, G. (2017). *Espinosa e o problema da expressão*. São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1, pp. 11-37). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2012). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deslandes, S. F. & Campos, D. S. (2015). A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Ciência & Saúde Coletiva, 20(7), 2173-2182. https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014

Dias, R. M. (2012). A questão da criação em Nietzsche e em Bergson. *Cadernos Nietzsche,*

31, 159-171. https://doi.org/10.1590/S2316-82422012000200009

Euzébios Filho, A. (2020). De desamparado a empoderado: o assistencialismo produtivo na era do empreendedorismo. *Revista Psicologia Política, 20*(49), 564-582. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n49/v20n49a09.pdf

Faleiros, V. P., Hedler, H. C. & Araújo, A. A. M. (2019). Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública. Katálysis, 22(2), 383-392. http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p383

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA.

Fernandes, V. S., Leonidas, C. (2021). Acompanhamento familiar no CRAS segundo familiares de usuários do benefício de prestação continuada. *Revista SPAGESP, 22*(2), 89-103. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200008&lng=pt&nrm=iso

Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder* (12. Ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder* (16. ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2008a). Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, [s.n.], 233-244.

Hur, D. U. (2021). CARTOGRAFIA DAS INTENSIDADES: PESQUISA E MÉTODO EM ESQUIZOANÁLISE. *Revista Práxis Educacional, 17*(46), 275-292. https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8392

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Poços de Caldas*. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pocos-de-caldas/historico

Koelzer, L. P., Backes, M. S. & Zanella, A. V. (2014). Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 7*(1), 132-139. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a12.pdf

Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 08 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências [Lei Orgânica de Assistência Social]. *Diário Oficial do Município*: Brasília.

Lei Federal n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015. (2015, 15 de dezembro). Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua

cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999"; altera as Leis n º 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. *Diário Oficial do Município*: Brasília.

Lei Federal n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021. (2021, 30 de dezembro). Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*: Brasília.

Lei Municipal n. 9.80, de 20 de outubro de 2015 (2015, 19 de outubro). Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social de Poços de Caldas — SUAS/PC. *Diário Oficial do Município*, Poços de Caldas.

Lei Municipal n. 9.215, de 29 de novembro de 2017 (2017, 19 de novembro). Institui o Programa de Guarda Subsidiada, em família extensa ou ampliada, de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco por Violação de Direitos e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Poços de Caldas.

Liberman, F. & Lima, E. M. F. A. (2015). Um corpo de cartógrafo. *Interface, 19*(52), 183-194. https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0284

Lopes, W. O., Saupe, R. & Massaroli, A. (2008). Visita domiciliar: tecnologia para o cuidado, o ensino e a pesquisa. *Ciência, Cuidado & Saúde, 7*(2), 241-247. https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v7i2.5012

Lourau, R. (1980). *El estado e el insconsciente: ensayo de sociología política*. Barcelona: Kairós.

Maheirie, K., Gomes, M. A., Tonial, F., Minchoni, T., Arndt, A. D. & Corrêa, B. (2019). Subjetivação política e aumento da potência de ação: quem são os usuários dos CRAS?.*Psicologia em Revista, 25*(2), 874-890. https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p874-890

Marconi, M. A. & Presotto, Z. M. N. (2013). *Antropologia: uma introdução* (7. Ed.). São Paulo: Atlas S. A.

Marques, C. F.; Roberto, N. L. B.; Gonçalves, H. S. e Bernardes, A. G. (2019). O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem? *Psicologia: Ciência & Profissão, 39*(e225552), 6-18. https://doi.org/10.1590/1982-3703003225552

Marques, L. (2014). A matricialidade sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites. In *Anais,* III, Simpósio Gênero e Políticas Públicas Londrina: UEL. http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf

Martins, A. L. B. & Zamora, M. H. R. N. (2021). Branquitude e Educação: Um Estudo com Professoras de Escolas Públicas. *Estudos & Pesquisas em Psicologia, 21*(2) 396-415. http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61048

Martins, J. S. & Santos, D. K. (2022). Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paefi. *Psicologia: Ciência & Profissão, 42*(e233520), 1-18. https://doi.org/10.1590/1982-3703003233520

Melo, J. D. N. (2012). A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. *Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe, 9*(17), 102-134. http://www.scielo.org.co/pdf/memor/n17/n17a05.pdf

Meyer, D. E., Klein, C. & Fernandes, L. P. (2012). Noções de família em políticas de "inclusão social" no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas, 20*(2), 433–449. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200005

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009a). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Conanda/MDS. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009b). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília: MDS. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção de Atendimento Integral à Família – PAIF* (Vol. 2). Brasília: MDS. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2017). *Curso de atualização*

sobre a organização e oferta da proteção social especial. Brasília: MDS.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2021). *Bolsa Família e Cadastro Único no seu município*. Recuperado em 20 de novembro de 2021, a partir de https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/

Moura Júnior, J. F. et al. (2020). Práticas interseccionais de discriminação contra mulheres negras: Um estudo sobre vergonha e humilhação. *Revista de Psicologia Política, 20*(48), 262-278. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a02.pdf

Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, *26*(spe2), 28–37. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600004

Motta, R. F. & Scarparo, H. B. K. (2013). A Psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade, 25*(1), 230-239. https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100025

Nascimento, M. L., Cunha, F. L. & Vicente, L. M. D. (2007). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Revista de Psicologia Política, 7*(14), 1-17. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v7n14/v7n14a06.pdf

Oliveira, C. M. C. & Heckert, A. L. C. (2013). Os Centros de Referência de Assistência Social e as artes de governar. *Fractal: Revista de Psicologia, 25*(1), 145-160.

Oliveira, E. C. S., Rodrigues, L., Battistelli, B. M. & Cruz, L. R. (2019). Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência & Profissão, 39*(e225556), 141-152. https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556

Oliveira, P. A. & Kahhale, E. M. S. P. (2020). Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. *Revista Psicologia Política, 20(*47), 119-131. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434309

Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade, 17*(3), 18-25. https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003

Paulon, S. M. & Romagnoli, R. C. (2018). Quando a Vulnerabilidade se faz Potência. *Interação em Psicologia, 23*(3), 171-187.

Perin, S. D. (2008). A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social. Recuperado em 05 de maio de 2021, a partir de http://acaspj.org/wp-content/uploads/2016/05/IMPORTANTE_Artigo-Visita-Domiciliar_MPRS.pdf

Peruzzo, P. P., Souza, C. & Romagnoli, R. C. (2023). Problematizações da Institucionalização: entre a hanseníase, a rua e as drogas. In C. J. Andrade, M. Benincasa (Orgs.), *A Psicologia nas Instituições: Papel, Desafios e Contribuições* (pp. 126-149). São Paulo: Gênio Criador.

Pires, A. C. T. & Braga, T. M. S. (2009). O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. *Temas em Psicologia, 17*(1), 151-162. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a13.pdf

Pogrebinschi, T. (2002). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 63, 179-201. https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000300008

Ranzosi, E. & Maheirie, K. (2023). Racismo de estado como fronteira de acesso à comunidade. *Psicologia &* Sociedade*, 35*(e277091), 1-16. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277091

Resolução n. 145, 15 de outubro de 2004. (2004, 26 de outubro). Aprova a Política Nacional de Assistência Social. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Resolução n. 1, de 25 de janeiro de 2007. (2007, 26 de janeiro). Publica o texto da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Resolução CIT n. 7, de 10 de setembro de 2009. (2009, 15 de outubro). Dispõe sobre os procedimentos para a gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e de famílias beneficiárias do PBF, PETI, BPC e benefícios eventuais, no âmbito do SUAS. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. (2009, 11 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Ribeiro, E. S. (2013). Bergson e a intuição como método na filosofia. *Kínesis, 5*(9), 94-108. https://doi.org/10.36311/1984-8900.2013.v5n09.4501

Romagnoli, R. C. (2013). Conhecer e intervir: as relações equipe-família no CPP de Nova Lima. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 8*(2), 148-156. http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/527/491

Romagnoli, R. C. (2014a). Acerca da noção de território no SUAS: a proposta esquizoanalítica. In R. C. Romagnoli & M. I. C. Moreira (Orgs.), *O Sistema Único de Assistência Social - SUAS: a articulação entre psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas* (pp. 171-131). Curitiba: CRV.

Romagnoli, R. (2014b). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista.

Psicologia & Sociedade, 26(1), 44-52. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006

Romagnoli, R. C. (2015). O ideal de família e seus efeitos no cotidiano dos agentes sociais. In R. C. Romagnoli & M. Dimenstein (Orgs.), *Cotidiano e processos de subjetivação: aprisionamentos e expansões* (p. 177-195). Vitória: EDUFES

Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano da equipe profissional do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. *Psicologia & Sociedade, 28*(1), 151-161.

Romagnoli, R. C. (2017). Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade torna-se rizomática. *Psicologia em Estudo, 22*(3), 421-432. http://dx.doi.org/10.4025/psicolestud.v22i3.35843

Romagnoli, R. C. (2018). As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. Fractal, Revista de Psicologia, 30(2), 214-222. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5516

Romagnoli, R. C. (2022). Psicologia brasileira e Políticas Públicas: capturas e resistências. *Psicologia: Ciência & Profissão, 42*(e262850), 1-12. https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850

Romagnoli, R. C., Braga, E. M. & Souza, C. (2021). Assistência Social e pandemia: tensões políticas e práticas de enfrentamento. In J. O. Moreira & R. Tôrres. (Orgs.), *Pandemia, crise e subjetividade* (pp. 121-135). Curitiba: CRV.

Romagnoli, R. C., Fadul, F. M. & Souza, C. (2019). Rede para o enfrentamento da violência no SUAS. In M. L. M. Cardoso & R. C. Romagnoli (Orgs.), *Trabalho em rede para o enfrentamento da violência intrafamiliar: a experiência do projeto Redes em Ação e sua inserção no sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente* (pp. 39-59). Curitiba: CRV.

Romagnoli, R. C., Fadul, F. M. & Souza, C. (2023). A intersetorialidade em tempos de pandemia: perspectivas a partir da ótica da assistência social. In B. B. Brambilla & G. Nogueira (Orgs.), *A Psicologia no sistema único de assistência social: fundamentos, desafios e horizontes metodológicos* (pp. 361-375). São Paulo: Devires.

Romagnoli, R. C., Neves, C. A. B. & Paulon, S. M. (2018). Intercessão entre políticas: psicologia e produção de cuidado nas políticas públicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 70*(2), 236-250.

Romagnoli, R. C. & Silva, B. C. (2019a). O cotidiano da intersetorialidade e as relações entre as equipes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 19*(1), 107-126. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a07.pdf

Romagnoli, R. C. & Silva, B. C. (2019b). A inserção do Conselho Tutelar na prática da

intersetorialidade. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 12*(2), 2019, 210-224. http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120203

Romagnoli, R. C. & Silva, B. C. (2022). Interseccionalidade e a Esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. *Psicologia & Sociedade*, 34, 1-14. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34249960

Rosa, H. R., & Amador, F. S. (2023). A política de Assistência Social em movimento: uma análise do trabalho como atividade. In B. B. Brambilla, G. Nogueira, P. M. S. Jacinto & R. V. S. Rocha (Orgs.), A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: fundamentos, desafios e horizontes teórico-metodológicos (pp. 71-88). Salvador: Diálogos Editorial.

Safatle, V. (2020). *Bem-vindo ao estado suicidário*. Recuperado em 22 de abril de 2020, a partir de http://n-1edicoes.org/004

Saffioti, H. (2009). *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. FLASCO Brasil. https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf

Sanches, N., Martins, T. C. & Silva, R. B. (2020). O trabalho da psicologia na assistência social: análises a partir de um grupo focal. *Aletheia, 53*(2), 165-178. http://dx.doi.org/10.29327/226091.53.2-13

Santos, K. L., Heckert, A. L. C. & Carvalho, S. V. (2017). Família e mulher como instrumentos de governo na assistência social. *Psicologia & Sociedade, 29*(e158080), 1-10. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29158080

Santos Filho, S. B. (2020). Contribuições no debate de políticas de assistência social e saúde: entre o instituído e os desafios instituintes no cotidiano do trabalho. In C. F. C. Grillo et al. (Orgs.), *SUAS conexões: a integralidade da proteção da assistência social* (pp. 73-84). Belo Horizonte: Prefeitura Municipal / UFMG.

Scheinvar, S. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 58*(1), 48-57. Recuperado a partir de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v58n1/v58n1a06.pdf

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade, 26*(1), 83-94. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010

Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade, 24*(2), 293-299. https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006.

Serpa, V., Virgínia, C. & Cavalcante, S. (2015). Assistência social pública brasileira: uma política da autonomia - um dispositivo biopolítico. *Revista Subjetividades, 15*(3), 428-437. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&tlng=pt

Silva, R. B. & Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e Políticas Públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade, 28*(2), 247-256. https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247

Silva, V. (2018). La dimensión intersectorial de la Política Pública de Asistencia Social con la Escolarización: una revisión integrativa de literatura a la luz de la Psicología Política. *Revista Psicologia Política, 18*(41), 96-116.

Silveira, R. S. & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade, 26*(n. spe), 14-24. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003

Sousa, T. R., Gonçalves, A. M., Santos, A. B. B., Vieira, B. M. S., Dantas, L. S., Alves, M. B. (2020). Família, mulher e política de Assistência Social: reflexões necessárias. *Temporalis, 20*(39), 86-101.

Souza, C. (2019). *A experiência do cuidado em um serviço de Acolhimento Institucional*. Curitiba: CRV.

Souza, L. A. & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF, 18*(2), 277-287. https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011

Souza, C. & Romagnoli, R. C. (2021). Experiência de gestão no CREAS em interlocução com a Análise Institucional. *Psicologia: Ciência & Profissão***,** *41*(e222287), 1-12. https://doi.org/10.1590/1982-3703003222287

Souza, C. & Romagnoli, R. C. (2022). A pandemia e a Saúde Mental do trabalhador do SUAS. In C. J. Andrade (Org.), *Saúde Mental e trabalho na pandemia de Covid-19* (pp. 14-33). São Paulo: Gênio Criador.

Teixeira, S. M. (2010). A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de assistência social. *Revista Emancipação, 10*(2), 535-549.

United Nations Human Rights. (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. Recuperado em 17 de setembro de 2023, de https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25

anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(n. spe), 9-24. https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Famílias

PUC Minas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517 - Fax: 3319-4517 CEP 30535.610
- Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil
e-mail: cep.proppg@pucminas.br

N.º Registro CEP:

Título do Projeto: O acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social: autonomia ou disciplina?

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará sobre o acompanhamento familiar realizado pelos técnicos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Você foi selecionado (a) porque é acompanhado por equipamentos do SUAS. A sua participação nesse estudo consiste em participar de entrevistas e grupos que discutirão o tema acima citado. A coleta de dados se dará no equipamento no qual é acompanhado (a). Os grupos de discussão e a entrevista serão gravados e será mantido sigilo sobre o que você disser. Os riscos e desconfortos que você poderá sentir estão relacionados ao sentimento de desinteresse em relação ao tema ou mal-estar com algum assunto abordado. Nesse sentido, a gravação das entrevistas poderá ser interrompida se você sentir necessidade. Pode haver também um desconforto na divulgação da pesquisa, mas fica enfatizado o caráter confidencial dos registros.

Sua participação é muito importante e voluntária e, consequentemente, não haverá pagamento por participar desse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Os resultados dessa pesquisa servirão para o aprimoramento dos profissionais que trabalham nos serviços da Política da Assistência Social.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:
Caroline de Souza
Endereço: Rua Manoel Luiz Zuanela, 31/21

Bairro: Santa Ângela – Poços de Caldas - MG
CEP: 37701 273
Telefone: (35) 992069100

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.ª Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2021.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

_____
Nome do participante (em letra de forma)

_____
Assinatura do participante ou representante legal

_____
Data

Eu, Caroline de Souza, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Técnicos

PUC Minas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517 - Fax: 3319-4517 CEP 30535.610
- Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil
e-mail: cep.proppg@pucminas.br

N.º Registro CEP:

Título do Projeto: O acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social: autonomia ou disciplina?

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará sobre o acompanhamento familiar realizado pelos técnicos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Você foi selecionado (a) porque trabalha como técnico (a) nos equipamentos do SUAS. A sua participação nesse estudo consiste em participar de entrevistas e grupos que discutirão o tema acima citado. A coleta de dados se dará no equipamento no qual trabalha. Os grupos de discussão e a entrevista serão gravados e será mantido sigilo sobre o que você disser. Os riscos e desconfortos que você poderá sentir estão relacionados ao sentimento de desinteresse em relação ao tema ou mal-estar com algum assunto abordado. Nesse sentido, a gravação das entrevistas poderá ser interrompida se você sentir necessidade. Pode haver também um desconforto na divulgação da pesquisa, mas fica enfatizado o caráter confidencial dos registros.

Sua participação é muito importante e voluntária e, consequentemente, não haverá pagamento por participar desse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Os resultados dessa pesquisa servirão para o aprimoramento dos profissionais que trabalham nos serviços da Política da Assistência Social.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:
Caroline de Souza
Endereço: Rua Manoel Luiz Zuanela, 31 apt. 21

Bairro: Santa Ângela – Poços de Caldas - MG
CEP: 37701-273
Telefone: (35) 992069100

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.ª Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2021.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

_____
Nome do participante (em letra de forma)

_____
Assinatura do participante ou representante legal

_____
Data

Eu, Caroline de Souza, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

_____ _____
Assinatura do pesquisador Data

APÊNDICE C – Roteiro inicial das entrevistas com os profissionais que atuam no CRAS e CREAS

Nome Fictício: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Equipamento no qual atua: _____

Cargo:_____ Tempo de Serviço_____

Formação: _____

1) Conte um pouco sobre o seu trabalho neste equipamento.

2) Como você vê a sua atuação com as famílias?

3) Quais são as facilidades que você encontra nessa articulação?

4) Quais são as dificuldades que você encontra nessa articulação?

5) Que efeitos você acha que suas intervenções promovem nos casos assistidos?

6) Como você percebe a articulação da Proteção Social Básica com a Proteção Social Especial no que se refere ao acompanhamento familiar?

7) Como compreende o acompanhamento familiar proposto pelas normativas do SUAS?

8) Quais os atravessamentos e as dificuldades na articulação entre os Serviços do CRAS e do CREAS? Aponte também as potencialidades.

9) Há mais alguma informação ou comentário a respeito da sua prática que você queira acrescentar?

APÊNDICE D – Roteiro inicial das entrevistas com as famílias atendidas pelos CRAS e CREAS

Nome Fictício: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Equipamentos nos quais é acompanhada: _____

Tempo de acompanhamento: _____

Tipos de serviços utilizados: _____

Grau de parentesco: _____

1) Como você conheceu os serviços oferecidos pelos equipamentos dos quais é usuário (a)?

2) O que você acha desses serviços?

3) Como foi sua relação com os profissionais desses serviços?

4) Você acha que essa atuação influenciou na sua vida? Como? No que você acha que te ajudou? Ou te atrapalhou?

5) Seus familiares também são acompanhados pelos profissionais? De que maneira?

6) Há mais alguma informação ou comentário que você queira acrescentar?

APÊNDICE E – Cartilha para os profissionais do SUAS

O acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social: autonomia ou disciplina?

Caroline de Souza
Doutoranda em Psicologia
pela PUC Minas
Bolsista pela FAPEMIG

Roberta Carvalho Romagnoli
Docente do Programa de Pós-graduação
em Psicologia pela PUC Minas

Ana Elisa de Paula Camargo
Graduanda em Psicologia
pela PUC Minas

FAPEMIG

Esta cartilha, financiada pela Fapemig, tem como objetivo fornecer uma visão abrangente e orientadora sobre o acompanhamento familiar no contexto do SUAS.

O SUAS e seus Níveis de Proteção

Objetivos do Acompanhamento Familiar

1 Antecipação de Situações de Risco

Antecipação, por parte dos técnicos, da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a propiciarem uma forma de atendimento que proteja a família.

2 Desenvolvimento de Potencialidades

Atuando no desenvolvimento de potencialidades para possibilitar o enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais, desenvolvimento da autonomia, acessando os direitos sociais que estão previstos na constituição.

3 Elaboração do Projeto de Vida

Elaboração do Projeto de Vida para as famílias acompanhadas.

Desafios no Acompanhamento Familiar

Territorialização das Vulnerabilidades

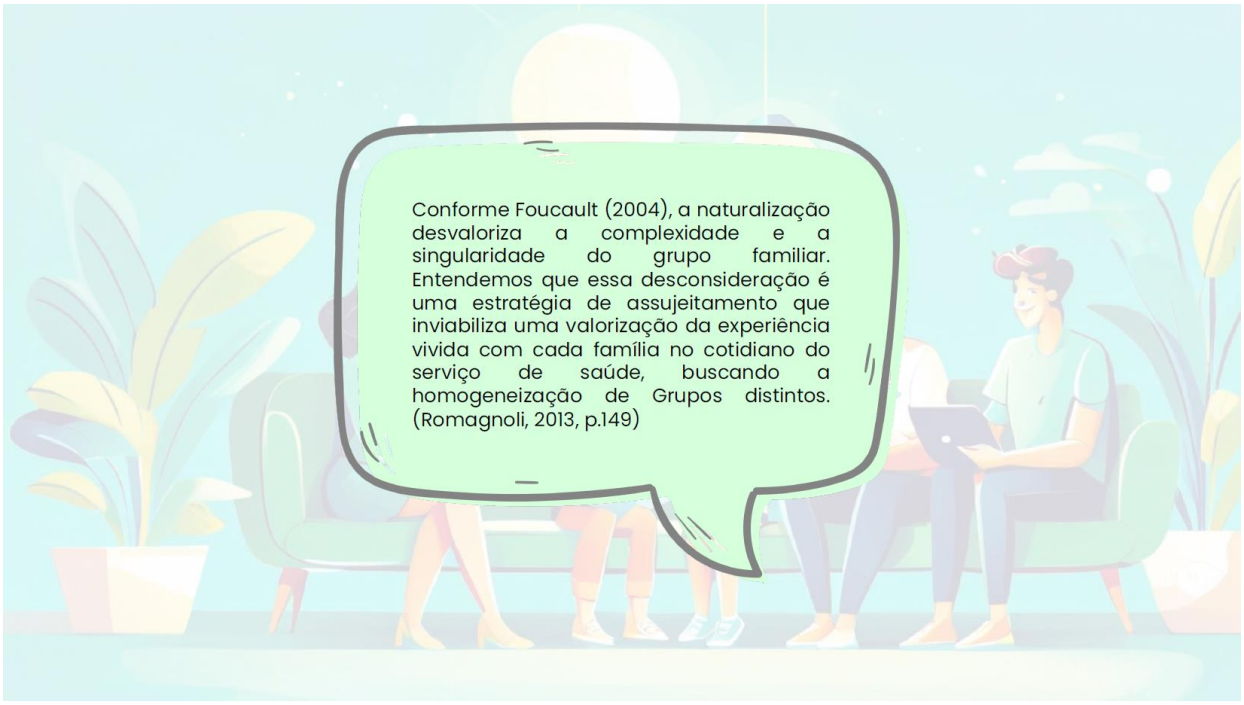
A territorialização das vulnerabilidades é um desafio, exigindo que os profissionais conheçam profundamente os territórios onde as famílias estão inseridas.

Ações e Sentidos dos Profissionais

As ações e sentidos dos profissionais do SUAS, como a persistência no modelo de família nuclear e a desqualificação das famílias como desestruturadas, podem potencializar a exclusão e o preconceito.

Organização e Controle do Cotidiano

Esses impasses operam para a organização e controle do cotidiano do trabalho no SUAS, dificultando uma abordagem mais aberta e flexível às diferentes configurações familiares.



Linhas de Fuga e Potencialidades

1

Reconhecer a Multiplicidade

Reconhecer que as famílias possuem múltiplas formas de existir e que toda multiplicidade é rizomática, composta por conexões entre linhas em um plano de consistência.

2

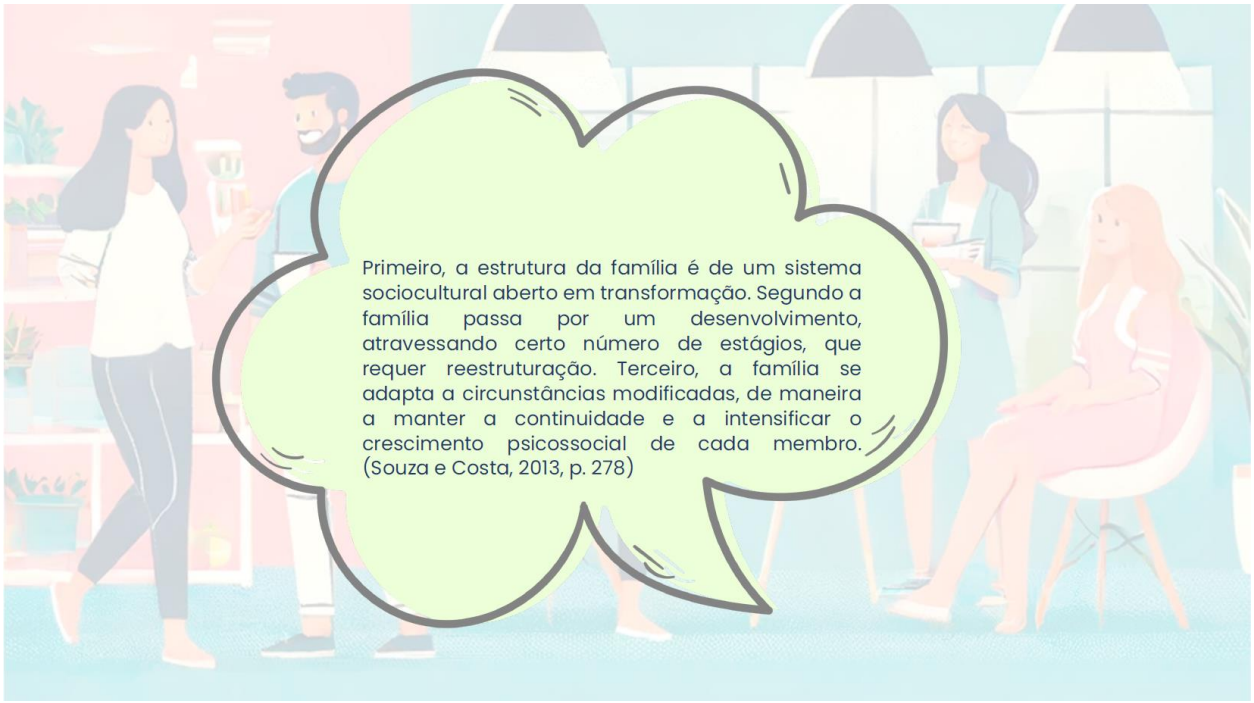
Valorizar as Funções Protetivas

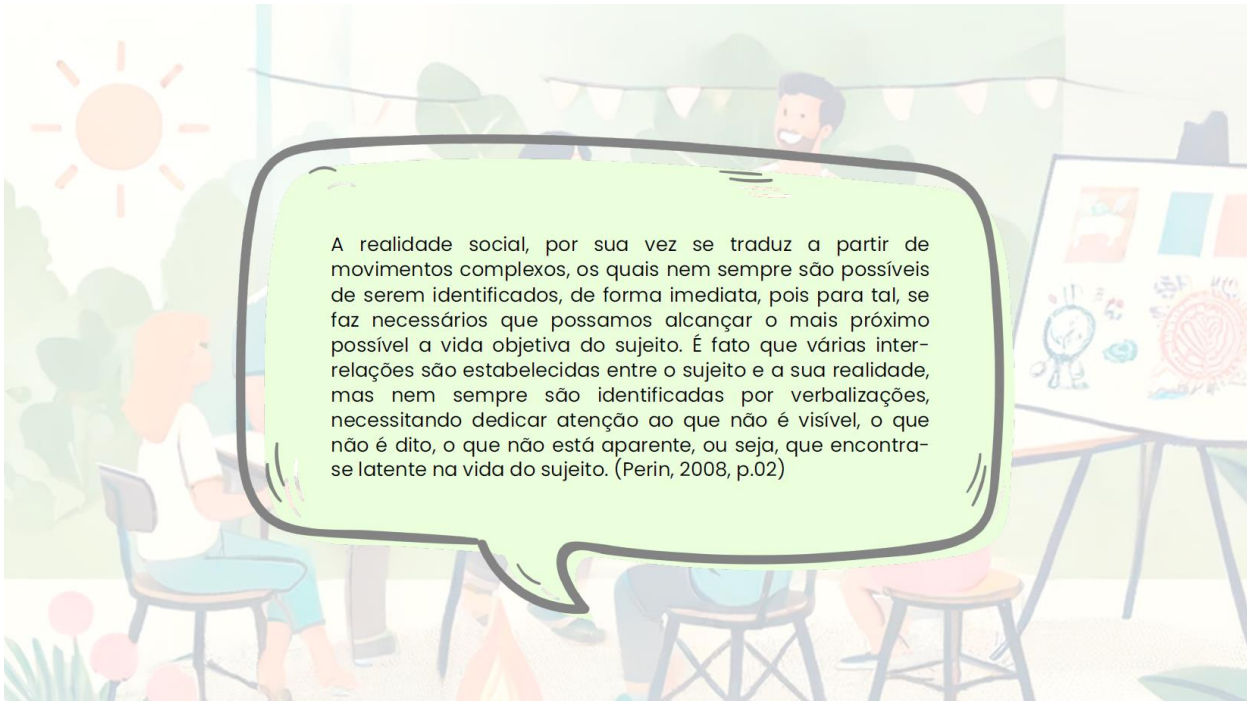
Enxergar nas famílias suas funções protetivas, mesmo em situação de vulnerabilidades, entendendo que elas sinalizam saídas e enfrentamentos potentes para o seu cotidiano.

3

Compreender as Singularidades

Buscar compreender cada dinâmica e singularidade das famílias, não partindo de uma referência única de família, mas valorizando as diferentes configurações existentes.





O racismo é, portanto, um meio de introduzir no domínio da vida um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. Dessa forma, quando tratamos de biopoder temos que tratar deste corte, que é precisamente um corte de tipo racial, diferenciando aqueles que vivem e que morrem. Essa distinção e hierarquização entre as raças será uma maneira de fragmentar, no interior da população, uns grupos em relação a outros, estabelecendo essa cesura num domínio que será considerado como sendo do campo biológico. (Ranzosi & Maheirie, 2023, p. 04)

O Acompanhamento Familiar em Rede

Intersetorialidade

A intersetorialidade aponta caminhos e desafios para as políticas públicas, a fim de associar as políticas sociais, de saúde, educação de forma a atuarem nos mesmos territórios.

Articulação entre Níveis

O acompanhamento familiar exige uma articulação entre os níveis de proteção básica e especial, demandando um diálogo constante dos técnicos que referenciam as famílias.

Trabalho em Equipe

As equipes de referência precisam estar capacitadas, planejar e refletir sobre ações que envolvam as famílias, evitando atendimentos e acompanhamentos de forma fragmentada.

Desafios da Intersetorialidade

Sobrecarga dos Profissionais	A responsabilidade pela ação intersetorial muitas vezes recai sobre o próprio técnico, sobrecarregando-o.
Fragmentação dos Serviços	A falta de diálogo e conexão entre os serviços leva a uma fragmentação do atendimento às famílias.
Setorialização Histórica	A consolidação do SUAS enfrenta o desafio da setorialização histórica das Políticas Sociais, fruto do modelo cartesiano na intervenção estatal.
Falta de Seguimento	Muitas vezes, os encaminhamentos realizados não têm um seguimento adequado, comprometendo a continuidade do acompanhamento familiar.

Estratégias para um Acompanhamento Familiar Efetivo

1 **Conhecimento Territorial**

Conhecimento adequado dos territórios nos quais as famílias estão inseridas, considerando as condições culturais, socioeconômicas e as situações vivenciadas.

2 **Articulação Intersetorial**

Articulação intersetorial efetiva, associando as políticas sociais, de saúde e educação para atuarem de forma integrada nos territórios.

3 **Prática Interdisciplinar**

Compreensão do conceito e fortalecimento da prática interdisciplinar, com equipes capacitadas e integradas.

4 **Protagonismo das Famílias**

Incentivar a participação das famílias no processo de acompanhamento familiar, fomentando o protagonismo das mesmas e valorizando suas experiências e perspectivas.

Acompanhamento Familiar: Um Exercício Rizomático

Linhas Duras

As linhas duras são as linhas de controle, normatização e enquadramento, que buscam manter a ordem e evitar o que é considerado inadequado a determinado contexto social instituído.

Linhas de Fuga

As linhas de fuga são as ações que desterritorializam, com profissionais que enxergam nas famílias suas funções protetivas, mesmo em situação de vulnerabilidades.

Rizoma

O acompanhamento familiar é um rizoma, composto por linhas imanentes e justapostas, tecidas a partir das normativas instituídas, das tensões macropolíticas e do cotidiano de atuação dos profissionais.

Superando o Assistencialismo

Direito à Assistência Social

É necessário refletir sobre a possibilidade de intervenção em uma sociedade marcada pela presença da religiosidade, pelo baixo acesso à educação ou acesso à educação de baixa qualidade e pelas práticas assistencialistas.

Enfrentamento das Vulnerabilidades

O enfrentamento das vulnerabilidades deve ocorrer de forma que garanta a promoção e universalização dos direitos sociais, de forma integrada, superando a lógica assistencialista.

Cuidado e Não Tutela

Efetuar o acompanhamento familiar na perspectiva do cuidado, sem cair na tutela, é um desafio que exige uma ruptura com práticas assistencialistas consolidadas.

Valorização das Famílias

É necessário ultrapassar os preconceitos e discriminações em relação às famílias pobres, muitas vezes consideradas desestruturadas, e valorizar suas experiências e funções protetivas.

Abordagem Crítica e Inventiva

1

Reflexão sobre a Prática

Os técnicos precisam se deslocar de um modo reprodutivo de trabalho e refletir criticamente sobre suas práticas e posturas já estabelecidas no cotidiano com as famílias vulneráveis.

2

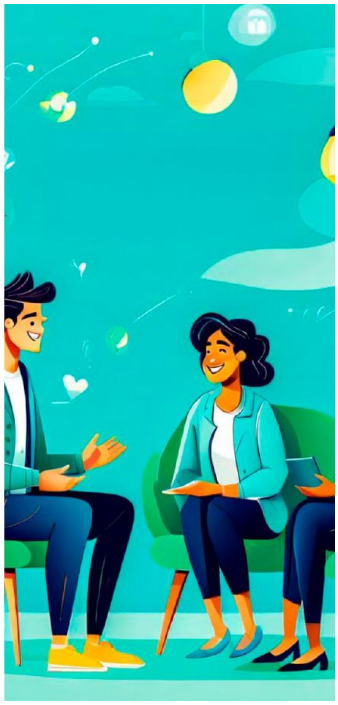
Atuação Intercessora

A atuação dos profissionais deve ser intercessora, possibilitando que as famílias acompanhadas sejam participativas em seu processo e protagonistas de suas histórias.

3

Princípios Éticos e Políticos

O trabalho no SUAS exige uma dinâmica inventiva dos profissionais, na qual possam interagir com as famílias e deixar-se afetar, sem abandonar seus princípios éticos e políticos de luta por uma sociedade mais justa e equitativa.



Interseccionalidade no SUAS

Acesso e Equidade

Reconhecer que diferentes grupos sociais enfrentam barreiras únicas para acessar os serviços do SUAS devido à intersecção de identidades, como mulheres negras que enfrentam discriminação racial e de gênero.

Abordagem Sensível à Diversidade

Incorporar uma abordagem sensível à diversidade nos serviços do SUAS, reconhecendo e valorizando as experiências e perspectivas de diferentes grupos sociais, e capacitando os profissionais para fornecer apoio culturalmente adequado.

Políticas e Práticas Inclusivas

Desenvolver políticas e práticas que levem em consideração as intersecções de identidades, garantindo que os serviços do SUAS sejam inclusivos e abordem as necessidades específicas de diferentes grupos sociais.

Liderança e Representação Diversificada

Promover a diversidade e a inclusão dentro do próprio SUAS, garantindo uma liderança e equipe que reflitam a diversidade da população atendida, para que as políticas e práticas sejam sensíveis e responsivas às necessidades de todos os grupos sociais.

Referências

Brasil. (2012). Norma Operacional Básica do Suas. Brasília, DF

Brasil. (2009). Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 72 p.

Carvalho, J. L. (20, 21 e 22 de junho 2018). O trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: perspectivas e tendências. II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: Piauí.

Cassiano, M., & Furlan, R. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. Psicologia & Sociedade, 25, 373-378.

Cavalcanti, P. B., & Lucena, C. M. F. (2016). O uso da promoção da saúde e a intersetorialidade: tentativas históricas de integrar as políticas de saúde e educação. Polêmica, 16(1), 024-041.

Deleuze, G.; Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. V. 1. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 11-37.

Fernandes, V. S.; Leonidas, C. (2021). Acompanhamento familiar no CRAS segundo familiares de usuários do benefício de prestação continuada. Revista SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p.89-103.

Lourau, R. (2004). Objeto e método da Análise Institucional. In S. Altoé (Org.), René Lourau: analista institucional em tempo integral (pp. 66-86). São Paulo: Hucitec

Ministério do Desenvolvimento Social (2017) Curso de atualização sobre a organização e oferta da proteção social especial, Brasília.

Oliveira, P. A., & Kahhale, E. M. S. P. (2020). Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. Revista Psicologia Política, 20(47), 119-131.

Romagnoli, R. C. (2013). Conhecer e intervir: as relações equipe-família no CPP de Nova Lima. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, 8(2), 148-156.

Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. Psicologia & Sociedade, 26, 44-52.

Romagnoli, R. C. (2015). O ideal de família e seus efeitos no cotidiano dos agentes sociais. Cotidiano e processos de subjetivação: aprisionamentos e expansões, 177-195.

Romagnoli, R. C. (2018). As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. Fractal: revista de Psicologia, 30, 214-222.

Romagnoli R. C.; Silva, C. B. (2019) O cotidiano da intersetorialidade e as relações entre as equipes. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de janeiro, v. 19, n. 1, p. 107-126, jan.-abr.

Silva, V. (2018). La dimensión intersectorial de la Política Pública de Asistencia Social con la Escolarización: una revisión integrativa de literatura a la luz de la Psicología Política. Revista Psicologia Política, 18(41), 96-116.

Souza, C. (2019). A experiência do cuidado em um serviço de acolhimento institucional. Editora CRV.

Sugestão de Referências

Brasil, S. F. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social, Combate à Fome, & Brasil. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política nacional de assistência social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. PNAS-2004: Norma Operacional Básica NOB-SUAS. Brasília, DF

Brasil. (2009). Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 72 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF. Vol. 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_ fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

_____. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília, 2007.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 9, n.1, 2014. SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: Sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. Psicologia & Sociedade, v. 24, n. 2, p. 293- 299, 2012.